

Fevereiro 2022

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Conselho de Ministros aprova aumento de 50% do salário mínimo nacional	6
1.2 Ajustes salariais e apreciação do kwanza tiram salários mínimos do limiar da pobreza	8
1.3 Em 2022, ricos pagam menos impostos	9
1.4 Para não pedir esmola, mulheres escavam buracos em busca de ferros para vender	10
1.5 Salários, Economistas consideram «medida necessárias» o reajuste do vencimento mínimo nacional	11
1.6 Sindicatos dão «cartão vermelho» ao aumento de 50% do salário mínimo	12
1.7 Tesouro pronto para executar aumento de 50 por cento	13
1.8 Criminalização a quem mandar criança á rua para mendigar	14
1.9 INSS cria seguro social voluntário	16
1.10 Reflexões sobre a necessidade de se melhorar a redistribuição do rendimento nacional	16
1.11 Taxa de emprego cresce 1,3% no quarto trimestres	18
1.12 Apenas 3% dos jovens em idade activa têm emprego formal	18
1.13 INE diz que há mais de 5 milhões de angolanos no desemprego	19
1.14 Reflexões sobre a necessidade de se melhorar a redistribuição do rendimento nacional	19
1.15 Só um terço das famílias foram cadastradas até ao final de 2021	21
1.16 Taxa de Desemprego encerra 2021 em 33	22
1.17 Em 10 milhões de empregados, 70% integram a economia informal, diz ministro	23
1.18 Salário mínimo passa a ser 67 mil kwanzas	23
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>26</b>
2.1 Crédito malparado na banca vale 1.900milhões USD	26
2.2 Empresas não autorizadas pelo BNA continuam a operar no mercado	27
2.3 Jovens recebem financiamento para o fomento da agricultura	29
<b>MERCADO INFORMAL</b>	<b>30</b>
2.4 Para não pedir esmola, mulheres escavam buracos em busca de ferros para vender	30
2.5 Mais de 200 mercados movimentam comércio	31
2.6 10 mil vendedores vão ser cadastrados na Huíla	31
2.7 INSS cria seguro social voluntário	32
2.8 Luanda recebe apenas 66 milhões kz dos 208 mercados que controla	33
2.9 Mercado do km 30 chega a movimentar mais de 70 mil milhões de kwanzas ao ano	33
2.10 Lançado no Moxico processo de cadastro de agentes informais	34
2.11 Apenas 3% dos jovens em idade activa têm emprego formal	34
2.12 Inquérito do sector informal da economia nacional vai custar quase 60 milhões USD	35
2.13 Retirada dos milhões de mercado fecha empresa associada a tráfico de influências	36
2.14 Revendedores ameaçam paralisar os trabalhos	37
2.15 Jovens recebem motos para criar cooperativa	38
2.16 Captura e venda de peixe ganha novo impulso no município do Lubalo	39
2.17 Em 10 milhões de empregados, 70% integram a economia informal, diz ministro	40
<b>3. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>41</b>
3.1 Luanda dispõe de 1,1 bilião de kwanzas para despesa	41
3.2 Tesouro pronto para executar aumento de 50 por cento	41

3.3	Huambo conseguiu 514 milhões de kwanzas via Portal do Município	42
3.4	Orçamento no sector da Educação dispara entre 2019 e 2022	42
3.5	Sacos azuis – uma fuga para a frente ou a emenda pior que o soneto na Lei do OGE de 2022	43
3.6	OGE contemplou kz 450 mil milhões	44
<b>4.</b>	<b>GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>46</b>
4.1	Governo lança projecto de apoio à participação da sociedade civil	46
4.2	Moradores do Zango defendem elevação do distrito á categoria de município	47
4.3	Gestores municipais insistem em praticar actos de corrupção	48
4.4	Huambo conseguiu 514 milhões de kwanzas via Portal do Município	49
<b>5.</b>	<b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>50</b>
5.1	Crise Financeira paralisa requalificação de BÉ Ô	50
5.2	Mais de 71% do malparado recuperado com garantias imobiliárias	50
5.3	Estado perde fonte segura de receitas e financiamento de despesas públicas	51
5.4	As insuficiências do mercado imobiliário em Angola	52
5.5	Jovens sem residência depois de assinatura do contrato devem recorrer	53
5.6	Trespases a crescer são solução ilegal para saída das centralidades	53
<b>6.</b>	<b>TERRA</b>	<b>55</b>
6.1	Cerca de mil lotes à venda no Sequele	55
6.2	Gesterra desmente denúncias de anomalias no projecto Quiminha	55
6.3	Atribuição de um novo terreno	56
6.4	Terreno de 25/28 no Sequele provoca litígio entre civis e militares	56
<b>7.</b>	<b>SERVIÇOS BÁSICOS</b>	<b>58</b>
7.1	Manuel da Cruz nomeado PCA da EPAL	58
7.2	Distribuição de água é reforçada em Abril	58
7.3	Apoio aos camponeses	59
7.4	Obras da ETA do Candelabro terminam em Março	60
7.5	Bairro dos Pescadores regista falta de água	60
7.6	Beneficiários do projecto relatam falta de água	61
7.7	Luanda vale 86% da dívida total de 111 mil milhões kz ao sector das águas	61
7.8	OMS alerta para aumento de resíduos e diz ser necessário melhorar a gestão	62
7.9	Municípios assumem gestão do lixo em Luanda a partir de Abril	63
7.10	Municípios vão pagar custos do saneamento	64
<b>8.</b>	<b>GÉNERO E VIOLENCIA</b>	<b>65</b>
8.1	Casamento tradicional bantu eleva valor da união	65
<b>9.</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>70</b>
9.1	“As zonas húmidas existentes no país não estão devidamente protegidas”	70
9.2	Bengo aposta na protecção de hectares de zonas húmidas	72
9.3	Chuvvas desalojam centenas de pessoas	73
9.4	Estudo revela um elevado grau de ameaça ambiental	73
9.5	Projectos na margem do rio Cunene iniciam em Junho	75

10. MINEIRA	76
11. MIGRAÇÃO	76
12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	76



# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Conselho de Ministros aprova aumento de 50% do salário mínimo nacional

*Jornal de Angola*  
1 De Fevereiro de 2022

Ao falar à imprensa, no final da reunião, a ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias, referiu, a título exemplificativo, que para o sector da Agricultura o salário mínimo nacional poderá sair de 21 mil 454 Kwanzas para 32 mil 181 e 15 cêntimos, nos Transportes, Serviços e Indústria Transformadora de 26 mil 817 para 40 mil 226 e no Comércio e Indústria de 32 mil para 181 mil Kwanzas. "E a nossa proposta de aumento de 50 por cento passaria para 48 mil 271 Kwanzas", realçou.

Sobre esta matéria, o Conselho de Ministros apreciou, para remessa à Assembleia Nacional, uma proposta de Lei que autoriza o Titular do Poder Executivo a legislar sobre os princípios gerais relativos à organização e aplicação da estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios da Função Pública, visando repor a equidade salarial entre os funcionários e agentes administrativos enquadrados na carreira não técnica e nas demais carreiras do regime geral, até ao professor catedrático.

### Ajuste dos salários da Função Pública

Em relação ao ajuste dos salários da Função Pública, Teresa Dias anunciou que o mesmo vai incidir mais sobre as classes mais baixas. A título de exemplo, disse que, num primeiro cenário, se prevê, para auxiliar de limpeza, a subida do salário de 33 mil para 67 mil Kwanzas. "Com isto, estaríamos com um impacto de 102 por cento sobre o que foi o salário anterior", salientou.

Ressaltou que esta decisão resultou de vários estudos levados a cabo, que permitiram, pela primeira vez, ter-se uma diferenciação positiva. Acrescentou que este exercício, "de maior impacto", foi das classes não técnicas até às técnicas e foi subindo, gradualmente, no âmbito da diferenciação positiva. Aqui, um técnico ou especialista principal poderá ver o salário sair de 214 mil para 223 mil Kwanzas.

"Aí temos um aumento de apenas 4 por cento. Quer dizer que, dos técnicos superiores de 3ª até ao

professor catedrático, nós apenas fizemos uma sinalização como um impacto num valor de 4 por cento", frisou. A governante salientou que estão, ainda, em curso, negociações, de modo a evitar-se que os problemas da Função Pública sejam resolvidos por ilhas.

Teresa Dias disse que está a trabalhar com o Ministério das Finanças para, numa próxima fase, a curto prazo, encontrar, depois de todas as negociações, um denominador comum, para as classes que, nesta fase, não viram os problemas devidamente equacionados. "Nesta perspectiva, teremos, a curto prazo, essa classe superior até aos catedráticos com um novo cenário, em função dos resultados que tivermos das negociações e, também, em função daquilo que for o fundo salarial disponível para esse efeito", aclarou.

### Titulares de cargos públicos isentos de ajustes

No âmbito do ajuste aos salários da Função Pública, a ministra sublinhou que os titulares de cargos políticos, lideranças e chefias não foram contemplados. Explicou que a decisão se deve ao facto de o Executivo estar mais preocupado em resolver o problema daqueles que menos ganham. "Por isso, entendeu que, nesta fase, estes devem ficar com os salários que têm até se encontrarem melhores condições económicas e financeiras para, também, merecerem essa apreciação", enfatizou. Dedicar o maior valor às classes mais baixas

Por sua vez, a ministra das Finanças, Vera Daves, esclareceu que não se tocou na remuneração dos titulares de cargos públicos e de políticos, para deixar espaço em termos de reserva orçamental, a fim de dedicar o maior valor possível às classes mais baixas. A ideia, com isso, frisou, passa por maximizar o ajustamento junto das pessoas que ganham menos e por serem as que mais sofrem com o impacto da inflação e as dificuldades em adquirir o mais básico para a satisfação das necessidades individuais.

"Foi este exercício que fizemos", destacou, assegurando que se vai continuar a dialogar com as organizações sindicais e com as forças que representam os técnicos superiores. "Apelamos, apenas, à compreensão destas classes, para que o resultado final seja o melhor possível e que não ponha em causa tudo aquilo que ainda temos que fazer em várias outras classes de despesas, sejam elas correntes ou de capital", salientou.

A ministra das Finanças disse que a ideia era fazer um ajuste maior, mas, para tal, implicaria pôr em causa o futuro desses mesmos salários, do investimento que tem de se continuar a fazer em diversos sectores,

como o da Educação e Saúde que, como destacou, "vão beneficiar essas mesmas pessoas"

Vera Daves ressaltou que a primeira premissa dessas medidas tem como finalidade a correcção do poder de compra das famílias, corrigindo da melhor forma possível as suas remunerações, tendo em conta a perda do poder de compra resultante da inflação que o país vive. "Mas, ao fazer essa correcção, não podemos perder de vista a importância de manter sustentável as finanças públicas", alertou a Ministra das Finanças assegura disponibilidade de dinheiro

A ministra das Finanças assegurou que há dinheiro disponível para se avançar com a implementação do aumento do salário mínimo nacional e o ajuste dos salários da Função Pública. A uma pergunta sobre quando se vai dar o aumento do salário mínimo nacional e o ajuste dos ordenados da Função Pública, Vera Daves esclareceu que o processo deverá, ainda, seguir um trajecto de aprovação, com destaque para um conjunto de diplomas que têm de seguir o seu caminho, sendo um deles o Decreto Legislativo Presidencial.

"Significa que vamos ter, ainda, que ir à Assembleia Nacional, para ter a autorização legislativa para o fazer. Vai seguir os trâmites normais, mas procuraremos ser o mais diligente possível, porque temos consciência de que se trata de uma medida de grande impacto social e, também, temos a consciência das dificuldades que os nossos cidadãos têm sentido", concluiu.

O anúncio do aumento do salário mínimo nacional e o ajuste dos ordenados da Função Pública foi feito pelo presidente do MPLA, João Lourenço, a 28 de Janeiro, na província do Cuando Cubango, durante o lançamento da Agenda Política do partido para este ano.

Criada lei sobre a apropriação pública

O Conselho de Ministros apreciou ontem, para envio à Assembleia Nacional, uma proposta de Lei que estabelece o regime jurídico da apropriação pública. De acordo com o comunicado saído daquela reunião, orientada pelo Presidente da República, este diploma tem por objectivo a apropriação, por via da nacionalização, da entrega voluntária de bens ou de declaração judicial de transferência de bens para o Estado.

O documento refere que tais bens podem ser móveis ou imóveis, participações sociais, valores imobiliários, activos financeiros, direitos de propriedade intelectual, bem como outros tipos de propriedade que tenham sido objecto de sucessão legal ou

voluntária de pessoas individuais e colectivas privadas, quando, por motivos excepcionais e especialmente fundamentados, tal se revele necessário para salvaguardar o interesse público.

Foi apreciada, igualmente, uma proposta de Lei que altera o Código de Processo Penal Angolano. Este diploma visa proceder às alterações legislativas pontuais, para a melhoria de alguns preceitos do quadro jurídico processual penal, de modo a tornar a justiça mais célere e garantir, de forma mais efectiva, os direitos dos arguidos e das vítimas.

Pacote legislativo da Comunicação Social

A sessão de ontem, do Conselho de Ministros, apreciou, também, para remessa à Assembleia Nacional, um pacote legislativo para ajustar determinados critérios e pressupostos sobre o acesso e o exercício da actividade da Comunicação Social. O documento vai incidir sobre os domínios da imprensa, televisão, actividade de radiodifusão, das sondagens e inquéritos de opinião, de forma a torná-lo mais abrangente e flexível, assim como introduzir novos conceitos na dinâmica própria da actividade.

Foram, assim, apreciadas a Lei das Sondagens e Inquéritos de Opinião, alterações à Lei de Imprensa, à Lei do Exercício da Actividade de Televisão, à Lei sobre o Exercício da Actividade de Radiodifusão, à Lei sobre o Estatuto do Jornalista e à Lei Orgânica da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana. No domínio dos Transportes, o Conselho de Ministros apreciou, igualmente, para envio à Assembleia Nacional, uma proposta de actualização da Lei da Marinha Mercante, Portos e Actividades Conexas, visando a sua conformação com a nova ordem jurídica internacional.

Este diploma permite a aplicação plena, eficaz e eficiente e a criação de premissas para alavancar a economia nacional. Visa, ainda, incentivar as exportações e o investimento directo estrangeiro e adoptar as melhores práticas internacionais, bem como reforçar os poderes de regulação, supervisão e coordenação, por parte da Entidade Reguladora do Sector, a Agência Marítima Nacional.

No quadro da política externa, o Conselho de Ministros aprovou o acordo celebrado entre Angola e o Secretariado da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico, relativo ao material e à organização e disposições protocolares da 10ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da OEACP.

Aquele órgão colegial auxiliar do Titular do Poder Executivo aprovou, também, o memorando de

intenções entre o Ministério dos Transportes de Angola, o Escritório Privado de Sheikh Ahmed Dalook Al Maktoum, dos Emirados Árabes Unidos, e a DNATA, empresa prestadora de serviços aeroportuários dos Emirados Árabes Unidos.

Este instrumento estabelece as bases para a negociação dos termos de um contrato pelo qual o consórcio constituído pelo Escritório Privado e a DNATA prestará serviços aeroportuários no Aeroporto Internacional de Luanda. O Conselho de Ministros foi informado sobre o nível de desenvolvimento dos projectos económicos e sociais passíveis de conclusão até Julho do ano em curso.

## I.2 Ajustes salariais e apreciação do kwanza tiram salários mínimos do limiar da pobreza

*Jornal Expansão*

*4 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Joaquim José Reis*

Com o aumento em 50% da remuneração mínima nacional nos privados, o salário de um trabalhador do sector da agricultura, que hoje vale 21.450 kz, 'escapa' à situação de pobreza já que a preço de mercado passa a ter um salário equivalente a 60,9 USD (+20 USD), pouco mais de 2 USD diários. Contas feitas, o salário deste trabalhador aumenta de 1,3 USD e fica ligeiramente acima dos 1,9 USD por dia definidos pelo "Banco Mundial como a linha que separa a pobreza.

Isto não significa que uma grande parte das famílias saem da pobreza, até porque, por norma, em Angola, os agregados são compostos por pelo menos cinco pessoas e um salário alimenta muita gente.

Esta subida no mínimo do limiar da pobreza também só é possível porque o Kwanzas tem estado a apreciar desde o ano passado, quebrando um ciclo de depreciação acentuada, iniciado em 2018, com a reforma cambial que flexibilizou a moeda nacional. Se essa proposta do Governo fosse feita há um ano, quando cada dólar valia 651,212 kz, os 32.200 kz que passam a ser o salário mínimo nacional privado para o sector da agricultura valeriam apenas 49,4 USD. Ou seja, menos 11,4 USD do que valem hoje, impossibilitando a saída destes trabalhadores da linha do Banco Mundial que separa a pobreza.

Esta proposta de ajustamento salarial que foi apreciada em Conselho de Ministros esta semana e que terá de ser submetida à Assembleia Nacional, prevê uma subida em 50% dos três salários mínimos dos privados por sector de actividade. O mínimo na

agricultura é de 32.181,2 kz (+ 10.727,05 kz), enquanto nos transportes, serviços e indústria transformadora é de 26.817,6 kz, mas está a caminho dos 40.226,4 kz (+13.408,8 kz). Já no sector do comércio é de 32.181,20 kz e deverá ser ajustado em 16.090,6 kz para 48.271,8 kz.

Um aumento em 50% no salário é sempre uma boa notícia para os trabalhadores, com potencial para mudar vidas, só que em Angola o imposto escondido que é a inflação tem arrasado o poder de compra dos trabalhadores. Na prática, a inflação é um imposto escondido porque os aumentos dos salários não acompanham o ritmo de crescimento dos preços, corroendo o poder de compra dos trabalhadores. Tal como o imposto sobre os rendimentos do trabalho, a inflação acaba por reduzir o rendimento real de quem vive do salário. Assim, para repor o poder de compra deveriam ser feitos aumentos salariais com base na inflação, o que não irá acontecer.

Entre a última actualização aos salários mínimos nacionais, Março de 2019 e Dezembro de 2021, o custo de vida em Angola, medido pelo Índice de Preços no Consumidor, aumentou 79,8%. Contas feitas, com o aumento nos salários mínimos privados agora indicado pelo Governo há ainda uma quebra no poder de compra na ordem dos 16,6%. Ou seja, admitindo que com o salário mínimo de Março de 2019 um trabalhador conseguia comprar 100 pães, passados três anos, e com a actualização do salário, apenas conseguirá comprar cerca de 83. Isto é o que acontece quando os preços dos produtos sobem e os salários não aumentam em proporção, ou seja, há uma quebra efectiva no poder de compra.

### Quebra de 16,6% no poder de compra

Para repor a quebra de poder de compra dos últimos três anos, segundo cálculos do Expansão, seria necessário o salário mínimo da agricultura subir para 38.575 kz, em vez dos 32.181,2 kz previstos. Quanto ao do sector dos transportes, serviços e indústria transformadora deveria subir para 48.218. kz em vez dos 40.226,4 kz. Por fim, o salário mínimo do sector do comércio deveria crescer para 57.862 Kz em vez dos 48.271,8 kz previstos com a proposta de aumento de 50%.

Entretanto, os sindicatos queixa – se de ter ficado de fora destas negociações, apurou o Expansão, com a maioria deles a queixar – se de falta de diálogo e que a proposta está longe de reivindicações dos sindicatos. Alguns defenderam aumentos para 100 mil kz, devido á brutal quebra de poder de compra 68%entre 2014 e 2021



Angola terá quebrado o ano passado um ciclo recessivo iniciado em 2016, com um aumento exponencial no desemprego devido ao encerramento de empresas um pouco por todo o país. Pelo meio, teve um programa de financiamento (e de austeridade) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a moeda nacional depreciou quase 70 % face às principais divisas, o que aumentou o preços dos alimentos, que são maioritariamente importados, o que cobrou o consumo. Na prática, menor consumo representa menos crescimentos e menos criação de emprego e, por sua vez aumento da pobreza. Tudo isto num quadro em que o país não avançou com o processo de diversificação económica, em que continua a depender em demasia das receitas petrolíferas. É neste sentido em que ao não serem actualizados os salários de forma a compensar a quebra de poder de compra, coloca Angola com um salário mínimo na ordem dos 60,9 USD muito longe da média dos salários mínimos dos países da SADC, que é equivalente a 107, 8 USD (ver gráfico)

"Penso que o que houve foi apenas uma compensação e não um ajuste. A noção de salário mínimo tem um racional por trás que é o de garantir o mínimo de condições às pessoas. O que é que se pode comprar com 32,2 mil ou 48,3 mil kz, quando a cesta básica ronda os 200 mil kz? Quando a consulta médica em hospital público, com a receita médica para o paludismo, não fica abaixo de 5 mil? Quando as escolas, os transportes, a energias e a água, têm o peso que têm no orçamento das famílias?", questiona o economista Wilson Chirnoco. 'Ainda assim, Chimoco refere que "para uma economia que não está a crescer, obrigar as empresas a aumentarem os salários não é um exercício fácil".

### 1.3 Em 2022, ricos pagam menos impostos

*Jornal Expansão*  
4 De Fevereiro de 2022

Com relação ao OGE de 2021, os impostos não petrolíferos em 2022 crescem, em termos reais, 15%. No entanto a sua participação sobre a receita não financeira cai 2 pp quando comparado com o período transacto, devido à previsão mais optimista sobre os rendimentos do petróleo. Os impostos não-petrolíferos representam cerca 83% da receita não-petrolífera e 11% do PIE não-petrolífero.

Nessa rubrica, os impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e colectivas, têm um peso alto, pois representam mais de um 1/3 da receita corrente prevista. Neste ano, o Estado espera arrecadar das pessoas singulares cerca de 284 mil milhões de

Kwanzas a mais do que no ano passado e das pessoas colectivas (empresas) cerca de 195 mil milhões de Kwanzas a mais, do que no ano de 2021.

Indiscutivelmente, todos devemos pagar impostos. É imperioso que assim seja.

No entanto, o Relatório de Fundamentação do OGE 2022 não indica claramente como se procederá para aumentar a arrecadação a esses níveis, sem que se promova um aumento considerável da remuneração da mão-de-obra actualmente empregada e/ou o alargamento da base tributável em sede desse imposto; quicá por via do Programa de Reconversão da Economia Informal, que já está em vigor, mas que ainda não publicou dados como: das mais de 40 mil actividades já formalizadas, quantas estão activas? Quantas estão cadastrados como micro-negócios? Quantos estão enquadrados como trabalhadores por conta própria? O que tem sido feito para a protecção desses negócios? Qual é o valor que acrescentaram à economia? Etc

Porém, um eventual aumento dos salários aumentaria os custos operacionais das empresas. Logo, teriam menos rendimentos e consequentemente pagariam menos impostos. Como tributá-las em termos reais, mais 20% com relação ao ano de 2021?

Facto é que o Estado prevê arrecadar mais das pessoas singulares e colectivas termos reais, +29% e +20%, respectivamente, em 2022. Quer dizer, assumindo que haverá aumento salariais iguais a inflação, de onde vem esses 30% de aumento?

Mantêm-se a apetência pela tributação dos rendimentos e das transacções em detrimento da propriedade: Quem possui muitas propriedades quase nada paga; e em 2022 pagara ainda menos, em termos reduz em termos reais, -30 mil milhões de Kwanzas; cerca de 38% quando comparado com o ano de 2021.

A participação do imposto sobre a propriedade, na receita, cai de 2%, em 2019, para 0,4%, em 2022, não atingindo sequer 1% da receita não-petrolífera e representando apenas 0,1% do PIB não-petrolífero! É preciso tributar a propriedade! Titulem a propriedade!

Conforme temos discutido no capítulo sobre o ambiente de negócios, do relatório económico trimestral do CINVESTEC, a transformação da riqueza em capital é de suma importância para a dinamização da economia. Há riqueza. Só não devemos deixá-la estagnada. Pois que parada é de pouca serventia; continuaremos a ter um país potencialmente bastante rico, mas, na prática, a viver num país muito pobre.

A propriedade precisa ser titulada para que se transforme em capital e gere rendimentos tributáveis. E com receitas provenientes da tributação não-petrolífera que o Estado deve procurar manter-se para que com o que for obtendo do petróleo possa realizar o bom investimento e ir reduzindo os custos com o serviço da dívida.

Quem mais propriedade tem, mais deve pagar. Aqui o imposto também precisa ser progressivo; assim como é nos rendimentos. Mas, para tal, é preciso que se titule o património. Seja ele em forma de casa, terreno ou outra.

Ademais, é preciso que a tributação recaia sobre o detentor da propriedade e não sobre a propriedade, como tem sido feito: Aquele que tem uma única casa no valor de 6 milhões de Kwanzas, pode pagar mais em termos relativos, do que aquele que tem 6 casas no valor de 5 milhões cada uma.

#### 1.4 Para não pedir esmola, mulheres escavam buracos em busca de ferros para vender

*Novo Jornal*

*4 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Dulcineia Lafua*

Logo às primeiras horas do dia, avó Juliana Pedro caminha mais de dois quilómetros, saindo da sua residência, no bairro Mutamba, em Viana, para a Centralidade do Kilamba, município de Belas. Com os pés descalços e uma sacola cor branca presa à cintura, a anciã, de 82 anos, vai em busca de subsistência para ela e mais sete netos, numa actividade tão incomum quanto perigosa: desbravar a terra e, daí, recolher ferro para revender a empresas do ramo da reciclagem, que pagam com base no peso do material, com um quilo a custar menos de 100 kwanzas, o que obriga a que a recolha seja a maior possível, já que um saco de 25 quilos, por exemplo, está cotado em apenas quatro mil kwanzas.

O 'local de trabalho' de Juliana Pedro, que partilha a penosa 'profissão' com outras dezenas de mulheres e crianças, é uma zona onde funcionava o antigo estaleiro da empresa chinesa que ergueu a urbanização, no Quarteirão T da maior centralidade do País (Kilamba).

De corpo franzino, evidenciando um cansado provocado não só pelo peso da idade, mas também pelas dezenas de metais que levanta diariamente, avó Juliana, que é a mais velha do grupo, sem luva nem qualquer outro material protector, está, neste momento, a desenterrar um ferro deteriorado que,

depois, levará para ser inspeccionado e, em função do seu peso, ser comprado. Já passam das 12h00, e a anciã ainda nada comeu.

"Fazemos isso porque temos fome e estamos à procura de sobrevivência. Senão, os seus irmãos não comem", diz a anciã, tomando a repórter como também uma neta.

Para Juliana, faça solou chuva, às manhãs, de segunda a sábado, todos os caminhos têm de dar para a improvisada 'mina de ouro' do Kilamba.

É uma mulher com o rosto empoeirado, usa um lenço e uma blusa floreada que já perdeu a cor de tanta exposição ao sol. Diz saber dos riscos por que passa, ao estar em contacto com poeira e ferros enferrujados, mas a vontade de ver bem os sete netos sobrepõem-se à sua própria saúde.

Diariamente, revela ao Novo Jornal, a 'catar ferros', consegue arrecadar até quatro mil kwanzas, dinheiro que, segundo a anciã, dá para comprar um quilo de fuba de bombó, rama de batata e a conhecida cabuinha (diferentes espécies de peixes pequenos) para a família.

De acordo com a anciã, depois de recolhidos, os ferros são entregues a alguns dos seus sete netos (que não estudam, mesmo estando em idade escolar), para serem levados aos compradores/recicladores, na sua maioria de nacionalidade maliana, numa rotina que, em dias bons, chega a render até cinco mil kwanzas

. Ao que apurou o NJ, Juliana é apenas a ponta de um enorme 'iceberg', como confirma, aliás, um alto funcionário da Administração da Centralidade do Kilamba, ao referir que o número de pessoas que 'invade' diariamente a urbanização pra mendigar tem crescido "de forma vertiginosa".

Preferindo, para já, falar em anonimato, a fonte assegura que o órgão de que faz parte tem conhecimento da situação e reprova, por se tratar de uma actividade "perigosa e ilegal". "É um trabalho muito arriscado, vamos colocar vedação nos próximos dias", garante.

Catar ferro para não pedir esmola

Não só de idosas se faz a 'catação' de ferros no Kilamba. Por exemplo, Ana Afonso tem 21 anos, mas também consta dentre as 'colegas' da anciã Juliana Pedro. Ao Novo Jornal, a jovem explica que aderiu a essa actividade motivada pelo bem-estar da filha de um ano e nove meses.

Abandonada pelo esposo, Ana conta que, antes de recolher ferro, actividade, aliás, que considera

"trabalho esforçoso", pedia esmolas porta a porta, com a filha às costas. "Hoje, já consigo levar alguma coisa com dignidade para a minha pequena", refere.

No momento em que presta declarações ao NJ, Ana Afonso descansa debaixo de um arbusto, perto do buraco onde, momentos antes, havia retirado ferros. Nunca foi registada e, por isso, não frequentou a escola.

Vai vivendo, por conseguinte, entre os ferros, à medida que os anos passam e se adensa a tristeza por não ter formação.

Alternativa a contentores de lixo

De 46 anos, Teresa António dedicava-se a 'vasculhar' contentores e amontoados de lixo na Centralidade do Kilamba. É, por isso, com o sentimento de ter optado por um ma) menor que a mãe de sete filhos, sentada entre os capins, faz a primeira refeição do dia: funje de bombó e peixe seco, sem molho.

"Já não tenho marido, não tenho como sustentar os sete filhos. A vida aqui é difícil", refere a senhora, visivelmente cansada.

Não só de lucros, entretanto, se faz este negócio no Kilamba. De acordo com Teresa António, há várias senhoras, suas 'colegas' de profissão, que já se vêm queixando de fortes dores no peito, devido à poeira inalada no local.

Em meio a esta contrariedade, não faltam também boas notícias. Por exemplo, Teresa António conta, alegre, que dois dos seus sete filhos estão a frequentar o ensino primário, graças à actividade da mãe. "Não vou desistir. Se aqui [no Kilamba] os ferros terminarem, vamos procurar noutro sítio", adianta.

O negócio não atrai apenas adultos. várias crianças também recolhem ferros entre os amontoados de área, como é o caso do pequeno João, de 12 anos, que, em companhia da sua irmã, cata ferro sem o conhecimento dos pais.

## I.5 Salários, Economistas consideram «medida necessárias» o reajuste do vencimento mínimo nacional

*Novo Jornal*

*4 De Fevereiro de 2022*

*Texto: HORTÊNCIO SEBASTIÃO*

Economistas consideram medida necessária a aprovação da proposta de aumento do salário mínimo nacional na ordem de 50% pelo Governo, mas alertam para as consequências que daí podem advir, nomeadamente a subida dos preços dos produtos.

O empresário Galvão Branco classifica o aumento do salário mínimo como sendo uma medida principal a ser assumida pelo Governo no quadro da melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Segundo Galvão, "independentemente de qualquer outra leitura que se possa fazer com as correlatas conexões políticas, é perfeitamente legítimo e necessário que sejam tomadas medidas quer do lado do consumo, suscitando uma oferta suficiente capaz de influenciar os preços e, por outro lado, gerar rendimentos ao nível das famílias minimamente suficientes para assegurar o acesso aos produtos básicos necessários à sua sobrevivência".

"Se tomarmos como referência que os 16 (dezasseis) produtos que integram a cesta básica, na quantidade de 1 kg/1 litro, representam um custo médio de cerca de 45 mil kwanzas; fica possível melhor se entender o impacto do aumento do salário mínimo na redução da situação de pobreza com que se confronta uma significativa parte das famílias angolanas", alertou Galvão Branco.

O especialista advertiu, por outro lado, que "a questão crítica que se apresenta e que deve merecer um permanente monitoramento e as consequentes medidas, sobretudo de natureza económica, é o controlo da taxa de inflação, mormente as medidas de política monetária que se têm vindo a tomar. É determinante para que seja promovida a oferta de produtos e serviços de origem nacional, já que é a única forma de geração de empregos e proveitos sustentados".

"Advogo nas actuais circunstâncias que incremento do salário mínimo no sector da agricultura deveria ser mais substancial, ao invés dos 32 mil kz, mantendo-se assim uma diferença relativamente considerável em relação a outros sectores económicos, como é o caso da indústria transformadora e comércio", defendeu o ex-secretário-geral adjunto da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA).

Idêntico ponto de vista é partilhado pelo especialista em direito do trabalho, Fortunato Paixão, que reconhece que o aumento salarial vai proporcionar o aumento do consumo privado, mas realça ter sido uma "medida necessária", uma vez que o País tem condições para o efeito, pois o preço do petróleo tem estado acima do orçamentado nos últimos nove meses.

"Isso dá uma folga, na medida em que a economia se encontra mais funcional!", refere o economista, acrescentando que a necessidade do reajuste do salário mínimo resulta dos compromissos de Angola assumidos no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e trata-se de um mecanismo de reposição de justiça social.

"A produtividade está baixa. As universidades não estão a preparar os estudantes para o mercado do trabalho e o trabalhador angolano ainda produz muito pouco", sublinhou.

Já o economista Sérgio Calundungo elegeu dois factores que considera positivos e que se seguirão ao aumento dos salários, designadamente a diminuição da tensão social e o aumento do consumo dos cidadãos.

Calundungo referiu que "somos muito dependentes de um único produto, que é o petróleo, que hoje está alto, mas amanhã não sabemos como estará".

"Temos visto, muitas vezes, comportamentos de que, quando há aumentos salariais na função pública, há mais consumo e os preços acabam por disparar", atirou.

O Conselho de Ministros aprovou na segunda-feira, 31, a proposta de aumento do salário mínimo nacional na ordem dos 50%.

O salário mínimo aprovado estabelece para o sector da agricultura, 32.181,15 kwanzas, nos transportes, serviços e indústria transformadora, 40.226 kz, no comércio e indústria 48.271 kwanzas.

## I.6 Sindicatos dão «cartão vermelho» ao aumento de 50% do salário mínimo

*Novo Jornal*

*4 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Antunes Zongo*

As Confederações Sindicais, que são os sindicatos de nível superior, e que velam pelo direito dos trabalhadores, admitem evolução por parte do Governo ao ter pensado em aumentar o salário mínimo nacional e procedido ao reajuste salarial na função pública, mas recusam-se a aceitar que a subida seja feita em 50%, como decidiu o Conselho de Ministros, e não deixam de criticar o Executivo por ter tomado uma decisão com impacto na vida das empresas e dos trabalhadores sem ouvir os parceiros sociais.

O Novo Jornal sabe que técnicos de alguns sindicatos participaram de encontros que visaram a discutir os aspectos técnicos para se elevar o salário mínimo nacional e o reajuste na função pública, mas que, depois disso, as suas lideranças não foram convocadas para uma concertação social.

Falando em exclusivo ao Novo Jornal, José Joaquim Laurindo, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos-Confederação Sindical (UNTA-CS), elogiou, por um lado, o Executivo angolano por ter idealizado materializar as reclamações de aumento salarial e, por outro, manifestou-se agastado pelo facto de as direcções dos sindicatos, enquanto parceiras do Governo, não terem sido convocadas para uma abordagem de concertação.

" Fizemos uma nota sobre a decisão (do Governo), embora tardia, mas a UNTA e o movimento sindical não reconhecem e não aceitam este indicativo de 50%, porque não corresponde sequer ao custo da cesta básica. Para nós, o aumento do salário, tendo em conta a média entre a cesta básica urbana e a rural, não pode ser de menos de 100 mil kwanzas", sublinhou José Joaquim Laurindo.

A Unita – CS, liderada por José Joaquim Laurindo desde Agosto de 2021, é o sindicato mais antigo do país, foi criado em 1960, e, de acordo com as informações constantes no seu website, conta com oito federações ramais filiadas, cinco sindicatos nacionais, 17 Uniões Provinciais e 98 Sindicatos provinciais.



À semelhança da UNTA-CS, a Central Geral de Sindicatos Independentes Livres de Angola (CGSILA) também não está de acordo com a percentagem indicada para o aumento do salário nacional.

Ao NJ, Francisco Jacinto, responsável do referido sindicato, disse estar de certa forma "revoltado" pela opção governamental, sobretudo por não os chamar, enquanto parceiros, para uma concertação.

Entre outras coisas, Francisco Jacinto considerou que o Executivo está não só a "ignorar" mas também a "denegrir o movimento sindical em Angola".

"Não é só com este gesto da aprovação do salário mínimo (sem ouvir os parceiros), é que, desde 2017 que este Governo tomou posse, quase não reúne com os parceiros, quase que não trata com os parceiros. O Conselho de Concertação Social, que é presidido pelo próprio Presidente da República, que, nos termos do seu regulamento, reúne duas vezes por ano, desde 2017, estamos 2022, reuniu apenas na sexta-feira para discutir a Lei Geral do Trabalho, mas também reuniu por pressão. Caso o movimento sindical não pressionasse, esta lei nunca seria revista", observou Francisco Jacinto.

Para Jacinto, cuja entidade sob sua liderança congrega, entre outras organizações sindicais, o Sindicato dos Jornalistas Angolanos, Sindicato Nacional dos Professores e o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Não-Universitário, para a actualização do salário mínimo nacional era obrigatório ouvir também os trabalhadores, bem como as entidades patronais, visando ao alcance "de um valor de consenso".

Na perspectiva da CGSILA, segundo O líder sindical, o aumento do salário mínimo nacional deve ser de acordo com o peso da perda do poder de compra dos trabalhadores, que, de acordo com os seus cálculos, terá sido de mais de 90% da capacidade.

Questionado sobre um facto real relacionado com a existência de empresas cujos resultados expostos nos respectivos balanços financeiros não lhes permite proceder ao aumento, o sindicalista repudiou a abordagem, sublinhando que em "Angola tem-se criado milionários e bilionários da noite para o dia", e que, tendo em conta isso, a narrativa de que há empresas que não podem avançar com os aumentos "gera indignação".

"Como é que num País como o nosso, considerado como dos mais caros do mundo, se paga a um chefe de família um salário abaixo dos 30 euros? Temos que pensar no homem, ao dar salário de 33 mil

kwanzas a um homem, que não tem casa própria, o filho não vai à escola porque não tem dinheiro, que não tem água potável e nem energia eléctrica, é para nós uma ofensa muito grande", disse Francisco Jacinto.

O também advogado fez saber que, na qualidade de líder da CGSILA, optou por juntar forças com a UNTA-CS e o sindicato Força Sindical para demover o Governo da pretensão de aumento em 50%, e marcaram um encontro para quinta-feira, 03, 48 horas depois do fecho desta edição.

Além da situação do aumento do salário mínimo nacional em 50%, as referidas entidades sindicais devem também discutir a situação da segurança social.

Executivo prevê melhoria para classe trabalhadora

De referir que o Executivo aprovou o aumento do salário mínimo na segunda-feira (31 de Janeiro), durante a primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço. Para o Governo, a medida ajudará os trabalhadores a fazer face à redução do poder de compra e à necessidade de manutenção e sustentabilidade económica.

Actualmente, há três tipos de salário mínimo nacional, o do sector agrícola, Transportes, Serviços e Indústria Transformadora, bem como o Comércio. Entretanto, em jeito de comparação, o salário mais baixo é o do sector agrícola, fixado em 21,4 mil kwanzas.

Caso o Governo realize de facto um aumento de 50%, poderá ascender para pouco mais de 32 mil kwanzas.

A nível dos Transportes, Serviços e Indústria transformadora, o salário está em 26 mil kwanzas, sendo que no comércio e Indústria está fixado em 32 mil.

## **I.7 Tesouro pronto para executar aumento de 50 por cento**

*Jornal Economia e Finanças*  
*4 De Fevereiro de 2022*

Executivo aprovou, no início desta semana, um aumento de 50 por cento do salário mínimo nacional, para fazer face à degradação do poder de compra dos trabalhadores e a necessidade de manutenção e sustentabilidade económica



O Executivo aprovou, no início desta semana, um aumento de 50 por cento do salário mínimo nacional, para fazer face à degradação do poder de compra dos trabalhadores e a necessidade de manutenção e sustentabilidade económica.

Durante a primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, também foi apreciada, para remessa à Assembleia Nacional, uma proposta de Lei que autoriza o Titular do Poder Executivo a legislar sobre os princípios gerais relativos à organização e aplicação da estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios da Função Pública, visando repor a equidade salarial entre os funcionários e agentes administrativos enquadrados na carreira não técnica e nas demais carreiras do regime geral, até ao professor catedrático.

Ministra das Finanças, Vera Daves, garantiu ao país a existência de condições para suportar os devidos ajustes

De acordo com a Ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, não haverá, para já, remuneração dos titulares de cargos públicos e de políticos, para deixar espaço em termos de reserva orçamental, a fim de dedicar o maior valor possível às classes mais baixas.

A ideia, com isso, frisou, passa por maximizar o ajustamento junto das pessoas que ganham menos e por serem as que mais sofrem com o impacto da inflação e as dificuldades em adquirir o mais básico para a satisfação das necessidades individuais.

"Foram estes exercícios que fizemos", destacou, assegurando que se vai continuar a dialogar com as organizações sindicais e com as forças que representam os técnicos superiores. "Apelamos, apenas, à compreensão destas classes, para que o resultado final seja o melhor possível e que não ponha em causa tudo aquilo que ainda temos que fazer em várias outras classes de despesas, sejam elas correntes ou de capital".

Vera Daves de Sousa esclareceu ainda que a ideia era fazer um ajuste maior, mas, para tal, implicaria pôr em causa o futuro desses mesmos salários, do investimento que tem de se continuar a fazer em diversos sectores, como o da Educação e Saúde que, como destacou, "vão beneficiar essas mesmas pessoas".

Acrescentou ainda que a prioridade destas medidas passa pela correcção do poder de compra das famílias, e melhorar as remunerações, tendo em conta a perda do poder de compra resultante da inflação que o país vive.

"Mas, ao fazer essa correcção, não podemos perder de vista a importância de manter sustentável as finanças públicas", alertou, tendo destacado que há dinheiro disponível para se avançar com a implementação do aumento do salário mínimo nacional e o ajuste dos salários da Função Pública, depois de o documento ser submetido à Assembleia Nacional e seguir os trâmites normais.

"Procuraremos ser o mais diligente possível, porque temos consciência de que se trata de uma medida de grande impacto social e, também, temos a consciência das dificuldades que os nossos cidadãos têm sentido", concluiu.

## I.8 Criminalização a quem mandar criança á rua para mendigar

*Jornal Luanda*

*7 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Arcângela Rodrigues*

Mãe de quatro filhos, Marta Gabriel foi abandonada pelo esposo. Perdeu a casa onde viviam. Sem eira nem beira, deambula pelas ruas de Luanda com os filhos, pedindo esmola para sobreviver.

A reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda encontrou-a com os filhos pelas ruas do Talatona em busca de ajuda. Pela aparência, há muito que não cuidavam da higiene pessoal e estavam desnutridos. "Durante o dia, só nos alimentamos de pão ou arroz com feijão, mas só quando aparece alguém de boa-fé para ajudar", conta.

A filha mais velha estava com os olhos fundos e a barriga inflamada. Marta alegou falta de condições para levá-la ao hospital. A situação chamou a atenção dos técnicos da Acção Social do município do Talatona e do Instituto Nacional da Criança (INAC), que accionaram os serviços de saúde para atender a menina.

Marta e os filhos foram abordados pelos técnicos durante o lançamento da campanha nacional de sensibilização dos pais que insistem em mandar os filhos para as ruas para mendigar.

Quando a equipa composta por assistentes sociais, técnicos do INAC e da Administração municipal de Talatona chegou ao local, onde se juntam para pedir esmola, nas proximidades de um conhecido supermercado, as mães, com filhos menores ao colo, adolescentes e jovens começaram a dispersar-se.

Ao longo de uma rotunda há um jardim bem tratado, à sombra de uma árvore estavam outras duas

senhoras, com crianças, deitadas em papelões. Sem qualquer possibilidade de fugir das autoridades, uma mostrou-se furiosa com a presença delas e outra disse estar envergonhada com a sua situação.

Pacientemente, os integrantes da equipa aproximaram-se das senhoras e informaram que estavam a fazer um trabalho de sensibilização e cadastramento para saber em que condições vivem, afim de lhes dar apoios. Durante 10 minutos, os assistentes sociais sensibilizaram as senhoras no sentido de deixarem de usar os filhos para pedir esmola na rua.

À nossa reportagem, Marta Gabriel, que desconhece que idade tem, prometeu deixar as ruas, desde que tenha um lugar para morar e um pequeno negócio para organizar a vida.

Defronte ao portão de um condomínio estava uma criança, que aparentava ter 13 anos. O garoto exibia um cartaz onde estava escrito: "por favor, ajuda, estou com fome". Tentámos conversa com ele, mas recusou-se a responder as nossas questões.

Na via que passa pela TV Zimbo, foram encontrados vários jovens drogados, mulheres, crianças, e um bebé recém-nascido à porta de estabelecimentos comerciais a pedir comida ou dinheiro para satisfazer as necessidades.

Enquanto decorria os trabalhos de sensibilização, os assistentes sociais depararam-se com uma senhora já conhecida. Segundo os técnicos, a senhora e os filhos já foram retirados das ruas por três vezes e colocados num centro de acolhimento, mas acabaram sempre por fugir.

Segundo os responsáveis da Acção Social, sempre que é encontrada, a senhora apresenta a mesma história, ou seja, que está na rua por falta de casa. "Isso já não é justificação. Este mês, quando voltarmos, se encontrarmos vocês aqui, vamos retirar as crianças", avisou um dos responsáveis, acrescentando que ela tem se aproveitado das crianças para pedir esmola.

Depois de ouvir isso, a senhora começou a chorar e disse não ter motivos para mentir. "Se fizer isso, todo mal vai cair sobre mim, Deus não gosta. É triste, eu mentir os irmãos, sabendo que estão a trabalhar para nos ajudar", disse.

## I.9 FADA desembolsa mais de dois mil milhões de kwanzas em todo o país

*Jornal de Angola*  
7 De Fevereiro de 2022

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) aplicou mais de dois mil milhões de kwanzas até ao momento, para o financiamento de 164 projectos agrícolas em todo o país.

Esta informação foi avançada, recentemente à Angop, no município da Nharea, província do Bié, pelo administrador executivo do FADA, Manuel Pedro.

Naquela província, a título de exemplo, o fundo financiou, até agora, 33 projectos, avaliados em 480 milhões de kwanzas.

Manuel Pedro assegurou, igualmente, que o processo de reembolso terá início a partir de 2023. Dez milhões de kwanzas são o valor que cada cooperativa pode receber. Apesar de não revelar o número de projectos a espera de financiamento, o responsável avançou que podem também aderir ao crédito operadores da agricultura familiar, pequenos agricultores agrupados e outros.

Os projectos do FADA, iniciados na campanha agrícola 2020/2021 para todo o país, estão ligados à produção agrícola familiar e contam com montante total de 15 mil milhões de kwanzas, cujo financiamento é reembolsável por um período de um a cinco anos, a uma taxa de juro de três por cento.

O valor do financiamento destina-se, principalmente, para financiar bens e serviços directamente relacionados com a actividade produtiva, de forma a promover a economia de custos de produção, aumento da produtividade e renda das famílias.

O FADA quer, assim, um maior apoio à cadeia de produção de cereais (milho, trigo, arroz, massango e massambala), leguminosas e oleaginosas (feijão, amendoim e soja), raízes e tubérculos (batata-rena e doce, mandioca e inhame), além das hortícolas (tomate, repolho, cebola, alho, pimento e cenoura) e as frutícolas (manga, mamão, melância, morango, abacate, ananás, citrinos, banana de mesa e banana pão).

A concretização desse financiamento, na visão da instituição, enquadra-se nos objectivos do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi) e do Plano de Desenvolvimento de Médio

Prazo do Sector Agrícola, aprovado pelo Ministério da Agricultura e Pescas.

## I.10 INSS cria seguro social voluntário

*Jornal Economia e Finanças*  
11 De Fevereiro de 2022

O mercado informal passará a contar, dentro em breve, com o regime do seguro social voluntário, informou em Luanda, o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Pedro Manuel.

O seguro social voluntário é um regime contributivo facultativo que dá acesso a benefícios atribuídos pela Segurança Social.

O seu funcionamento é muito semelhante ao regime geral da Segurança Social, ou seja, o contribuinte desconta uma percentagem da sua remuneração todos os meses e, em troca, recebe protecção em situações de fragilidade.

O secretário de Estado falava na quarta edição do Briefing do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) com os jornalistas.

Fez saber que a ideia surge a pensar nos cidadãos que não estão sujeitos à obrigatoriedade de pagar o regime contributivo geral, para que estes trabalhadores não fiquem desamparados em situações delicadas das suas vidas.

Nesse regime serão abrangidos os taxistas, vendedores ambulantes e outras actividades económicas.

"Como é facultativo, as peso soas que reunirem as condições para aceder a este instrumento de apoio podem assim, escolher se querem ou não pagar por um regime de assistência", disse.

Embora tenha sido criado para cidadãos em situações muito específicas, prosseguiu, as suas contribuições podem prevenir a falta de protecção social na doença, invalidez e velhice.

Por outro lado, revelou que o regime de protecção social de trabalhadores por conta de outrem em 2020 era de dois milhões 053 mil 848, passando para dois milhões 127 mil 405 em 2021. Já os por conta própria aumentou de três mil 337 em 2020, para cinco mil 513 em 2021, enquanto os trabalhadores domésticos, de cinco mil 949 em 2020 para seis mil 418 em 2021.

Em 2020 não houve registo de trabalhadores de actividades geradoras de baixo rendimento, ao passo que em 2021 houve dois mil 761.

Em relação aos indicadores globais do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), destacou uma taxa de crescimento de 11,43 por cento nos contribuintes, de 191 mil 487 (2020) para 209 mil, 846 (2021).

Para os segurados, a taxa aumentou 13,10 por cento, tendo em 2020 sido registados um milhão 967 mil 627 e, dois milhões 130 mil 287 em 2021.

Em relação aos pensionistas, destacou um crescimento de 10,09 por cento: 160 mil 168 em 2020 para 177 mil 792 em 2021

## I.11 Reflexões sobre a necessidade de se melhorar a redistribuição do rendimento nacional

*Jornal Expansão*  
11 De Fevereiro de 2022

Angola continua excessivamente dependente do petróleo. Os preços do petróleo voltaram a subir. Depois de terem atingido 23 USD o barril em Março de 2020, chegaram a 74 USD em Dezembro de 2021. Um conjunto de retomadas da procura, à medida que se levantam as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, e dificuldades na recuperação da produção do petróleo em alguns países, são apontadas como causas para o aumento dos preços. Até quando os preços continuarão a subir continua a ser uma incógnita. Tudo dependerá da capacidade de contenção da pandemia (para que não se volte às medidas mais restritivas reduzindo a procura) e do tempo que levará aos produtores de petróleo de xisto nos EUA a voltarem a inundar o mercado com petróleo barato atraídos pelos preços altos.

Angola é um dos produtores de petróleo que mesmo com preços altos e relaxamento das barreiras à produção impostas pela OPEP não tem sido capaz de aumentar a produção (o mesmo se passa com a Nigéria) devido ao envelhecimento dos poços e o baixo nível de investimento realizado nos últimos anos. Desde Dezembro de 2015, a produção de petróleo diminuiu 35%, de mais de 1,8 milhões de barris por dia para menos de 1,2 milhões de barris em Dezembro de 2021.

Ainda assim, o referido aumento do preço do petróleo tem "reanimado" o motor da economia angolana. Em 2021, as exportações totais aumentaram 12% de perto de 21 mil milhões de USD em 2020 para mais de 23 mil milhões. Com as importações em queda (- 9,3% em 2021) estima-se que o saldo global da balança de pagamentos tenha sido superavitário em mais de 1,4 mil milhões de USD. O petróleo continua a representar 94% das exportações. As exportações fora do petróleo e dos diamantes (principalmente madeira, peixe e bebidas) têm vindo a crescer, mas apresentam uma tendência extremamente volátil e concentram-se principalmente em produtos de baixo valor acrescentado.

As perspectivas de crescimento, embora longe da marca registada na mini idade de ouro, são animadoras na medida em que poderá significar o fim de meia década de recessão. No terceiro trimestre de 2021, a economia registou o seu primeiro crescimento homólogo em mais de dois anos. A actividade económica global aumentou 0,8%. Projecta-se um crescimento de 2,5% para 2022. Dados do FMI dão conta que pelo menos até 2025 a economia crescerá a uma cadência média anual em tomo de 3%. São taxas de crescimento incapazes de cobrir o custo de reprodução da força de trabalho e compensarem o efeito de mais de 10% de contracção do PIB provocada pelas recessões acumuladas. Portanto, a economia está carente de uma dinâmica de crescimento que seja capaz de tirar milhões de angolanos da vergonha do desemprego e do miserável estado de pobreza em que se encontram.

A teoria do U invertido de Kuznets estabelece que à medida que o crescimento económico ocorre criam-se as condições para a diminuição das disparidades sociais. O que sucede em dois momentos distintos. Num primeiro, os proventos do crescimento económico são apropriados pelas classes já inicialmente ricas o que aprofunda ainda mais a desigualdade (medida, por exemplo, pelo índice de Gini). Posteriormente, o efeito contágio garante que mais negócios e empregos se criem e assim ocorre uma maior difusão da prosperidade, resultando em diminuição da desigualdade. o ano em que se completa 20 anos de paz militar, não é escamoteável que os canais de difusão dos ganhos do crescimento económico encontram-se inquinados pela corrupção generalizada, nepotismo, clientelismo, por sector empresarial privado fraco e dependente do sector público pela ganância e ambição desmedidas da classe que, à partida, já era privilegiada e pela excessiva concentração num sector que contribuiu com metade do crescimento do país, mais de 75% das receitas fiscais, mais de 95% das exportações e com menos de

1% para a absorção da crescente força de trabalho do país, o petrolífero.

A desigualdade na distribuição de rendimentos e especialmente da riqueza é abissal em Angola. Como o comprovam o alto valor do coeficiente de Gini (0,51), a dificuldade de ascensão no índice desenvolvimento humano do PNUD (posição 148/189 em 2020) e a deterioração irrefutável das condições de vida dos angolanos que se enxerga à vista desarmada.

Quando se analisam as várias componentes do IDH compreende-se que o país perdeu a oportunidade de transformar crescimento económico em melhorias das condições de vida da população e que os altos níveis de desigualdade são condicionantes importantes neste processo. Por exemplo, na óptica do rendimento do IDH o país ocupa a 131 a posição entre 189 países, mas em termos de desenvolvimento humano o país cai 17 lugares (118a). No ajustamento do IDH à desigualdade, o valor do índice reduz 32% (de 0,581 para 0,397). Ou seja, a desigualdade de rendimento, educação e saúde têm condenado a maior parte dos angolanos a viverem em condições de extrema pobreza e sem acesso a sistemas de saúde e educação de qualidade. Condição que se não for alterada garantirá que os angolanos do futuro herdem a pobreza dos angolanos do presente.

Por um lado, altos níveis de desigualdade afectam o crescimento económico ao diminuírem a produtividade daqueles que não têm acesso à saúde e educação de qualidade e agudiza a pobreza ao excluir boa parte da população do processo de produção e, desta forma, dos canais formais de distribuição do rendimento nacional. Por outro lado, através da transferência de rendimento dos mais ricos para os mais pobres pode-se estimular o consumo privado, uma vez que a propensão marginal a consumir destes últimos é maior do que a dos primeiros. Ainda poderia acrescentar que, em condições normais, os mais pobres consomem mais produção nacional por ser economicamente mais acessível. Assim, o combate às assimetrias na distribuição do rendimento deverá ser encarado não como uma questão ética/moral e/ou de justiça social, mas como uma questão de racionalidade económica.



## I.12 Taxa de emprego cresce 1,3% no quarto trimestres

*Jornal de Angola*

16 De Fevereiro de 2022

Texto: José Rufino

A população com 15 ou mais anos de idade registou uma variação crescente, na taxa de emprego de 1,3 por cento no quarto trimestre quando comparado ao terceiro, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística

De acordo com o relatório do INE, é visível uma certa retoma a julgar pelo facto de a população economicamente activa estimada em 15,4 milhões no quarto trimestre de 2020 passar para 16,2 milhões em igual período do ano 2021.

Em relação a população empregada, esta saiu de 10,7 milhões em 2020 para 10,8 milhões em 2021. A população com emprego informal também cresceu ao passar de 8,6 milhões para 8,7 milhões.

Em relação a população inactiva, o gráfico mostra queda ao sair-se de 1,6 milhões para 1,5 milhões, numa variação de 7,1 por cento.

No agregado, os indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) avançam que a taxa de actividade subiu de 90,5 para 91,3. Já a taxa de inactividade também mostrou queda, tendo saído dos 9,5 para os 8,7 por cento, numa variação trimestral calculada em 6,0 por cento.

Sinais de retoma

No mesmo período, o referido grupo populacional, apresentou uma taxa de desemprego decrescente, a rondar em 3,5 por cento face ao trimestre anterior.

A Folha de Informação Rápida (FIR) do Inquérito ao Emprego em Angola (IEA) foi, ontem, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) recolhida através de inquérito por amostragem (IEA) de periodicidade trimestral e compilação anual.

O inquérito, por trimestre, selecciona uma amostra de um total de 10.648 (Dez mil e seiscentos e quarenta e oito mil), diminuindo em 0,6 por cento (66 722 pessoas) com relação ao trimestre anterior.

## I.13 Apenas 3% dos jovens em idade activa têm emprego formal

*Jornal Expansão*

18 De Fevereiro de 2022

Texto: Joaquim José Reis

Por cada 100 jovens em idade activa, 60 estão desempregados, 37 sobrevivem de biscates na informalidade e apenas 3 têm emprego formal, segundo cálculos do Expansão, com base no inquérito ao emprego em Angola do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativo ao IV trimestre do ano passado.

No final do ano passado, 5.561.193 jovens, com idades entre os 15 e os 24 anos, estavam em idade activa, já que constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico, ou seja, estavam empregados ou desempregados. Representavam 34% da população activa angolana. Face a 2020, entraram em idade activa mais 337.889 angolanos nesta faixa etária, mas como a população empregada nestas idades caiu em 99.874, isto fez com que a população desempregada nesta faixa etária tenha aumentado em 437.764 para 3.326.002 (+15%). Assim, no final de 2021, só 2.235.191 trabalhavam e, destes, apenas 139.430 tinham emprego formal. Ou seja, apenas 6% dos jovens entre os 15 e os 24 anos que tinham emprego trabalhava na formalidade.

Por outro lado, o número de jovens registados como população inactiva, ou seja; que nem trabalham nem estudam, caiu 7,1%, equivalente a menos 67.369 jovens inactivos face aos 943.127 registados no final de 2020. Ainda assim, no final do ano passado, existiam 875.758 pessoas entre os 15 e os 24 anos que não trabalhavam nem estudavam, o que levanta questões como o facto de o País estar a produzir delinquentes, ou no limite uma geração ociosa sem hábitos de trabalho. São necessárias, assim, medidas para estimular o mercado de trabalho de forma a criar condições para empregar estes jovens, admitem especialistas.



## Taxa de desemprego a subir

A taxa de desemprego fixou-se em 32,9% no final de 2021, representando um aumento de 2,3 pontos percentuais face aos 30,6% registados no IV trimestre de 2020 (ver tabela). Contas feitas, um em cada 3 angolanos em idade activa está desempregado. No final do ano passado, face ao mesmo período de 2020, entraram para a população economicamente activa 739.561 pessoas. Deste número, 601.001 foram para o desemprego, enquanto 36.000 conseguiram um emprego formal. Já os restantes, 102.560 abraçaram a informalidade. Ou seja, por cada 100 pessoas que entraram em idade activa, 14 não tiveram outra solução que não seja os biscates para garantir a sobrevivência.

Em 2021, o número de pessoas empregadas cresceu 1,3% para 10.888.048, sendo que 81% trabalha na informalidade e os restantes 19% na formalidade (ver quadro). Os números demonstram, assim, que no ano em que o país consegue quebrar um ciclo de cinco anos e recessão económica (saída da recessão terá que ser confirmada pelo INE), o emprego aumentou 1,7% na formalidade de 1,2% na informalidade. Serão sempre boas

notícias, mas então como é que se explica que a taxa de desemprego esteja a aumentar? Precisamente porque o país está em recessão há cinco anos e o mercado de trabalho não tem conseguido absorver as pessoas que vão entrando em idade activa. Ou seja, Angola está ano após ano a criar mais pobres, pois não consegue criar empregos para absorver a quantidade cidadãos que entram em idade activa para trabalhar.

E é precisamente nas camadas mais jovens que o desemprego mais se faz sentir, já que 59,8% dos desempregados são pessoas com idades entre os 15 e os 24 anos. Quanto ao desemprego por género, as mulheres representam 54% dos desempregados do país.

O IEA é um inquérito por amostragem que contemplou um total de 10.944 agregados familiares, sendo na área urbana 6.036 e na área rural 4.908. É considerado empregada a pessoa com idade mínima de 15 anos que, no período de referência (últimos 7 dias anteriores ao inquérito), tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em espécie; Tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço; Tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; Estava em situação de pré reforma, mas a trabalhar.

## I.14 INE diz que há mais de 5 milhões de angolanos no desemprego

*Novo Jornal*

*18 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Dulcineia Lafua*

Angola tem pelo menos 5,3 milhões de desempregados entre a população com 15 ou mais anos de idade, revela um relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE), que se foca no quarto trimestre de 2021.

Segundo o documento, deste número, 2,4 milhões são homens (31,1%) e 2,9 milhões são mulheres (34,6%). Divulgado esta semana, o Inquérito ao Emprego em Angola - IV Trimestre 2021 refere que a taxa de desemprego na área urbana (43,0%) é duas vezes superior à da área rural (18,8%).

O documento indica ainda que, no quarto trimestre de 2021, a população desempregada aumentou 12,7%, o que corresponde a 601 mil pessoas em relação ao trimestre homólogo de 2020.

Quanto à taxa de emprego no mesmo período, o inquérito mostra que, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2021, foi estimada em 10.888.048 de pessoas (61,2%), sendo 5.402.260 homens e 5.485.788 mulheres. O estudo explica que mais da metade da população empregada se encontram no sector agrícola, produção animal, caça florestal e pesca.

No país, a maioria das pessoas empregadas encontra-se no emprego informal 80,7% (8.788.236 pessoas), das quais 71,5% entre homens (3.863.781 pessoas) e 89,8% entre mulheres (4.924.456 pessoas). No quarto trimestre de 2021, a maioria dos empregados no emprego informal foram trabalhadores por conta própria sem trabalhador (3.398.035) e trabalhadores familiares sem remuneração (3.222.184).

O inquérito do INE foi elaborado com base numa amostra seleccionada de 10.648.511 cidadãos, com 15 ou mais anos

## I.15 Reflexões sobre a necessidade de se melhorar a redistribuição do rendimento nacional

*Jornal Expansão*

*11 De Fevereiro de 2022*

Angola continua excessivamente dependente do petróleo. Os preços do petróleo voltaram a subir.

Depois de terem atingido 23 USD o barril em Março de 2020, chegaram a 74 USD em Dezembro de 2021. Um conjunto de retomadas da procura, à medida que se levantam as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, e dificuldades na recuperação da produção do petróleo em alguns países, são apontadas como causas para o aumento dos preços. Até quando os preços continuarão a subir continua a ser uma incógnita. Tudo dependerá da capacidade de contenção da pandemia (para que não se volte às medidas mais restritivas reduzindo a procura) e do tempo que levará aos produtores de petróleo de xisto nos EUA a voltarem a inundar o mercado com petróleo barato atraídos pelos preços altos.

Angola é um dos produtores de petróleo que mesmo com preços altos e relaxamento das barreiras à produção impostas pela OPEP não tem sido capaz de aumentar a produção (o mesmo se passa com a Nigéria) devido ao envelhecimento dos poços e o baixo nível de investimento realizado nos últimos anos. Desde Dezembro de 2015, a produção de petróleo diminuiu 35%, de mais de 1,8 milhões de barris por dia para menos de 1,2 milhões de barris em Dezembro de 2021.

Ainda assim, o referido aumento do preço do petróleo tem "reanimado" o motor da economia angolana. Em 2021, as exportações totais aumentaram 12% de perto de 21 mil milhões de USD em 2020 para mais de 23 mil milhões. Com as importações em queda (- 9,3% em 2021) estima-se que o saldo global da balança de pagamentos tenha sido superavitário em mais de 1,4 mil milhões de USD. O petróleo continua a representar 94% das exportações. As exportações fora do petróleo e dos diamantes (principalmente madeira, peixe e bebidas) têm vindo a crescer, mas apresentam uma tendência extremamente volátil e concentram-se principalmente em produtos de baixo valor acrescentado.

As perspectivas de crescimento, embora longe da marca registada na mini idade de ouro, são animadoras na medida em que poderá significar o fim de meia década de recessão. No terceiro trimestre de 2021, a economia registou o seu primeiro crescimento homólogo em mais de dois anos. A actividade económica global aumentou 0,8%. Projecta-se um crescimento de 2,5% para 2022. Dados do FMI dão conta que pelo menos até 2025 a economia crescerá a uma cadência média anual em torno de 3%. São taxas de crescimento incapazes de cobrir o custo de reprodução da força de trabalho e compensarem o efeito de mais de 10% de contracção do PIB provocada pelas recessões acumuladas. Portanto, a economia está carente de uma dinâmica de crescimento que seja capaz de tirar milhões de

angolanos da vergonha do desemprego e do miserável estado de pobreza em que se encontram.

A teoria do U invertido de Kuznets estabelece que à medida que o crescimento económico ocorre criam-se as condições para a diminuição das disparidades sociais. O que sucede em dois momentos distintos. Num primeiro, os proventos do crescimento económico são apropriados pelas classes já inicialmente ricas o que aprofunda ainda mais a desigualdade (medida, por exemplo, pelo índice de Gini). Posteriormente, o efeito contágio garante que mais negócios e empregos se criem e assim ocorre uma maior difusão da prosperidade, resultando em diminuição da desigualdade. O ano em que se completa 20 anos de paz militar, não é escamoteável que os canais de difusão dos ganhos do crescimento económico encontram-se inquinados pela corrupção generalizada, nepotismo, clientelismo, por sector empresarial privado fraco e dependente do sector público pela ganância e ambição desmedidas da classe que, à partida, já era privilegiada e pela excessiva concentração num sector que contribuiu com metade do crescimento do país, mais de 75% das receitas fiscais, mais de 95% das exportações e com menos de 1% para a absorção da crescente força de trabalho do país, o petrolífero.

A desigualdade na distribuição de rendimentos e especialmente da riqueza é abissal em Angola. Como o comprovam o alto valor do coeficiente de Gini (0,51), a dificuldade de ascensão no índice desenvolvimento humano do PNUD (posição 148/189 em 2020) e a deterioração irrefutável das condições de vida dos angolanos que se enxerga à vista desarmada.

Quando se analisam as várias componentes do IDH compreende-se que o país perdeu a oportunidade de transformar crescimento económico em melhorias das condições de vida da população e que os altos níveis de desigualdade são condicionantes importantes neste processo. Por exemplo, na óptica do rendimento do IDH o país ocupa a 131ª posição entre 189 países, mas em termos de desenvolvimento humano o país cai 17 lugares (118ª). No ajustamento do IDH à desigualdade, o valor do índice reduz 32% (de 0,581 para 0,397). Ou seja, a desigualdade de rendimento, educação e saúde têm condenado a maior parte dos angolanos a viverem em condições de extrema pobreza e sem acesso a sistemas de saúde e educação de qualidade. Condição que se não for alterada garantirá que os angolanos do futuro herdem a pobreza dos angolanos do presente.

Por um lado, altos níveis de desigualdade afectam o crescimento económico ao diminuírem a produtividade daqueles que não têm acesso à saúde e

educação de qualidade e agudiza a pobreza ao excluir boa parte da população do processo de produção e, desta forma, dos canais formais de distribuição do rendimento nacional. Por outro lado, através da transferência de rendimento dos mais ricos para os mais pobres pode-se estimular o consumo privado, uma vez que a propensão marginal a consumir destes últimos é maior do que a dos primeiros. Ainda poderia acrescentar que, em condições normais, os mais pobres consomem mais produção nacional por ser economicamente mais acessível. Assim, o combate às assimetrias na distribuição do rendimento deverá ser encarado não como uma questão ética/moral e/ou de justiça social, mas como uma questão de racionalidade económica.

## **I.16 Só um terço das famílias foram cadastradas até ao final de 2021**

*Jornal Expansão*

*18 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Faustino Diogo*

Nos primeiros dois anos do Programa de Fortalecimento da Protecção Social, Kwenda, foram cadastrados 536 mil agregados familiares vulneráveis, cerca de um terço da meta de 1,6 milhões a cumprir até 2023, acordada entre o Executivo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com este último a considerar que o programa tem sofrido alguns atrasos motivados pela difícil mobilidade e literacia financeira do País.

Até ao final de 2021, pouco mais de 300 mil receberam efectivamente estas transferências monetárias no âmbito deste programa que visa preparar o país para o fim da subsidiação aos combustíveis, sendo um dos compromissos assumidos pelo Executivo no âmbito do programa de financiamento do FMI, mas que tem sido sucessivamente adiada - também a pedido da instituição multilateral devido à situação económica e financeira do país, que passou por cinco recessões económicas.

O Governo admite constrangimentos na fase inicial do programa que arrancou em Maio de 2020 e espera ao longo dos anos de execução "alcançar", as metas, melhorando assim a vida de quase dois milhões de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

"Os progressos têm sido mais lentos do que o esperado, devido em grande parte à baixa cobertura dos serviços bancários e dos operadores de dinheiro móvel entre a população pobre", justificou a equipa económica do Executivo ao FMI, no relatório da

sexta avaliação do acordo que Angola tinha com esta instituição, que terminou em Dezembro de 2021. "Estamos também a discutir com o Banco Mundial a possibilidade de ajustar o montante de transferência monetária para tomar em linha de conta a inflação, a fim de preservar o poder de compra", justifica fonte do Executivo.

Já o Fundo de Apoio Social (FAS), instituição que tem sob sua responsabilidade a operacionalização do Kwenda, aponta a dificuldade de acesso às comunidades como principal constrangimento no processo de cadastramento das famílias, mas não admite que o processo esteja lento. "Os constrangimentos no processo de cadastramento são conhecidos. E o principal tem a ver com os acessos. Estradas degradadas, dispersão entre as aldeias e questões próprias da nossa realidade. Mas ainda assim não consideramos que o processo esteja lento", disse uma fonte do FAS ao Expansão.

De acordo com esta fonte, o Kwenda é um processo "novo" e implica enormes desafios que afectam todos os intervenientes no processo. "Há desafios de penetração nas zonas rurais para os três bancos comerciais inseridos no programa. E o rigor na validação dos dados em alguns casos alarga o período entre o cadastramento e o pagamento", disse.

Financiado pelo Banco Mundial (320 milhões USD) e o Executivo (100 milhões USD), o Programa de Fortalecimento da Protecção Social contempla quatro componentes, nomeadamente, transferências sociais monetárias, inclusão produtiva, municipalização da acção social e cadastro social único.

Os beneficiários do programa têm direito a 8.500 kz, mensalmente, que são pagos trimestralmente, fazendo com que cada agregado familiar receba 25.500 kz, que podem ser utilizados na geração de outros rendimentos pela via do desenvolvimento de pequenas actividades económicas, como por exemplo pequeno comércio, criação de animais de pequeno porte e agricultura. Ao que o Expansão apurou, está em cima da mesa um ajustamento a este valor tendo em conta o valor da inflação no final de 2021, que atingiu os 27,0%. Especialistas entendem que apesar do ponto de vista teórico o Kwenda estar bem concebido como instrumento de combate à pobreza, a sua implementação peca pela forma gradual com que está a ser feita.

"É importante que o Executivo reveja a lógica de implementação do projecto porque deve ter um olhar nacional. Não se pode desenvolver o Kwenda de forma gradual como está a acontecer. As políticas públicas devem ser universais no sentido em que devem abarcar, incluir e atingir os cidadãos,

independentemente dos municípios onde estejam a viver, sob pena de criar conflitos", defendeu Carlos Cambuta da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). "Na nossa visão, os desafios de combate à pobreza passam necessariamente pela implementação de projectos ou políticas integradas e o que estamos a assistir é que nos municípios e nas aldeias onde há Kwenda as famílias estão a ter alguma esperança de vida. Comparativamente aos municípios onde não há Kwenda, a situação é mais grave. É preciso alguma justiça social. Não se entende que determinada província com municípios em situação de pobreza, haja alguns contemplados e outros não. Isto é preciso ser revisto", disse Carlos Cambuta. Para o economista Alberto Miguel, o Kwenda é uma "boa forma" de ajudar as comunidades, desde que alcance de facto quem precise e nos tempos previstos.

"Esta é uma boa forma de combater a pobreza, mas é preciso verificar se realmente os beneficiários estão a ser mesmo as pessoas que mais precisam nestas comunidades. Porque se assim não for, será mais um programa igual a outros que não deram em nada. E também chamo a atenção para a regularidade das transferências, porque se assim não for, haverá quebra no ciclo que prevê outras vertentes", adianta o economista.

O fim da subsídição aos combustíveis

No âmbito das reformas em curso no País, o Executivo comprometeu-se a eliminar gradualmente a subsídição dos combustíveis assim que o Kwenda atingir grande parte dos 1,6 milhões de agregados familiares estabelecidos como meta para reduzir o impacto sobre os mais pobres.

Segundo a posição da equipa económica do Governo - que inclui o ministro de Estado Manuel Nunes Júnior, a ministra das Finanças Vera Daves de Sousa e o governador do BNA, José Massano relatório da sexta avaliação ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado do FMI "o objectivo é começar a eliminar gradualmente os subsídios implícitos aos combustíveis quando o programa de transferência monetária atingir uma massa crítica de agregados familiares e após a conclusão das tarefas preparatórias para a reforma dos subsídios aos combustíveis que garanta a sua sustentabilidade e continue a atenuar o seu impacto sobre os pobres, principalmente nesta difícil conjuntura socioeconómica".

Nesta senda, uma vez que o fim da subsídição não aconteceu durante o programa, o Executivo comprometeu-se a adoptar, com a assistência do FMI e do Banco Mundial, um conjunto de acções

preparatórias para a reforma dos subsídios aos combustíveis. Tratam-se de medidas que vão desde o reforço das capacidades técnicas e analíticas para a reforma dos subsídios no sector energético, quantificação da pobreza e dos impactos social e económico das diferentes opções de reforma dos subsídios aos combustíveis, a concessão de redes de segurança social para atenuar os impactos negativos, a elaboração de um plano estratégico de comunicação para informar o público e outros.

Para o Banco Mundial, além das transferências monetárias para a redução da pobreza, o registo das famílias mais pobres é importante para antecipar e preparar o país para futuros choques, como os climáticos. "O programa de transferências monetárias e o registo social subjacente permitirão ao Governo responder mais eficientemente a outras crises e choques, incluindo crises relacionadas com o clima, tais como inundações e secas, através da rápida identificação e direccionamento dos beneficiários da assistência de emergência. Os programas de protecção social adaptativos podem ajudar a construir a resistência das famílias pobres e vulneráveis aos choques, investindo directamente na sua capacidade de se prepararem, lidarem e adaptarem. Por exemplo, com base nos sistemas de alerta precoce sobre o clima, Angola poderia antecipar eventos relacionados com o clima e desenvolver meios de direccionar e distribuir a ajuda de emergência às pessoas afectadas", refere o BM no relatório *Second Angola Growth and Inclusion Development Policy Financing*, de 16 de Fevereiro de 2021, onde estão plasmados os objectivos a cumprir por este financiamento a Angola.

## 1.17 Taxa de Desemprego encerra 2021 em 33

*Jornal Mercado*

*18 De Fevereiro de 2022*

A taxa de desemprego fechou o quarto trimestre de 2021 nos 32,9%, uma redução de 1,2 pontos percentuais (pp) face ao terceiro trimestre, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), divulgados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

De acordo com os números do INE, em termos homólogos a taxa de desemprego em Angola registou um aumento de 2,3pp face aos 34,1% de 2020.

Houve menos desempregados de Outubro a Dezembro de 2021, diminuíram ao sair de 5,517 016 no terceiro trimestre para 5 348 623 no quarto trimestre. Por sua vez, as pessoas empregadas



registaram um aumento ao sair de 10 648511 para 10 888 048 equivalente a uma taxa de emprego de, 61,2%.

O sector informal (sem contractos e benefícios) permanece como maior empregador, e principal fonte de rendimento, com uma taxa de 80,7%. Este sector é maioritariamente preenchido pela força de trabalho feminina com uma representatividade de 4,9 milhões.

Em 2021, a categoria "trabalhadores por conta" própria destacou-se no segmento informal com mais de 3,3 milhões representantes, seguido pelos "trabalhadores familiares sem remuneração" com 3,2 milhões.

De acordo com os dados do INE, a taxa de emprego informal é maior na área rural face a urbana, numa escala de 95,6% e 65,7% respectivamente.

O grupo etário dos 15 aos 24 anos, apresenta a taxa de informalidade mais alta com 93,8%, e continua a ser a mais afectada pelo desemprego, ao registar um aumento de 59,8% no quarto trimestre, o maior registo desde que o indicador começou a ser calculado trimestralmente.

A população economicamente activa saiu de 16,1 milhões no terceiro trimestre para 16,2 milhões no último trimestre do ano

### **I.18 Em 10 milhões de empregados, 70% integram a economia informal, diz ministro**

*O Novo Jornal*

*25 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

O ministro da Economia e Planeamento revelou que em 10 milhões da força de trabalho existente no País, cerca de 70% integram o mercado informal, numa altura que Angola dispõe de um Produto Interno Bruto (PIB) no valor de 70 mil milhões de dólares,

Mário Caetano João falava nesta terça-feira, 22, por ocasião do lançamento do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), no mercado do Distrito Urbano do zango, no município de Viana.

O governante fez saber que em todo o País estão registados 100 mil operadores económicos e deste número cerca de 70 mil estão formalizados.

"A nossa meta para este ano é 200 mil, estamos em Fevereiro com mais de 70 mil, estamos a caminho de

80 mil é verdade que as acções tendem a acelerar. Gostaríamos depois de começar a formalizar outros actores do mercado informal, temos aqueles que desempenham actividades liberais, como canalizadores, electricistas e pedreiros", salientou.

O ministro da Economia e Planeamento destacou ainda que em todo o País existe uma força de trabalho estimada em mais de sete milhões a exercerem actividade informal que precisam de ser formalizados.

O PREI é um programa relacionado com a realização de micro negócios, dando igualmente acesso à segurança social. Visa à capacitação e gestão de pequenos negócios, atribuição de microcréditos e ao acesso ao sistema de pagamentos digitais por telemóvel.

Durante o processo de formalização aos comerciantes, serão atribuídos o cartão de vendedor ambulante, ou de vendedor de bancada pela administração do mercado. Depois terão a possibilidade de adquirir o número de identificação fiscal e o de segurança social, terão também a possibilidade de aceder ao mercado financeiro, abrir uma empresa e consequente participação nos concursos públicos, quer a título individual como colectivamente.

"Trazemos também a possibilidade de adquirirem o microcrédito e a possibilidade de poderem efectuar negócios através de pagamentos móveis, ao invés de transportar grandes quantias de dinheiro, ou fazer a facturação electrónica mediante o "mobile-money", garantiu Mário Caetano João.

O PREI é uma iniciativa do Governo, com o apoio orçamental da União Europeia e com assistência técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

### **I.19 Salário mínimo passa a ser 67 mil kwanzas**

*Jornal De Angola*

*25 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Yara Simão*

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram, quinta-feira (24), por unanimidade, a proposta de Lei de Autorização Legislativa que autoriza o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a legislar sobre os princípios gerais relativos à organização e aplicação da estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios da Função Pública.



O Executivo prevê efectuar os ajustamentos dos vencimentos de base da Função Pública num intervalo de 4 a 102 por cento. A categoria mais baixa de auxiliar de limpeza de segunda classe vai ser implementada em 102 por cento, passando de 33 598, para 67 807 kwanzas.

Para a categoria mais alta do grupo de pessoal não técnico oficial administrativo principal, terá aumento de 11 por cento, de 88 577 kwanzas para 98 321 kwanzas. O de técnico médio, o incremento foi de 12 por cento, aumentos absolutos que variam de 10 216 kwanzas, para 14 783 kwanzas, e para os demais grupos propõe-se incremento de 4 por cento.

Para assegurar que os vencimentos bases mais baixos sofram maiores incrementos, vai adequar-se a tabela indiciária do pessoal não técnico e técnico médio, assim como a transição dos professores auxiliares do 6º, 5º e 4º ano, para o mesmo índice do professor auxiliar do terceiro escalão. Os titulares de cargos políticos, lideranças e chefias não sofrerão aumento.

A propósito, a ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias, explicou que o Executivo continua focado para promover a estabilidade e a diversificação da economia, bem como a reposição do poder de compra da população, em geral, e do funcionário público, em particular, sobretudo, do lado da oferta e dos bens e serviços.

"Procurou-se, em conjunto, com o Ministério das Finanças, e ouvidas as associações representativas dos trabalhadores, uma solução equilibrada para ajustamento salarial da Função Pública civil que atende a três desafios fundamentais: primeiro, criação de um corredor para admitir o aumento do salário nacional; segundo, a manutenção do nível prudente da despesa pública; e, por fim, que os vencimentos bases de valor mais baixo do grupo de pessoal não técnico, sejam ajustados aos valores mais altos", explicou.

A estrutura indiciária para o pessoal não técnico, de acordo com a governante, continua a ser constituída por dez níveis salariais, tendo como coeficiente de progressão 20 pontos e os índices a variarem entre 400 e 580, contra 220 e 580 da anterior.

No quadro dos cadernos reivindicativos das associações sindicais, Teresa Dias informou que o Executivo prevê introduzir alteração do Decreto em análise, dentre outros, e incluir o subsídio de apoio à inovação pedagógica e à investigação científica com uma taxa proposta de 22 por cento.

"Teremos o subsídio de orientação de especialização médica que se expandiu para a saúde no seu todo e

aumentou-se a taxa para 15 por cento do vencimento base, ao contrário do actual de 5 por cento. Aumentou-se o subsídio de turno de 5 por cento para 7 por cento", acrescentou.

O Presidente da República solicitou a autorização legislativa à Assembleia Nacional para alterar o disposto no Decreto Legislativo Presidencial nº 4/19, de 25 de Abril, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e aplicação da estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios da Função Pública.

No uso da presente Autorização Legislativa, o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, deve, no domínio da Administração Pública, definir os princípios a que obedecem a estrutura das tabelas indiciárias e salariais, aprovar a estrutura indiciária das tabelas salariais da Função Pública, bem como os subsídios ou suplementos remuneratórios.

#### Poderes Públicos

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram, também, com satisfação, na generalidade e unanimidade, a proposta de lei que aprova o Regime Extracontratual dos Poderes Públicos e dos Titulares dos seus Órgãos ou Funcionários e Agentes Públicos.

No essencial, a presente proposta de lei vem estabelecer um regime "ex-novo" sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, isto é, a obrigação que recai sobre uma entidade envolvida em actividade de natureza pública que tiver causado prejuízos aos particulares (fora do contexto de uma relação contratual).

A aprovação desta proposta de lei enquadra-se no processo de reajustamento das políticas traçadas pelo Executivo para o sector da Justiça, a actual realidade constitucional e infraconstitucional a que vive a República de Angola.

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, disse que a lei é oportuna, contribui grandemente para o Estado Democrático de Direito e está alinhada com as preocupações do Executivo e de todo aparelho do Estado, no domínio da defesa da liberdade, garantias e dos direitos fundamentais do cidadão.

Os parlamentares elogiaram a iniciativa do Executivo. A deputada Mihaela Webba (UNITA) disse que há a necessidade de se cumprir com o que diz a Constituição, apelando a protecção com base na Lei.

O deputado Alexandre Sebastião André (CASA-CE) mostrou-se satisfeito, afirmando que a lei é importante para mitigar os excessos de poderes dos órgãos públicos. "Com esta lei, vamos reduzir os excessos de poder e impunidade que pairam sobre os responsáveis públicos", realçou.

De acordo com o parlamentar, pode-se ter muitas leis importantes como estas, mas se não houver a justiça para exercer as funções soberanas de nada valem, pelo que considerou que é preciso tornar fortes os tribunais para não se cair na impunidade.

Para Vicente Pinto de Andrade, do MPLA, o país já tem um conjunto de leis que são o suporte de uma Angola nova e defendeu a ética no sector público. A presente proposta de lei visa adequar as normas processuais sobre o contencioso administrativo à realidade jurídico-constitucional e efectivação dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos consagrados na Constituição, e constitui um passo na materialização do compromisso do Executivo, assumido no Plano de Desenvolvimento Nacional 2017-2022, mormente o aprofundamento da Reforma da Administração Pública, conforme previsto no Programa de Reforma da Justiça e do Direito.

#### Agência Nacional Anti-doping

Em unanimidade, também foi votada a proposta de Lei Anti-dopagem no desporto. A aprovação vai permitir a criação da Agência Nacional Anti-dopagem no país. A aprovação e a aplicação deste diploma vai contribuir para a observância dos princípios da ética e verdade no desporto nacional, resultando na regulação do uso de substâncias proibidas e na preservação da saúde dos praticantes desportivos.

A Lei vai, ainda, harmonizar o regime jurídico da luta contra a dopagem à Constituição da República de Angola, à Convenção Internacional contra a dopagem no Desporto e ao Código Mundial de Anti-dopagem, bem como estabelecer o regime jurídico contra a dopagem no desporto, adoptando as normas e princípios do Código Mundial de Anti-Dopagem, aplicáveis no Direito Interno angolano.

Os praticantes desportivos, bem como todos os que se encontrem abrangidos pela proibição de dopagem que participem em competições desportivas oficiais, independentemente da nacionalidade, estarão obrigados a submeter-se ao controlo de dopagem, nos termos da lei e legislação complementar.

De iniciativa legislativa do Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a Proposta de Lei de Anti-dopagem no Desporto vem harmonizar a legislação ordinária em vigor à Convenção

Internacional contra a dopagem no Desporto e ao Código Mundial Anti-dopagem, bem como o ajustamento à Constituição da República de Angola e à realidade social, cultural e do desporto nacional.

#### Polícia Nacional com novos distintivos

A proposta de Lei de alteração dos Postos e Distintivos da Polícia Nacional foi aprovada, por unanimidade, e vai permitir que o primeiro e segundo comandante geral tenham distintivos diferenciados dos demais oficiais.

A alteração surge pelo facto de o segundo comandante-geral ostentar distintivos de comissário-chefe, iguais aos demais comissários-chefes, que não exercem o cargo, tais como o inspector-geral da Polícia Nacional e os comandantes das polícias de especialidade.

Na generalidade, também foram aprovadas as propostas de Leis sobre o Direito da Acção Popular e Direito à Petição, que visam reforçar o exercício de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos angolanos. Os diplomas, que visam reforçar o exercício da cidadania, foram aprovados sem votos contra e sem abstenções. Sobre a lei da Acção Popular, é uma proposta do executivo e constitui um passo na materialização do compromisso do Executivo, assumido em sede do Plano de Desenvolvimento Nacional 2017-2022, sobretudo no aprofundamento da Reforma da Administração Pública.

#### Plenária chumba proposta

Com 118 votos contra, 38 a favor e nenhuma abstenção, a Assembleia Nacional chumbou a solicitação do Grupo Parlamentar da UNITA. Este partido político pretendia a inclusão e a discussão da problemática da greve dos professores do ensino superior no país.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Crédito malparado na banca vale 1.900 milhões USD

*Jornal Expansão*

*11 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Joaquim José Reis*

O malparado na banca comercial voltou a subir em Outubro, para 19,95% do total do crédito bruto concedido pelos bancos, mais 0,8 pontos percentuais do que no mês anterior, de acordo com os Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário do Banco Nacional de Angola (BNA). Malparado na banca vale 1.895 milhões USD.

Contas feitas pelo Expansão com base nas Estatísticas Monetárias e Financeiras do BNA, dos quase 5,7 biliões kz que valia o crédito bruto no final de Outubro passado, que até caiu 0,5% face ao final de 2020, pouco mais de 1,1 biliões eram crédito vencido, ou malparado. Desde o final de 2020, o malparado no total do crédito bruto passou de 18,41% para 19,95%, um crescimento de 1,54 pp Assim em dez meses. Assim, entre o final de 2020 e Outubro de 2021, o crédito vencido aumentou 82,5 mil milhões kz.

Em valores convertidos em dólares neste período em que o kwanza inverteu a tendência de queda e apreciou 8,4% (649,6 kz por USD no final de Dezembro de 2020 e 599 kz no final de Outubro de 2021) face à moeda norte-americana, o crédito bruto bancário cresceu 7,9% para o equivalente a 9.500 milhões USD, enquanto o malparado subiu de 1.620 milhões USD para 1.895 milhões USD, mais 275 milhões.

Especialistas admitem que as dificuldades que empresas e famílias têm enfrentado para cumprir as suas obrigações com os bancos resultam da situação económica do país, em que a informalidade é predominante, o desemprego é elevado, e o rendimento das famílias tem vindo a cair ano após ano desde 2014 (68% de quebra de poder de compra entre 2014 e 2021). A tudo isto junta-se a política monetária restritiva do BNA, que a 2 de Julho do ano passado, numa medida que visava travar a inflação, aumentou a taxa de juro básica de 15,5% para 20,0%, influenciando o aumento das taxas de juro dos empréstimos das famílias e das empresas. "A degradação da economia e a inflação em alta são os factores que mais contribuem para que empresas e famílias não consigam cumprir as suas obrigações com os bancos. Não nos podemos

esquecer que a inflação em alta fez com que as despesas das famílias com alimentação representem hoje a maior parte dos gastos nos seus orçamentos. E de há uns meses para cá viram as taxas de juro dos seus empréstimos subir. Assim, entre pagar ao banco ou comprar comida, obviamente, escolhem a segunda. E o mesmo acontece com as empresas, que entre pagar salários ou aos bancos escolhem o primeiro", refere o administrador de um dos maiores bancos nacionais. E acrescenta: "E há também o que chamamos de créditos marimbondos, que foram concedidos sem garantias, por 'cunha', a pessoas conhecidas ou até mesmo a partes relacionadas desses bancos " [administrações e accionistas] e que simplesmente ou nunca pagaram ou deixaram de pagar"

O crédito malparado em Angola atingiu o seu pico em Junho de 2019, quando equivalia a 35,5% do crédito bruto bancário (ver gráfico). Entre ligeiras subidas e descidas desde esse pico, só em Maio de 2020 é que o malparado caiu a pique, passando de 34,5% para 22,3% em Junho desse ano.

A limpeza do balanço do BPC, que cedeu à Recredit pela segunda vez uma carteira de crédito de cobrança duvidosa em Junho de 2020, esta no valor de 950 mil milhões kz, com o 'banco mau' a pagar apenas 57 mil milhões kz, provocou uma queda vertiginosa no total do malparado da banca naquele período (ver gráfico). Para se ter uma ideia do 'peso' do BPC no malparado da banca naquela altura basta fazer as contas. Em Junho de 2020, segundo dados do BNA, o crédito bruto da banca era de pouco mais de 6,1 biliões kz. Como 34,5% desse valor era malparado, significa que 2,1 biliões kz eram créditos de cobrança duvidosa. Assim, as contas mostram que 950 mil milhões kz do malparado do BPC eram equivalentes a 45% de um total de 2,1 biliões kz de malparado da banca Sem os créditos tóxicos do BPC, o crédito de cobrança duvidosa de toda a banca caiu naquele mês de 2,1 biliões para quase 1,2 biliões.

#### FMI e o malparado

No relatório sobre a sexta e última avaliação ao cumprimento do programa de financiamento ampliado (2019-2021), o Fundo Monetário Internacional (FMI) refere que Angola fez "progressos substanciais nas reformas do sector financeiro", mas deixa como recado que as autoridades precisam de "prosseguir com os esforços para assegurar a saúde do sector", alertando para a necessidade de "completar tanto a modernização do quadro regulamentar" mas também implementando "planos para fazer face ao ainda elevado nível de crédito mal parado" Ainda segundo o staff da instituição multilateral, "os bancos que representam

mais de metade do crédito bruto do sistema [financeiro] têm um malparado de dois dígitos, o que reflecte a necessidade de o BNA intensificar os seus esforços para alcançar uma redução sustentável do elevado nível de créditos de cobrança duvidosa". Neste sentido, refere o relatório, o banco central "começou a intensificar as suas acções de supervisão para assegurar que os bancos (os mais pequenos em particular) desenvolvem planos ambiciosos de redução de malparado, com metas calendarizadas para essa redução.

"Esta estratégia implicará fornecer-lhes orientações sobre estratégias eficazes de redução de malparado e assegurar que mantenham níveis de aprovisionamento adequados", refere o documento. Na carta que a equipa -económica do Governo (ministro de Estado Manuel Nunes Júnior, a ministra das Finanças Vera Daves de Sousa e o governador do BNA José Massano) enviou ao fundo e que faz parte deste relatório é referido que "intensificaremos ainda mais o nosso controlo de supervisão o com particular atenção às carte iras de crédito dos bancos mais afectadas pela Covid-19 e aos bancos mais pequenos". A equipa económica acrescenta: "intensificaremos os nossos esforços para assegurar que os bancos mantenham padrões prudentes e transparentes na classificação das suas exposições ao crédito e na estimativa das suas necessidades de provisão de imparidades".

No fundo, trata-se das "medidas clássicas que funcionam numa lógica de mercado", admite ao Expansão o especialista em Ciências Jurídico Económicas Olavo Silva, acrescentando que, apesar de tudo, o mal parado também traz oportunidades. "Penso que o ponto decisivo para a alteração deste quadro passa necessariamente pela dinamização e liberalização do mercado de transacções em Non-Performing Loans [malparado]. a regulador e o poder Executivo devem criar condições para que o crédito malparado seja um negócio rentável e atractivo, o que contribuirá decisivamente para redução do quadro actual", disse.

## 2.2 Empresas não autorizadas pelo BNA continuam a operar no mercado

*Jornal Expansão*

*18 De Fevereiro de 2018*

*Texto: Graciete Xavier*

A Xtagiarious Finance, Axfinance, Oal Investimentos, Poupe Invest, Liyeplimal, Kishiquila e a Ozono são sete empresas de investimento

financeiro, que apelam à aplicação de fundos e que captam as poupanças de empresas e particulares com promessas de juros elevados. Têm origem nacional e internacional e actuam sem a certificação e a supervisão do Banco Nacional de Angola ou da Comissão de Mercado de Capitais. Todas indiciam ser esquemas de pirâmide.

Não se sabe ao certo quando é que essas empresas começaram a operar no mercado, mas o facto é que desde meados de 2020 as referidas organizações, que usam uma estratégia que segundo especialistas tem as características de esquema de pirâmide, têm vindo a ganhar mais visibilidade pelas taxas de juro que praticam e que variam entre os 10%, 20% e até 25% ao mês, sendo que um cliente particular ou premium tem ainda direito a bónus de 5% no primeiro mês da aplicação e de 20% no final, em alguns casos.

A Xtagiarious Finance é uma das mais conhecidas e foi criada a 9deJunhode2020porEdso~ Caetano de Oliveira, localizada no Zango 3, Rua 6. A empresa reembolsava taxas de juros a partir de 20% sobre o capital investido que era no mínimo de 100 mil kz e pagava mais de 25% quando o capital era superior a um milhão kz.

Esta organização teve a sua actividade denunciada pelo Expansão em Agosto e neste momento é a única com processos a correr na justiça pelo facto de não ter feito a devolução dos valores dos clientes depois da confirmação do Banco Nacional de que realmente a empresa estava a actuar ilegalmente no mercado angolano.

A Axfinance começou a sua actividade em Dezembro de 2020 e ao que o Expansão apurou foi criada pelo empresário Pedro Cassinda, CEO do Grupo 3G, que presta serviços de consultoria de gerenciamento, relações públicas, publicidade, marketing, consultoria de RH, assessoria financeira' escrituração, empréstimo imobiliário e serviços financeiros. Actua em Luanda e no Bié, sendo que na capital o escritório está localizado no Benfica.

Na Axfinance as promessas de taxas de juro sobre o capital investido são de 10% a 20% em 30 dias e até 100% mediante o período de carência, ou seja se a aplicação for feita em Janeiro passados seis meses, se o cliente não retirar a aplicação ganha os juros de 100% sobre o capital investido, um 'engodo' que tem o objectivo de fazer o cliente reinvestir o capital inicial. O valor mínimo a ser aplicado é de 50 mil kz e o máximo é de 10 milhões kz.

A Axfinance prometia também aos clientes que era possível adquirirem a prestações alguns produtos em determinados estabelecimentos comerciais desde



computadores, ou até mesmo medicamentos para quem tivesse o cartão "cliente Ax". Apesar das promessas o Expansão sabe que muitos clientes não conseguiram reaver os seus investimentos. Neste sentido, a Axfinance realizou uma reunião com os seus clientes no mês passado para explicar que já não poderá continuar a exercer a actividade por razões "alheias à sua vontade" mas prometeu que fará a devolução do capital que os clientes investiram. No entanto, até ao momento nenhum cliente recebeu o seu dinheiro e a empresa também já não atende os telefonemas, segundo disseram alguns desses investidores.

#### Empresas mais discretas

Mas nem só de esquemas com origem em cidadãos angolanos vivem estas burlas. A foi criada em Fevereiro de 2016 no Brasil por Filipe Aquino, cidadão brasileiro formado em Gestão Financeira. As informações sobre o valor das taxas ou o capital a ser investido estão reservadas apenas para os investidores, que realizam reuniões num grupo através da rede social Whatsapp; que também é reservado para quem já é investidor. Há relatos de angolanos a aplicar as suas poupanças nesta plataforma.

Pouco ou nada se sabe sobre a quarta empresa de aplicação financeira da nossa lista, a OAL investimentos. A empresa teve os primeiros registos no dia 21 de Junho de 2021 e tem como proprietário André Leandro. As publicidades da empresa nas redes sociais são pouco explicativas, e foram reduzindo desde o aviso do BNA sobre a Xtagiarious. Mas o Expansão sabe que há angariadores em Angola para este esquema.

A Liyeplimal apresenta-se como uma plataforma especializada em negociação de cripto moedas, de origem camaronesa, em que as negociações são feitas online e o convite para investir surge dos vários angariadores, que partilham vídeos nos seus canais do You tube e enviam mensagens telefónicas sobre as formas de investimento através desta plataforma, bem como incentivam estes mesmos investidores a tornarem-se agentes Liyeplimal.

Na Liyeplimal as aplicações só podem ser feitas com moeda estrangeira. A nota de um dólar vale 600Kz, mas há um ano valia 950 kz, as taxas baixaram porque dizem ter recebido um aviso para reduzir as taxas, como nos conta um dos seus agentes. Esta plataforma os clientes tem direito a receber um cartão Visa depois da abertura da conta.

Importa realçar que em Agosto do ano passado a Comissão do

Mercado de Capitais (CMC) e o Banco Nacional de Angola (BNA) alertaram que a Liyeplimal não se encontra legalmente habilitada para realizar publicidade ou prospecção de clientes, dirigidas à celebração de contratos de intermediação financeira.

A próxima da lista é a Kishiquila, que actua como empresa de aplicação financeira em Angola, São Tomé, Cabo Verde Guiné Bissau e Moçambique, mas com nomes diferentes.

Nesta empresa é utilizado o comum esquema pirâmide em que é feita uma aplicação única de 1.000 libras ou o equivalente em Euros ao câmbio do dia. Depois disso, o investidor deve convidar obrigatoriamente mais duas pessoas a investir, e passados 4 ou 6 semanas é-lhe prometido um retorno de 8.000 libras após cumprir com quatro passos que consiste no (I) pagamento, (U) trazer mais dois investidores, (III) esses dois investidores deverão angariar mais duas pessoas, e (IV) só depois é que recebe o retorno.

Por último, a Ozono Investimentos. Está localizada no bairro Kilamba, Bloco A, tem dois escritórios em Luanda e o proprietário é o jovem Manuel Pedro. Nesta empresa, a taxa de juro prometida é única; 25% ao mês sobre o valor aplicado, podendo o cliente optar por receber o acumulado passados 20 meses. A aplicação mínima é de 25 mil kz.

Destas sete empresas, a única que tem queixas formais registadas pelo Serviço de Investigação Criminal, de acordo com as fontes do Expansão, é a Xtagiarious.

Acrescente-se que são sete empresas que têm rosto, morada, endereço electrónico, que estão a captar os rendimentos dos cidadãos, e que apesar de não terem qualquer autorização do regulador do mercado, movimentam milhões de kwanzas à vontade. Segundo alguns dos clientes lesados, custa a acreditar que o BNA e os órgãos de segurança não possam fazer mais para evitar que muitos cidadãos venham a perder o seu dinheiro, e só actuem depois de a fraude ter sido registada.

## 2.3 Jovens recebem financiamento para o fomento da agricultura

*Jornal Economia e Finanças*

*25 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Edvaldo Lemos e José Bule*

Até final deste mês, na província do Bengo, pelo menos 49 jovens e uma cooperativa agrícola beneficiam de crédito "Jovem Agricultor", visando o fomento da agricultura na região, combater a fome e promover o empreendedorismo, anunciou, quarta-feira, em Caxito, o presidente do Conselho Nacional da Juventude (CNJ).

Isaías Calunga, que falava no acto público de apresentação dos beneficiários do Programa Juvenil de Apoio à Produção Nacional (PROJAPRON) em curso no país, explicou que cada um dos seleccionados vai receber 3.000.000,00 (Três milhões de kwanzas), enquanto a cooperativa beneficia de 30 milhões, totalizando, na primeira fase do programa a ser implementado no Bengo, um valor de 177 milhões de kwanzas.

Segundo o presidente do CNJ, os beneficiários vão ter um ano de carência para começarem a fazer a devolução do crédito "Jovem Agricultor". Adiantou que a instituição que dirige assinou um memorando com o Fundo de Apoio de Desenvolvimento Agrário (FADA), na ordem de 1.800.000.000,00 (Mil milhões e oitocentos milhões de kwanzas), que de forma regular está a servir para a formação de todos os jovens seleccionados, empoderamento dos cooperativistas e empreendedores.

Referiu que, desde o ano passado até agora, o PROJAPRON já beneficiou dois mil jovens agricultores, e permitiu a distribuição de mais de quatro mil hectares de terras, legalizadas com títulos de concessão.

Acrescentou que nas províncias do Namibe, Huambo, Benguela e Huíla, pelo menos 300 jovens que beneficiaram de financiamento, no âmbito do referido programa, já estão a produzir diversidades de alimentos agrícolas, e abastecem o mercado nacional.

Criados mais de 2.500 empregos

O presidente do CNJ, Isaías Calunga, esclareceu que, através do crédito "Jovem Agricultor" foi possível criar um total de 2.500 postos de emprego. Segundo ele, o CNJ estima mobilizar, através da banca comercial, com o apoio do Banco Nacional de Angola (BNA), várias linhas de crédito, na ordem dos 20.000.000.000,00 (Vinte mil milhões de kwanzas), para financiar mais de dois mil projectos e criar um

rácio de empregabilidade na ordem de 50 mil postos de trabalho.

Na ocasião, a governadora do Bengo, Mara Quiosa, encorajou o CNJ, pela persistência na implementação de programas que servem de instrumentos importantes para a promoção da empregabilidade no seio da juventude.

De acordo com a governadora, programas como o PROJAPRON visam não só o auto-emprego, mas também a possibilidade de os jovens poderem desenvolver os seus próprios projectos. Mara Quiosa garantiu que o governo do Bengo vai continuar a apoiar o programa, sobretudo na questão da distribuição de terras agrícolas para a juventude.

## MERCADO INFORMAL

### 2.4 Para não pedir esmola, mulheres escavam buracos em busca de ferros para vender

*Novo Jornal*

*4 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Dulcineia Lafua*

Logo às primeiras horas do dia, avó Juliana Pedro caminha mais de dois quilómetros, saindo da sua residência, no bairro Mutamba, em Viana, para a Centralidade do Kilamba, município de Belas. Com os pés descalços e uma sacola cor branca presa à cintura, a anciã, de 82 anos, vai em busca de subsistência para ela e mais sete netos, numa actividade tão incomum quanto perigosa: desbravar a terra e, daí, recolher ferro para revender a empresas do ramo da reciclagem, que pagam com base no peso do material, com um quilo a custar menos de 100 kwanzas, o que obriga a que a recolha seja a maior possível, já que um saco de 25 quilos, por exemplo, está cotado em apenas quatro mil kwanzas.

O 'local de trabalho' de Juliana Pedro, que partilha a penosa 'profissão' com outras dezenas de mulheres e crianças, é uma zona onde funcionava o antigo estaleiro da empresa chinesa que ergueu a urbanização, no Quarteirão T da maior centralidade do País (Kilamba).

De corpo franzino, evidenciando um cansado provocado não só pelo peso da idade, mas também pelas dezenas de metais que levanta diariamente, avó Juliana, que é a mais velha do grupo, sem luva nem qualquer outro material protector, está, neste momento, a desenterrar um ferro deteriorado que, depois, levará para ser inspeccionado e, em função do seu peso, ser comprado. Já passam das 12hOO, e a anciã ainda nada comeu.

"Fazemos isso porque temos fome e estamos à procura de sobrevivência. Senão, os seus irmãos não comem", diz a anciã, tomando a repórter como também uma neta.

Para Juliana, faça solou chuva, às manhãs, de segunda a sábado, todos os caminhos têm de dar para a improvisada 'mina de ouro' do Kilamba.

É uma mulher com o rosto empoeirado, usa um lenço e uma blusa floreada que já perdeu a cor de tanta exposição ao sol. Diz saber dos riscos por que passa, ao estar em contacto com poeira e ferros

enferrujados, mas a vontade de ver bem os sete netos sobrepõem-se à sua própria saúde.

Diariamente, revela ao Novo Jornal, a 'catar ferros', consegue arrecadar até quatro mil kwanzas, dinheiro que, segundo a anciã, dá para comprar um quilo de fuba de bombó, rama de batata e a conhecida cabuenha (diferentes espécies de peixes pequenos) para a família.

De acordo com a anciã, depois de recolhidos, os ferros são entregues a alguns dos seus sete netos (que não estudam, mesmo estando em idade escolar), para serem levados aos compradores/recicladores, na sua maioria de nacionalidade maliana, numa rotina que, em dias bons, chega a render até cinco mil kwanzas

. Ao que apurou o NJ, Juliana é apenas a ponta de um enorme 'iceberg', como confirma, aliás, um alto funcionário da Administração da Centralidade do Kilamba, ao referir que o número de pessoas que 'invade' diariamente a urbanização pra mendigar tem crescido "de forma vertiginosa".

Preferindo, para já, falar em anonimato, a fonte assegura que o órgão de que faz parte tem conhecimento da situação e reprova, por se tratar de uma actividade "perigosa e ilegal". "É um trabalho muito arriscado, vamos colocar vedação nos próximos dias", garante.

Catar ferro para não pedir esmola

Não só de idosas se faz a 'catação' de ferros no Kilamba. Por exemplo, Ana Afonso tem 21 anos, mas também consta dentre as 'colegas' da anciã Juliana Pedra. Ao Novo Jornal, a jovem explica que aderiu a essa actividade motivada pelo bem-estar da filha de um ano e nove meses.

Abandonada pelo esposo, Ana conta que, antes de recolher ferro, actividade, aliás, que considera "trabalho esforçoso", pedia esmolas porta a porta, com a filha às costas. "Hoje, já consigo levar alguma coisa com dignidade para a minha pequena", refere.

No momento em que presta declarações ao NJ, Ana Afonso descansa debaixo de um arbusto, perto do buraco onde, momentos antes, havia retirado ferros. Nunca foi registada e, por isso, não frequentou a escola.

Vai vivendo, por conseguinte, entre os ferros, à medida que os anos passam e se adensa a tristeza por não ter formação.

## Alternativa a contentores de lixo

De 46 anos, Teresa António dedicava-se a 'vasculhar' contentores e amontoados de lixo na Centralidade do Kilamba. É, por isso, com o sentimento de ter optado por um ma) menor que a mãe de sete filhos, sentada entre os capins, faz a primeira refeição do dia: funje de bombó e peixe seco, sem molho.

"Já não tenho marido, não tenho como sustentar os sete filhos. A vida aqui é difícil", refere a senhora, visivelmente cansada.

Não só de lucros, entretanto, se faz este negócio no Kilamba. De acordo com Teresa António, há várias senhoras, suas 'colegas' de profissão, que já se vêm queixando de fortes dores no peito, devido à poeira inalada no local.

Em meio a esta contrariedade, não faltam também boas notícias. Por exemplo, Teresa António conta, alegre, que dois dos seus sete filhos estão a frequentar o ensino primário, graças à actividade da mãe. "Não vou desistir. Se aqui [no Kilamba] os ferros terminarem, vamos procurar noutro sítio", adianta.

O negócio não atrai apenas adultos. várias crianças também recolhem ferros entre os amontoados de área, como é o caso do pequeno João, de 12 anos, que, em companhia da sua irmã, cata ferro sem o conhecimento dos pais.

## 2.5 Mais de 200 mercados movimentam comércio

*Jornal de Angola*

*8 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Yola do Carmo*

A província de Luanda controla, até ao momento, um total de 208 mercados distribuídos pelos nove municípios da capital, os quais geraram, em 2021, uma receita média mensal de 66 milhões de kwanzas.

Dados do Governo Provincial detalham que, em termos de distribuição por município, Viana, pela dinâmica demográfica, pois é o mais habitado, regista o maior número de mercados, no total 77. Seguem-se Cacucaco (27), Icolo e Bengo e da Quiçama (12 cada). Há ainda os municípios de Belas (11), Cazenga (17), Kilamba Kixi (14), Luanda (24) e Talatona (14).

### Senso sobre empregos

Relativamente à força de trabalho, o GPL diz que, neste momento, constitui maior preocupação do Executiva, o fomento da empregabilidade, promovendo empregos condignos e sustentáveis.

Considerando o elevado grau de ocupação informal nos mercados, quantificar este indicador, neste momento, pode se correr o risco de subestimar ou sobre estimar o emprego directo e indirecto nos mercados de Luanda. No entanto, com a campanha de formalização da economia em curso nos principais mercados, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), entre outras acções que estão a ser desenvolvidas localmente, em breve, ter-se-á dados mais fiáveis sobre a empregabilidade nos mercados da província.

A venda ambulante é uma actividade reconhecida nos diplomas que regem a nossa actuação mas não nos moldes como é exercida actualmente.

O artigo 13º da Lei nº15/19, referida na primeira questão, define vendedores ambulantes as pessoas que transportam produtos e mercadorias do seu comércio, por si ou por qualquer meio adequado os vendam ao público consumidor pelos lugares em que transitam ou outros que a Administração Local colocar à sua disposição.

É com base neste prisma, diz o GPL, que em sessão extraordinária, foram orientadas às Administrações Municipais a implementarem como medidas a realização de uma campanha de sensibilização e registo dos vendedores ambulantes; definição de locais para o exercício da venda ambulante; dinamização de feiras municipais, com a definição de locais permanentes para a sua realização e dias de semanas; asseguramento do cumprimento escrupuloso dos princípios legais para o exercício da actividade de comércio ambulante, a fim de mitigar-se a venda em locais inapropriados.

Questionado sobre o porquê da designação Feiras e Mercados, a resposta por certa remetida pelo gabinete de Comunicação e Imagem do GPL esclarece que a mesma resulta pela partilha de várias características comuns.

## 2.6 10 mil vendedores vão ser cadastrados na Huíla

*Jornal Economia e Finanças*

*11 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Gaudêncio Hamelay no Lubango*

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), lançado, na passada terça-feira, no mercado informal do Mutundo, arredores da cidade do Lubango, prevê formalizar, na província da Huíla, cerca de 10 mil vendedores, entre ambulantes, de bancadas e feirantes.



De acordo com a secretária de Estado para Economia, Dalva Ringote Allen, que presidiu ao acto de lançamento da iniciativa, os contemplados deverão entre os vários benefícios receber formação na área de Gestão.

Esclareceu que, além da formação, os abrangidos passam a estar inscritos na Segurança Social e ter acesso ao Guichê Único, por exemplo. Dalva Ringote Allen disse que o Mutundo é o maior mercado a nível da Região Centro e Sul, com kz mil vendedores ambulantes, razão da escolha do lançamento.

Numa primeira fase, informou, o PREI vai trabalhar no mercado do Mutundo, na cidade do Lubango, durante 30 dias. A adesão dos vendedores ao Programa, no primeiro dia, foi por si só um motivo de bastante satisfação para Dalva Ringote.

A secretária de Estado garantiu que há equipas suficientes para atender a demanda. O PREI, disse, é um Programa que comporta diferentes sectores, nomeadamente o Ministério da Economia e Planeamento como coordenador, mas participam também os ministérios das Finanças; Administração Pública, Trabalho e Segurança Social; da Justiça; dos Transportes; da Juventude e Desportos e o da Educação.

Para o Lubango, além de equipas móveis, conta-se também com brigadas integradas por jovens da província da Huíla, disponíveis para poderem dar colaboração a este processo.

A meta, segundo apontou Dalva Ringote, consiste em conseguir ter visibilidade efectiva dos agentes económicos, que actuam na informalidade e trabalhar para que transitem rapidamente para a formalidade. O Programa vai ainda permitir que as mulheres e jovens empreendedores, que todos os dias andam pelas ruas à procura de sustento para a família, criem negócios mais estáveis e mais adiante possam beneficiar de crédito bancário.

## 2.7 INSS cria seguro social voluntário

*Jornal Economia e Finanças*  
11 De Fevereiro de 2022

O mercado informal passará a contar, dentro em breve, com o regime do seguro social voluntário, informou em Luanda, o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Pedro Manuel.

O seguro social voluntário é um regime contributivo facultativo que dá acesso a benefícios atribuídos pela Segurança Social.

O seu funcionamento é muito semelhante ao regime geral da Segurança Social, ou seja, o contribuinte desconta uma percentagem da sua remuneração todos os meses e, em troca, recebe protecção em situações de fragilidade.

O secretário de Estado falava na quarta edição do Briefing do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) com os jornalistas.

Fez saber que a ideia surge a pensar nos cidadãos que não estão sujeitos à obrigatoriedade de pagar o regime contributivo geral, para que estes trabalhadores não fiquem desamparados em situações delicadas das suas vidas.

Nesse regime serão abrangidos os taxistas, vendedores ambulantes e outras actividades económicas.

"Como é facultativo, as peso soas que reunirem as condições para aceder a este instrumento de apoio podem assim, escolher se querem ou não pagar por um regime de assistência", disse.

Embora tenha sido criado para cidadãos em situações muito específicas, prosseguiu, as suas contribuições podem prevenir a falta de protecção social na doença, invalidez e velhice.

Por outro lado, revelou que o regime de protecção social de trabalhadores por conta de outrem em 2020 era de dois milhões 053 mil 848, passando para dois milhões 127 mil 405 em 2021. Já os por conta própria aumentou de três mil 337 em 2020, para cinco mil 513 em 2021, enquanto os trabalhadores domésticos, de cinco mil 949 em 2020 para seis mil 418 em 2021.

Em 2020 não houve registo de trabalhadores de actividades geradoras de baixo rendimento, ao passo que em 2021 houve dois mil 761.

Em relação aos indicadores globais do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), destacou uma taxa de crescimento de 11,43 por cento nos contribuintes, de 191 mil 487 (2020) para 209 mil, 846 (2021).

Para os segurados, a taxa aumentou 13,10 por cento, tendo em 2020 sido registados um milhão 967 mil 627 e, dois milhões 130 mil 287 em 2021.

Em relação aos pensionistas, destacou um crescimento de 10,09 por cento: 160 mil 168 em 2020 para 177 mil 792 em 2021

## 2.8 Luanda recebe apenas 66 milhões kz dos 208 mercados que controla

*Jornal de Angola*  
11 De Fevereiro de 2022  
Texto: José Gongá

A província de Luanda controla actualmente 208 mercados que geram, em média, uma receita mensal de cerca de 66 milhões kz de acordo com dados do Governo Provincial de Luanda (GPL) de 2021. Os valores estão abaixo do potencial de receitas geradas nos mercados. Durante os 12 meses de 2021, a receita rondou os 792 milhões kz.

Nestes números estão apenas reflectidos os mercados com registo na Direcção Provincial do Comércio da capital. É importante que se diga que existem vários outros mercados informais não registados no GPL espalhados em vários municípios.

É fácil perceber que estes dados não são conclusivos porque o preenchimento das bancadas não espelha a quantidade de operadores de vendas, ou seja, além dos lugares fixos que os mercados têm disponíveis o número de vendedores ambulantes nestes locais é elevado. De maneira que, de acordo com o GPL, não se consegue estimar a quantidade de trabalhadores destes mercados devido ao elevado grau de ocupação informal destes recintos.

Entretanto, o GPL considera que com o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), iniciado em Dezembro de 2021, vai ser possível ter dados de empregabilidade nos mercados da província.

O PREI - projecto financiado em 14,5 milhões de euros pela União Europeia - vai "tentar resgatar 65% do desperdício de receita estimada em 40 mil milhões USD (equivalente a 23,6 bilhões de kz, na altura) em todo o País, de acordo com Celso Borja, coordenador técnico do programa.

No essencial, a formalização da actividade através de cadastros dos vencedores, poderá facilitar a cedência de crédito junto da banca e outras instituições financeiras e ajudar na efectivação de pagamentos de impostos.

Em termos de distribuição dos mercados nos nove municípios. de Luanda, Viana controla 77 mercados por ser o mais populoso e ter o maior número de pessoas a se movimentarem. Segue-se o município de Cacucaco com 27 mercados, Luanda com 24, Cazenga com 17, Kilamba Kiáxi e o município de Talatona controlam cada 14 mercados, Icolo Bengo e Quiçama

têm 12 mercados para cada e o município de Belas regista 11.

## 2.9 Mercado do km 30 chega a movimentar mais de 70 mil milhões de kwanzas ao ano

*Jornal Economia e Finanças*  
11 De Fevereiro de 2022  
Texto: António Eugénio

Mercado do km 30, localizado no município de Viana, em Luanda, movimenta, anualmente, mais e 70 mil milhões de kwanzas (equivalentes a 132,8 milhões de dólares), à razão de uma média superior a kz 200 milhões/dia.

Ao que apurou o Jornal Economia s: Finanças (JEF) de fontes ligadas à administração do mercado, diariamente, o mercado regista uma movimentação e mais de 40 viaturas carrega as de bens alimentares provenientes de vários pontos do país, totalizando mais de mil ao longo os 26 dias.

Durante a visita efectuada na última quarta-feira, entraram, aquele que é hoje dos maiores mercados a céu aberto de Luanda e também do país, sete camiões carregados com repolho, 12 de tomate, seis de maçãs, dois de pimento, quatro de cenoura e 10 com batata-rena.

Contas feitas, o mercado recebeu 70 toneladas de repolho, à razão de 35 mil cabeças de 2 kilogramas de peso, que vendido a 300 kwanzas, representam uma facturação de 10,5 milhões de kwanzas/dia, valor encaixado pelo proprietário da viatura, que permanece entre dois e três dias no mercado.

No mesmo dia, entraram ainda uma média de 120 toneladas de tomate, com cada tonelada de maçã nacional, com o quilo a custar mil kwanzas e a factura do dia a rondar os 60 milhões.

Já a carga do pimento representa uma venda de 4 milhões de kwanzas, resultante da descarga de 20 toneladas pela venda por dois mil kwanzas do balde de 10 quilogramas.

Os quatro camiões de cenoura encontrados no mercado terão carregado, segundo cálculos, 40 toneladas, permitindo aos proprietários amealharem 40 milhões de kwanzas.

O mesmo valor de 40 milhões terá sido arrecadado com a venda das 100 toneladas de batata-rena, cujo balde de 10 quilogramas custa cerca de kz 4 mil.

## 2.10 Lançado no Moxico processo de cadastro de agentes informais

*Jornal Luanda*

16 De Fevereiro de 2022

Texto: José Rufino

Cerca de três mil processos de trabalhadores informais começaram a ser catalogados, terça-feira, no Luena, província do Moxico, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Ministro Mário Caetano João foi ao Luena para lançar o cadastramento dos vendedores e outros agentes do sector informal © Fotografia por: Daniel Benjamim | Edições Novembro | Moxico

O processo iniciou-se no mercado da baúca deverá ao longo deste dias formalizar vendedoras, canalizadores, serralheiros, pintores e outros agentes liberais do sector informal da economia, permitindo-os serem inscritos no sistema da Segurança Social, beneficiar de formação sobre gestão de negócios através do Instituto Nacional de Apoio às Micro Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e, a posterior, virem a beneficiar de crédito bancário.

O ministro da Economia e Planeamento, Mário Augusto Caetano João, disse, na ocasião, que a formalização de vendedores e outros agentes é o reconhecimento do árduo trabalho desempenhado por esta franja da sociedade e do contributo no desenvolvimento da economia do país e da província do Moxico em particular.

Segundo referiu o ministro, o programa integrado posto à disposição dos comerciantes informais só terá êxito se houver envolvimento dos governos locais e de outros sectores da administração pública, que concorrem para a realização efectiva.

Mário Caetano João lembrou ainda que as sociedades de microcréditos estão preparadas para ir ao encontro de negócios de vendedores, sublinhando ser preciso trazer também os serviços de alfabetização a fim de vendedoras recuperarem o tempo perdido na área das aprendizagens.

"O processo de formalização de negócios é um serviço que veio para ficar e está a ajudar as administrações municipais e dos mercado a gerirem melhor o processo de formalização. Todos os cidadãos que até a data presente formalizaram os negócios por meio do PREI terão de voltar ainda no próximo ano para prorrogarem os cartões, pelo facto destes terem apenas a validade de um ano", apelou.

Por sua vez, o governador provincial, Gonçalves Muandumba, disse na intervenção que o Governo tem vindo a trabalhar para melhorar a vida das populações com a criação e a promoção de emprego e na valorização das iniciativas empreendedoras.

Para o governador, o lançamento deste serviço é a prova deste esforço do Executivo que muito tem feito e continuará a fazer na melhoria das condições de vida das populações.

Na ocasião, Gonçalves Muandumba enalteceu a iniciativa e parabenizou aos contemplados apelando-os ao cumprimento dos procedimentos que o programa exige para o êxito total do processo.

## 2.11 Apenas 3% dos jovens em idade activa têm emprego formal

*Jornal Expansão*

18 De Fevereiro de 2022

Texto: Joaquim José Reis

Por cada 100 jovens em idade activa, 60 estão desempregados, 37 sobrevivem de biscates na informalidade e apenas 3 têm emprego formal, segundo cálculos do Expansão, com base no inquérito ao emprego em Angola do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativo ao IV trimestre do ano passado.

No final do ano passado, 5.561.193 jovens, com idades entre os 15 e os 24 anos, estavam em idade activa, já que constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico, ou seja, estavam empregados ou desempregados. Representavam 34% da população activa angolana. Face a 2020, entraram em idade activa mais 337.889 angolanos nesta faixa etária, mas como a população empregada nestas idades caiu em 99.874, isto fez com que a população desempregada nesta faixa etária tenha aumentado em 437.764 para 3.326.002 (+15%). Assim, no final de 2021, só 2.235.191 trabalhavam e, destes, apenas 139.430 tinham emprego formal. Ou seja, apenas 6% dos jovens entre os 15 e os 24 anos que tinham emprego trabalhava na formalidade.

Por outro lado, o número de jovens registados como população inactiva, ou seja; que nem trabalham nem estudam, caiu 7,1%, equivalente a menos 67.369 jovens inactivos face aos 943.127 registados no final de 2020. Ainda assim, no final do ano passado, existiam 875.758 pessoas entre os 15 e os 24 anos que não trabalhavam nem estudavam, o que levanta questões como o facto de o País estar a produzir delinquentes, ou no limite uma geração ociosa sem

hábitos de trabalho. São necessárias, assim, medidas para estimular o mercado de trabalho de forma a criar condições para empregar estes jovens, admitem especialistas.

Taxa de desemprego a subir

A taxa de desemprego fixou-se em 32,9% no final de 2021, representando um aumento de 2,3 pontos percentuais face aos 30,6% registados no IV trimestre de 2020 (ver tabela). Contas feitas, um em cada 3 angolanos em idade activa está desempregado. No final do ano passado, face ao mesmo período de 2020, entraram para a população economicamente activa 739.561 pessoas. Deste número, 601.001 foram para o desemprego, enquanto 36.000 conseguiram um emprego formal. Já os restantes, 102.560 abraçaram a informalidade. Ou seja, por cada 100 pessoas que entraram em idade activa, 14 não tiveram outra solução que não seja os biscates para garantir a sobrevivência.

Em 2021, o número de pessoas empregadas cresceu 1,3% para 10.888.048, sendo que 81% trabalha na informalidade e os restantes 19% na formalidade (ver quadro). Os números demonstram, assim, que no ano em que o país consegue quebrar um ciclo de cinco anos e recessão económica (saída da recessão terá que ser confirmada pelo INE), o emprego aumentou 1,7% na formalidade de 1,2% na informalidade. Serão sempre boas

notícias, mas então como é que se explica que a taxa de desemprego esteja a aumentar? Precisamente porque o país está em recessão há cinco anos e o mercado de trabalho não tem conseguido absorver as pessoas que vão entrando em idade activa. Ou seja, Angola está ano após ano a criar mais pobres, pois não consegue criar empregos para absorver a quantidade cidadãos que entram em idade activa para trabalhar.

E é precisamente nas camadas mais jovens que o desemprego mais se faz sentir, já que 59,8% dos desempregados são pessoas com idades entre os 15 e os 24 anos. Quanto ao desemprego por género, as mulheres representam 54% dos desempregados do país.

O IEA é um inquérito por amostragem que contemplou um total de 10.944 agregados familiares, sendo na área urbana 6.036 e na área rural 4.908. É considerado empregada a pessoa com idade mínima de 15 anos que, no período de referência (últimos 7 dias anteriores ao inquérito), tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em

espécie; Tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço; Tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; Estava em situação de pré reforma, mas a trabalhar.

## 2.12 Inquérito do sector informal da economia nacional vai custar quase 60 milhões USD

*Novo Jornal*

*18 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Jorge Batalha*

O Banco Mundial (BM) irá financiar com perto de 60 milhões de dólares a realização do inquérito ao sector informal da economia, revelou ao Novo Jornal a directora-geral adjunta do Instituto Nacional de Estatística (INE), Anália Prata.

Em exclusivo ao Novo Jornal, aquela responsável do INE avançou que, neste momento, estão em curso estudos de avaliação dos possíveis gastos envolvidos no inquérito que vai caracterizar a actividade do sector informal e compilar o peso deste sector no Produto Interno Bruto (PIB).

Anália Prata adiantou a informação à margem do encontro sobre a Semana Nacional de Estatística - 'Fortalecimento da capacidade estatística em Angola, rumo ao suporte do crescimento sustentável'. "Primeiro estamos a colaborar ou a compilar todas actividades; em função da actividade, vamos ver o custo. Depois de ver o custo, teremos uma ideia do financiamento global do projecto", detalhou a directora geral adjunta do INE. Confidenciou-nos, no entanto, que o financiamento não vai passar a cifra dos 60 milhões de dólares, tendo em conta o custo envolvido na materialização do Projecto Estatístico de Angola, que já está em curso e termina em Julho. À partida, revelou a responsável, o financiamento estará "abaixo de 60 milhões de dólares", montante este que Anália Prata classifica como sendo o limite máximo. "Não podemos passar este limite uma vez que o financiamento anterior [para o Projecto Estatístico de Angola] estava [estimado] em 62 milhões de dólares, e o objectivo é estar abaixo disto",

Questionada sobre o porquê de o projecto com tanta pertinência ser lançado apenas agora, a directora geral adjunta do INE referiu que, dentre outros motivos, se destaca a falta de financiamento.



PREI sai da «gaveta» sem inquérito do INE

O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) lançou, no mês de Novembro, o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), com objectivo de formalizar os agentes económicos e fazer inscrição no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Entretanto, salta à vista de observadores o facto de o referido projecto ter sido lançado sem se ter realizado um inquérito ao sector informal.

Um imbróglgio que Anália Prata desdramatiza, alegando que, embora o INE seja o órgão oficial do Estado para realização de estudos estatísticos, o MEP também faz estudos independentes.

"Pese embora não tenhamos este inquérito [ao sector informal], existem outras informações, através do IDREA [Inquérito sobre Despesas e Receitas e Emprego em Angola], IEA [Inquérito ao Emprego em Angola] e IDR [Inquérito sobre Despesas e Receitas], e o Governo com outras instituições faz estudos paralelos e com base nisto implementa medidas", clarificou.

## 2.13 Retirada dos milhões de mercado fecha empresa associada a tráfico de influências

*Novo Jornal*

*18 De Fevereiro de 2022*

*Texto: João Marcos*

A última empresa a gerir o maior mercado informal da província de Benguela, capaz de arrecadar mensalmente 15 milhões de kwanzas para os cofres do Estado, encerrou o seu escritório por suposta falta de actividade, há quase um mês, numa fase crucial do processo-crime em que é associada a tráfico de influência e peculato, instruído pela Procuradoria-Geral da República (PGR), apurou o Novo Jornal.

O sumiço' da Look ACT 2, LDA, criada a 16 de Dezembro de 2020, já depois do afastamento da sua antecessora na exploração do Mercado da Paz, situado nos arredores da capital da província, funciona como fio condutor neste processo que envolve a antiga administradora municipal de Benguela, Adelta Jorge.

A actual primeira secretária do MPLA no município sede viu, aliás, a Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE) passar em revista os actos de gestão que praticou, entre os quais se inclui o concurso público que afastou da 'praça do 4' a Trans Maya.

Na altura em que um dos concorrentes, a empresa O País da Vontade, anunciava a impugnação, alegando irregularidades, era questionada a criação da Look ACT 2 pouco antes da data prevista para o concurso, Fevereiro de 2021.

"Não se pode criar uma empresa só por causa de um negócio à vista, isso levanta suspeições", comentava o jurista Chipilica Eduardo, a propósito da vitória da empresa que fecha o escritório, num dos compartimentos da sede do Clube 1.0 de Maio, rua Domingos do Ó.

O pedido de impugnação não foi aceite, apesar das 'provas' apresentadas pelo queixoso, e a Administração Municipal e a Look ACT rubricaram um acordo de gestão com validade de três anos.

Nos termos do acordo, conforme o presidente da Comissão de Avaliação do concurso público, Gabriel Avelino, quadro da AMB, o operador privado entregava ao Tesouro Nacional s milhões de kwanzas/mês, mais dois milhões do que a Trans Maya, ficando com 10 milhões kz.

É certo que tinha a missão de executar obras a favor dos utentes e dos mais de 10 mil feirantes, mas não passava por despercebido o facto de estar a abocanhar o dobro do que o Estado recebia e, pior, "de uma forma adversa a normas de execução orçamental.

Tanto é que, segundo documentos verificados pelo NJ, a ministra das Finanças, Vera Daves, deu luz verde ao bloqueio de contas bancárias por que passavam as verbas, com a Administração Municipal como assinante, num expediente conduzido pela Delegação Provincial, que "irritou" Adelta Jorge.

"Todas as receitas deveriam ter como destino o Tesouro Nacional, só depois a empresa recebia, como qualquer outro prestador de serviços", indica uma fonte conhecedora do processo.

O exercício foi complexo, mas consultas levadas a cabo pelo Novo Jornal, longe de conclusivas, apontam para um «desaparecimento» da Look ACT 2, com o fim do contrato de gestão da praça, ocorrido dois anos antes da data prevista.

O seu raio de acção inscreve, para lá da gestão mercantil, trabalhos de assessoria, formação profissional, fiscalização de obras públicas e elaboração de projectos.

Foi abandonada pelos mandatários judiciais num processo contra a Administração Municipal de Benguela, movido para forçar a revogação da medida,

por ter, sabe o NJ, prestado "falsas informações" à equipa de advogados.

"Talvez tenham constituído outro advogado, se é que ainda pensam em reverter a suspensão do contrato", confidenciou fonte deste semanário.

Há muito que a Look ACT 2 deixou de pagar salários aos mais de 50 fiscais que cobram taxas aos vendedores, estando esta missão a cargo da própria AMB, representada no Mercado da Paz por uma comissão de gestão formada por quatro funcionários.

O Novo Jornal não conseguiu obter a versão dos sócios Hangulo América e Costa Alfeu, apontados como 'testas-de-ferro', mas o primeiro, consultado a partir do momento em que surgiam as primeiras suspeições, optou sempre pelo silêncio.

Uma «praga de descaminhos» a céu aberto

Proveniente do Cubal, onde exerceu o cargo de administradora municipal, Adelta Jorge chegou ao município de Benguela há dois anos, já com muitos problemas no maior mercado a céu aberto, alguns associados à prisão do seu antecessor, Carlos Guardado.

Há, como ilustra a peça anterior, um processo-crime que encontra justificação em suspeitas de tráfico de influências na vitória da Look ACT 2, mas existem tantos outros sem qualquer ligação à sua gestão.

Presume-se, pois, que tenham desaparecido cerca de 900 milhões kz em mais de 10 anos, período em que estiveram no palácio-rosa do município-sede vários administradores.

Assim que deixou a cadeia do Cavaco, quando ainda dirigia os destinos do MPLA no município de Benguela, Guardado optou por não tecer considerações ao NJ, mas sublinhou que "era impensável" desviar 900 milhões, precisamente o valor avançado por fonte do Serviço de Investigação Criminal.

Nunca nenhum administrador se 'atreveu' falar publicamente das receitas da praça, tida como fonte de conflitos na AMB, à semelhança dos terrenos.

Nem agora na gestão de Paula Marisa, que chegou ciente dos desafios que enfrenta, é feita referência aos milhões de Kwanzas provenientes do 4 de Abril.

Foi a Associação dos Feirantes, nunca desmentida, que ligou a calculadora, tendo como base o número de associados e o valor da taxa paga por cada grupo, que revelou o montante, numa declaração em que

denunciou desvios na altura da Trans Maya e do administrador Carlos Guardado.

## 2.14 Revendedores ameaçam paralisar os trabalhos

*Jornal Luanda*

*21 De Fevereiro de 2022*

Numa ronda efectuada pelo Jornal Metropolitano de Luanda, na passada sexta feira, 18, ao posto de abastecimento de gás butano da empresa Sona Gás, no bairro Uíge, em Luanda, constatámos que a procura pelo produto ainda é uma dor-de-ca-beça para agentes revendedores e clientes.

Diante da porta estavam perfilados vários camiões, todos lotados com garrafas de gás butano vazias. Caso a situação prevaleça, os agentes revendedores de "gás de cozinha", ameaçam paralisar a comercialização do produto. Por outro lado, acusam a empresa de dar tratamento diferenciado no atendimento aos revendedores.

Emanuel Borges (nome fictício) reconheceu que essa não é a melhor maneira de resolver o problema, mas diz que o actual cenário obriga-os a fazer isso. "O que os outros agentes têm, que nós não temos?", questionou.

O revendedor diz que "se o processo de compra e venda é igual para todos, não entende a razão do tratamento diferenciado. "As agências que eles estão a privilegiar não conseguem abastecer a província de Luanda no seu todo", desabafou.

O agente revende dor de gás acrescenta que o problema está nas máquinas e não do líquido. Portanto, disse, as agências com quem têm um protocolo privilegiado deviam reduzir o número de garrafas vendidas, para dar a oportunidade a outros clientes de comprarem.

Emanuel Borges conta que na sexta-feira, quando ao bordaram, era o seu quarto dia a tentar comprar gás. A agência do senhor está localizada no Zango I e há mais de três dias não vende gás. Todos os dias os clientes ficam na porta do seu estabelecimento, na tentativa de comprar gás. O motorista, Sebastião Pedro disse ao JML, que não consegue comprar gás há sete dias. Durante esse período, não tirou o seu camião da porta da refinaria, tendo, por isso, transformado o veículo em dormitório.

"Enquanto não conseguir comprar gás, não pretendo deixar o local. Por duas vezes, na agência em que trabalho, no Morro Bento, os clientes invadiram o caminhão, quando me viram a chegar.

O mais triste para as pessoas foi saber que fizeram tanta confusão e, afinal, não havia no camião o que estavam a procura", contou

Segundo Sebastião Pedro, se houvesse transparência no atendimento, a partir da refinara, os agentes revendedores e os clientes não enfrentariam dificuldades na compra

#### NA ZONA DO SÃO PAULO

Na famosa 'Casa do Chico', aparentemente estava tudo calmo. As pessoas entravam e safam normalmente com o número de botijas de acordo à sua necessidade. enquanto o responsável da loja acompanhava de perto todo o processo. Para a surpresa da nossa reportagem dada altura os clientes foram proibidos de ficar perfilados em frente à porta do estabelecimento.

Um funcionário do estabelecimento perfilou-os. numa rua localizada a cinco metros da agência. que dá acesso à zona da Brigada. Com uma fila gigantesca a confusão instalou-se. O funcionário. tentando organizar a fila constantemente. apenas tirava três pessoas para serem atendidas.

No posto de abastecimento da Macambira também haviam enchentes e. segundo os clientes. mais cedo havia chegado um caminhão para abastecer a agência.

Engrácia Fernandes. que há mais de sete dias cozinha no carvão. disse à reportagem deste quinzenário. que tinha a esperança de Ir para casa. com uma garrafa de gás cheia.

Segundo a jovem. estava na fila de espera desde as 8h:00. Considerou àquela sexta-feira um dia de sorte. pois a enchente que se registou era ínfima em relação aos dias anteriores.

Já o senhor Nzinga Manuel. Conseguiu comprar a botija de 12 quilogramas. ao preço oficial fixado a 1.200 kwanzas. na agência de gás "Casa do Chico". Chegou ao estabelecimento. às 9h:00 e esperou duas horas para ser atendido.

Ao longo da caminhada constatamos nos diversos pontos da capital de Luanda. pessoas com garrafas de gás na mão. na cabeça e em carros-de-mão a percorrerem as agências de gás do mercado informal. Nas agências de gás. o preço de 1.200 kz para as botijas de cor laranja e 12 quilogramas. o preço mantém-se. enquanto no mercado informal o mesmo tipo de botija está a custar dois mil Kwanzas enquanto a azul é comercializada a três mil Kwanzas.

AR

## 2.15 Jovens recebem motos para criar cooperativa

*Jornal De Angola*

*23 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Kilssia Ferreira*

Quinze jovens, membros de famílias vulneráveis e residentes no Distrito Urbano do Zango, município de Viana, em Luanda, receberam, terça-feira (22), motorizadas para a actividade de moto-táxi, numa iniciativa do Gabinete para a Cidadania e Sociedade Civil do Comité Central do MPLA, visando a criação de uma cooperativa, no âmbito do Programa de Apoio e Promoção da Empregabilidade (PAPE) e fomento do auto-emprego.

Foram também entregues cestas básicas a 50 famílias vulneráveis residentes no bairro Capapinha, no Zango 3, bem como três cadeiras de roda.

O acto foi orientado pela directora do Gabinete do Presidente da República para Cidadania e Assuntos Sociais, que disse que o objectivo é estimular os jovens para o empreendedorismo e garantir o primeiro emprego.

Fátima Viegas garantiu que a área que dirige vai continuar a apoiar a juventude, para que cada jovem se sinta integrado na comunidade com uma condição de vida melhor, independentemente da sua crença religiosa ou partidária.

Lembrou que o emprego não está disponível apenas no aparelho do Estado. "Cada um, com o seu empenho e iniciativa, deve empreender", disse a directora do Gabinete do Presidente da República para Cidadania e Assuntos Sociais, que anunciou que jovens do Distrito Urbano do Ramiro, no município de Belas, serão os próximos a ser contemplados.

A administradora municipal-adjunta de Viana para a Área Política e Social e Apoio às Comunidades disse que, para ter acesso aos meios rolantes, os jovens beneficiaram de uma formação promovida pela Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola "Amotrang", depois de terem sido cadastrados e seleccionados pela Administração Municipal.

Segundo Paula Contreiras, pretende-se integrar mais jovens no programa, dando-lhes liberdade de fazer a gestão dos meios e terem rendimentos, sob supervisão da Administração.

## 2.16 Captura e venda de peixe ganha novo impulso no município do Lubalo

*Jornal Economia e Finanças*

*25 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Victorino Matias*

Juventude do município do Lubalo, província da Lunda -Norte encontra na pesca artesanal uma excelente oportunidade para iniciativas de criação do seu próprio negócio, obtenção de rendimentos para o fortalecimento das respectivas cooperativas em que estão integradas, tendo em vista a diversificação da economia local, incluindo o sustento das famílias.

A pesca artesanal no município do Lubalo, é uma actividade desenvolvida há muitos anos e transmitida de uma geração para outra, apurou o Jornal de Economia e Finanças.6.

As potencialidades hídricas do município, justificam o forte interesse da juventude e das autoridades em apostar no aumento da captura do pescado.

A Intenção, conforme apurou a nossa reportagem, prende-se com a necessidade de fortalecer economicamente as cooperativas da pesca artesanal do município.

Actualmente, no Lubalo são controladas sete (7) cooperativas de pesca artesanal compostas por seis a dez associados cada.

Os rios Fotongo, Cuilo e Lubalo, incluindo lagoas, constituem as principais fontes de actividade piscatória.

Serafim Teixeira, 29 anos de idade, pescador integrado na cooperativa Sacenzenze da sede municipal do Lubalo, disse ao JE&F que realiza actividade com mais oito companheiros a partir do rio Cuílo, cujos resultados, têm sido bastante satisfatórios, principalmente em épocas de chuva em que há o registo da subida do caudal dos rios". Explicou,

Novas embarcações

A administração municipal do Lubalo procedeu há dias, a entrega de seis embarcações devidamente equipadas à igual número de cooperativas a locais, com vista a melhorar a sua actividade.

À margem de uma recente deslocação do governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala à circunscrição, o Jornal de Economia & Finanças apurou que cada cooperativa recebeu uma

embarcação, num investimento da administração municipal do Lubalo com base no Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), o que segundo Serafim Teixeira, vai permitir o aumento dos níveis e captura do peixe.

Com chatas de madeira, equipadas com motor à gasolina, redes e coletes salva-vidas, Serafim Teixeira garantiu que agora mais do nunca a cooperativa está em condições de recrutar outros pescadores para o reforço da equipa de trabalho e aumento do volume do pescado.

Bagre e Cacusso são as espécies de peixe mais capturados no Lubalo, disse Serafim Teixeira.

Os níveis de produção do pescado, de acordo com Serafim Teixeira variam em média para uma quantidade superior a 80 peixes em cada actividade.

O peixe, conforme esclareceu, tem sido comercializado no mercado local, município do Lubalo na Lunda-Norte e em Saurimo, capital da Lunda-Sul.

Serafim Teixeira afirmou que com a atribuição da nova embarcação, a cooperativa Sacenzenze, pretende elevar o volume de captura dos actuais 80 da média diária, para 300 peixes.

Os rendimentos da venda diária rondam actualmente de 80 a 90 mil kwanzas, explicou o responsável que lamentou que o elevado estado de degradação da via que dá acesso ao rio onde é desenvolvida a actividade piscatória

"Percorremos mais de 45 quilómetros até ao rio em que realizamos a pesca, aliado ao elevado estado de degradação da via em consequência gastamos muito combustível da motorizada que utilizamos para nos transportar", disse.

Por sua vez, Benedito Satchambe da comuna do Muvuluegi, município do Lubalo, disse que além de garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias, a pesca está a contribuir significativamente na promoção do auto-emprego no seio da juventude.

Benedito Satchembe afirmou que a pesca no município do Lubalo está com indicadores positivos em termos de garantia de rendimento para as cooperativas, cujos associados ambicionam agora o crescimento dos seus negócios.



## 2.17 Em 10 milhões de empregados, 70% integram a economia informal, diz ministro

*O Novo Jornal*

*25 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

O ministro da Economia e Planeamento revelou que em 10 milhões da força de trabalho existente no País, cerca de 70% integram o mercado informal, numa altura que Angola dispõe de um Produto Interno Bruto (PIB) no valor de 70 mil milhões de dólares,

Mário Caetano João falava nesta terça-feira, 22, por ocasião do lançamento do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), no mercado do Distrito Urbano do zango, no município de Viana.

O governante fez saber que em todo o País estão registados 100 mil operadores económicos e deste número cerca de 70 mil estão formalizados.

"A nossa meta para este ano é 200 mil, estamos em Fevereiro com mais de 70 mil, estamos a caminho de 80 mil é verdade que as acções tendem a acelerar. Gostaríamos depois de começar a formalizar outros actores do mercado informal, temos aqueles que desempenham actividades liberais, como canalizadores, electricistas e pedreiros", salientou.

O ministro da Economia e Planeamento destacou ainda que em todo o País existe uma força de trabalho estimada em mais de sete milhões a exercerem actividade informal que precisam de ser formalizados.

O PREI é um programa relacionado com a realização de micro negócios, dando igualmente acesso à segurança social. Visa à capacitação e gestão de pequenos negócios, atribuição de microcréditos e ao acesso ao sistema de pagamentos digitais por telemóvel.

Durante o processo de formalização aos comerciantes, serão atribuídos o cartão de vendedor ambulante, ou de vendedor de bancada pela administração do mercado. Depois terão a possibilidade de adquirir o número de identificação fiscal e o de segurança social, terão também a possibilidade de aceder ao mercado financeiro, abrir uma empresa e conseqüente participação nos concursos públicos, quer a título individual como colectivamente.

"Trazemos também a possibilidade de adquirirem o microcrédito e a possibilidade de poderem efectuar negócios através de pagamentos móveis, ao invés de

transportar grandes quantias de dinheiro, ou fazer a facturação electrónica mediante o "mobile-money", garantiu Mário Caetano João.

O PREI é uma iniciativa do Governo, com o apoio orçamental da União Europeia e com assistência técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

### 3. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

#### 3.1 Luanda dispõe de 1,1 bilião de kwanzas para despesa

*Novo Jornal*

*4 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Jorge Batalha*

A província de Luanda vai receber do Orçamento Geral do Estado (%GE 2022) 1,1 bilião de kwanzas para atender as suas despesas no presente exercício económico, observou o NJ no OGE em execução.

O montante cabimentado, de acordo com o documento consultado pelo Novo Jornal, é 4 vezes superior aos 621,9 mil milhões de kwanzas projectados no orçamento do ano transacto.

Com a cifra de 1,1 bilião de kwanzas, a capital do País tem a maior fatia do bolo' do OGE 2022, no que toca às despesas relacionadas com as 18 províncias. A capital do País é, no entanto, a província que conta com o maior número de habitantes, tendo uma população estimada em mais de 8 milhões de pessoas.

No entanto, em termos percentuais a capital do País absorve 6,24% das despesas total prevista no OGE, que é de 18,7 biliões de kwanzas.

Todavia, a província do Bengo, que figura no último posto da lista das províncias menos habitada, com uma população estimada em 354 mil pessoas, segundos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), deverá receber até final de 2022 uma cabimentação na ordem dos 78,5 mil milhões de kwanzas, ao contrário dos 43 mil milhões alocados no orçamento do ano passado.

Mediante análise ao documento, foi possível ver que a menor quantia das despesas será canalizada para a província do Kuando-Kubango, com os 77 mil milhões de kwanzas, tendo verificado um aumento de mais de 15 mil milhões, quando comparado com ano anterior, onde as despesas se fixaram nos 59 mil milhões de kwanzas.

#### 3.2 Tesouro pronto para executar aumento de 50 por cento

*Jornal Economia e Finanças*

*4 De Fevereiro de 2022*

Executivo aprovou, no início desta semana, um aumento de 50 por cento do salário mínimo nacional, para fazer face à degradação do poder de compra dos trabalhadores e a necessidade de manutenção e sustentabilidade económica

O Executivo aprovou, no início desta semana, um aumento de 50 por cento do salário mínimo nacional, para fazer face à degradação do poder de compra dos trabalhadores e a necessidade de manutenção e sustentabilidade económica.

Durante a primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, também foi apreciada, para remessa à Assembleia Nacional, uma proposta de Lei que autoriza o Titular do Poder Executivo a legislar sobre os princípios gerais relativos à organização e aplicação da estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios da Função Pública, visando repor a equidade salarial entre os funcionários e agentes administrativos enquadrados na carreira não técnica e nas demais carreiras do regime geral, até ao professor catedrático.

Ministra das Finanças, Vera Daves, garantiu ao país a existência de condições para suportar os devidos ajustes

De acordo com a Ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, não haverá, para já, remuneração dos titulares de cargos públicos e de políticos, para deixar espaço em termos de reserva orçamental, a fim de dedicar o maior valor possível às classes mais baixas.

A ideia, com isso, frisou, passa por maximizar o ajustamento junto das pessoas que ganham menos e por serem as que mais sofrem com o impacto da inflação e as dificuldades em adquirir o mais básico para a satisfação das necessidades individuais.

"Foram estes exercícios que fizemos", destacou, assegurando que se vai continuar a dialogar com as organizações sindicais e com as forças que representam os técnicos superiores. "Apelamos, apenas, à compreensão destas classes, para que o resultado final seja o melhor possível e que não ponha em causa tudo aquilo que ainda temos que fazer em várias outras classes de despesas, sejam elas correntes ou de capital".

Vera Daves de Sousa esclareceu ainda que a ideia era fazer um ajuste maior, mas, para tal, implicaria pôr em causa o futuro desses mesmos salários, do investimento que tem de se continuar a fazer em diversos sectores, como o da Educação e Saúde que, como destacou, "vão beneficiar essas mesmas pessoas".

Acrescentou ainda que a prioridade destas medidas passa pela correcção do poder de compra das famílias, e melhorar as remunerações, tendo em conta a perda do poder de compra resultante da inflação que o país vive.

"Mas, ao fazer essa correcção, não podemos perder de vista a importância de manter sustentável as finanças públicas", alertou, tendo destacado que há dinheiro disponível para se avançar com a implementação do aumento do salário mínimo nacional e o ajuste dos salários da Função Pública, depois de o documento ser submetido à Assembleia Nacional e seguir os trâmites normais.

"Procuraremos ser o mais diligente possível, porque temos consciência de que se trata de uma medida de grande impacto social e, também, temos a consciência das dificuldades que os nossos cidadãos têm sentido", concluiu.

### 3.3 Huambo conseguiu 514 milhões de kwanzas via Portal do Município

*Jornal de Angola*

18 De Fevereiro de 2022

Texto: Justino Victorino

A província do Huambo arrecadou para a Conta Única do Tesouro (CUT), em 2021, 514 milhões de kwanzas na receita processada via Portal do Município das Administrações municipais, universidades, escolas do ensino primário e secundárias e das direcções provinciais.

O delegado provincial das Finanças no Huambo, João Bastos, que apresentou a execução anual das receitas, na primeira sessão ordinária do Governo da Provincial, reconheceu as melhorias que estão a ser verificadas no processo de cobrança, que permitiram um aumento na arrecadação de receitas.

No conjunto, a Administração Municipal do Huambo arrecadou 133 milhões de kwanzas, o Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) 97 milhões, o Instituto Superior Politécnico 62 milhões, a reitoria da Universidade José Eduardo dos Santos 60 milhões, a Faculdade de Direito 31 milhões, de

Economia 30 milhões e a Administração da Caála 22 milhões de kwanzas.

Agosto foi o mês de 2021 que registou o maior incremento, sobretudo pela cobrança da inscrição e acesso às universidades e escolas do ensino primário e secundário. Neste particular, João Bastos mostrou-se satisfeito com a forma como as unidades orgânicas da Universidade José Eduardo dos Santos procedem na obtenção de receitas.

Em relação ao período em balanço, sublinhou que houve também um aumento de arrecadação de 319 por cento, passando a receita de 122 milhões de kwanzas, em 2020, para 514 milhões. Em harmonia, apelou as Administrações municipais para um melhor exercício na criação de condições, para a cobrança de taxas e outros emolumentos através do Portal do Município.

Até ao momento, confirmou o delegado, existem administrações que não têm condições criadas para que a arrecadação de receitas seja feita via Portal do Município, segundo ele, por razões que se prendem com a falta de energia, gerador, internet e outros meios tecnológicos.

"Se as administrações municipais tivessem criado estas condições, a província teria um volume de arrecadação maior", disse.

### 3.4 Orçamento no sector da Educação dispara entre 2019 e 2022

*Jornal Expansão*

18 De Fevereiro de 2022

Ao contrário do que sucede nos organismos ligados à administração do Estado, os institutos públicos que prestam serviços no sector da Educação (institutos médios, agrários e de ciências da educação, entre outros) receberam dotações orçamentais que ultrapassam bastante os valores registados em 2019.

Enquanto no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 revisto constavam despesas de 11 mil milhões kz para um total de 23 institutos, o OGE 2022 contabiliza mais duas unidades (são agora 25) e despesas avaliadas em cerca de 23 mil milhões kz (ver tabela).

Em moeda estrangeira, as despesas de 2019 para os 23 institutos educativos estavam avaliadas na altura em 30 milhões USD. Cerca de três anos depois, os 23 mil milhões kz representam 44 milhões USD. Em 2019 a instituição com maior orçamento foi o

Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL) com uma dotação de 1.338 mil milhões kz. No presente exercício orçamental, o IMEL, agora na terceira posição, foi ultrapassado pelo Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL) que apresenta despesas previstas de 2.148 mil milhões kz.

Em 2019 o segundo instituto com maior orçamento era o IMIL, seguido do Instituto Médio Industrial de Benguela (IMIB). No OGE 2022, a novidade no pódio dos maiores orçamentos verifica-se com a entrada do Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla, que apresenta o segundo maior orçamento (1.696 mil milhões Kz) no conjunto dos 25 institutos públicos do sector da Educação.

M.G.

### 3.5 Sacos azuis – uma fuga para a frente ou a emenda pior que o soneto na Lei do OGE de 2022

*Novo Jornal*

*18 De Fevereiro de 2022*

A racionalização da despesa pública é um imperativo para a melhoria das condições de vida da população, da situação económica e financeira do país. Para o efeito, a afectação dos recursos públicos deve obedecer a prioridades que garantam tal desiderato e os gastos serem realizados de maneira eficaz e eficiente. Contudo, a Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2022 - a Lei n.º 32/21, de 30 de Dezembro - deixa transparecer não se estar ainda, decisivamente, a "corrigir o que está mal" no que à gestão das finanças públicas diz respeito, na prossecução da racionalidade. Essa asserção decorre dos factos que se reportam a seguir.

Nas leis orçamentais anuais figuraram, por vários anos, disposições que sujeitavam a execução das "despesas especiais de segurança interna e externa de protecção do Estado", que constassem no OGE, a um "regime especial de execução e controlo orçamental" a estabelecer pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo. Na Lei do OGE de 2021, especificamente, tais disposições constavam no Capítulo V - Disciplina Orçamental, nos seguintes termos:

"Artigo 9.0 - Execução Orçamental

19. As despesas especiais de segurança interna e externa de protecção do Estado, constantes do Orçamento Geral do Estado, estão sujeitas a um regime especial de execução e controlo orçamental, de acordo com o que venha a ser estabelecido pelo

Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

#### Artigo 12.0 - Despesas e Fundos Especiais

1. Ficam sujeitos a um regime especial e de cobertura, de execução e de prestação de contas, as despesas especiais, afectas aos órgãos de soberania e serviços públicos que realizam as junções de segurança interna e externa do Estado, integrados no Sistema Nacional de Segurança, em termos que assegure o carácter reservado ou secreto destas junções e o interesse público, com eficácia, prontidão e eficiência.

2. São inscritos no OGE 2021, créditos orçamentais que permitam a criação de Fundos Financeiros Especiais de Segurança a funcionarem como reserva estratégica do Estado, para a execução das despesas referidas no número anterior.

3. A forma de utilização e de prestação de contas dos Fundos Financeiros Especiais de Segurança é regulamentada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo. "

Acontece que tal regime especial de cobertura, execução e prestação de contas "nunca foi, de jure e de facto, estabelecido, pelo que os procedimentos ficaram sempre ao critério dos órgãos e das pessoas com responsabilidade por tais despesas. o que permitiu que os respectivos fundos se

transformassem em verdadeiros 'sacos azuis'. Isso porque na ausência de tais procedimentos. Emergiram falhas no escrutínio que tais despesas deveriam merecer da parte dos órgãos competentes do Estado nomeadamente o Ministério das Finanças, o Banco Nacional de Angola, o Conselho de Segurança Nacional, o Presidente da República (Titular do Poder Executivo e a Assembleia Nacional (através da sua Comissão Especializada) pois não se estabeleceram mecanismos claros de segregação de funções e de freios e contrapeso requeridos. E foi esse quadro que permitia situações de apropriação e uso indevido de tais fundos públicos como as que se reportaram ter ocorrido na Casa de Segurança do Presidente da República com o conhecido 'caso Lussaty,' e com a alegada criação ilegal do Kuando Kubango Futebol Clube por alguns generais e do qual a Casa de Segurança apresta-se a assumir uma dívida de 350 milhões de kwanzas (de onde virá o dinheiro para tal?) cf. o Novo Jornal. Edição 721, de 04 de Fevereiro de 2022, pág. 44).

Ora, na Lei do OGE de 2022, em substituição daquela norma, introduziram-se disposições vagas sobre o controlo de tais despesas. conforme consta



no Artigo IIº -Despesas e fundos especiais. que estabelece o seguinte:

1. A prestação de contas das despesas especiais é elaborada mediante apresentação de documentos previstos na lei.
2. O Relatório de Prestação de Contas deve ser submetido ao Departamento Ministerial responsável pelo Sector das Finanças Públicas, para efeito de reconciliação na Conta Geral do Estado.
3. São inscritos no Orçamento Geral do Estado, para o exercício económico 2022, créditos orçamentais que permitam a criação de Fundos Financeiros Especiais de Segurança a funcionarem como reserva estratégica do Estado para a execução das despesas referidas no número 1.

O facto é que as únicas leis que estabelecem normas sobre execução das despesas públicas são a Lei do OGE e a leis orçamentais anuais e seus regulamentos, mas é exactamente está última eximem a realização das despesas especiais cobertas com os Fundos Financeiros Especiais da sujeição às normas regulares. E as normas regulares, no geral, demandam o seguinte:

A inscrição das despesas de forma discriminada nos orçamentos anuais, com limites de créditos orçamentais para a sua execução; a execução da despesa no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e com base na Programação Financeira; a execução da despesa com a realização prévia da sua cabimentação; o pagamento das despesas cabimentadas com a realização prévia da sua liquidação; e a prestação de contas sustentadas nos créditos orçamentais atribuídos e nas cabimentações, liquidações e pagamentos realizados através do SIGFE.

Então, ao eximir-se a realização despesas especiais das normas regales ou a sujeitá-las a normas específicas, mas dispor que a prestação de contas das mesmas seja elaborada mediante apresentação de documentos previstos na lei – entretanto não definidos –, gera-se uma situação circular, pois não existe qualquer legislação que trata de "despesas especiais" nem de "Fundos Especiais de Segurança" que funcionem como "reserva estratégica do Estado" para cobrir tais despesas.

De resto, se não fosse esse o caso, como se compreendia que até ao OGE de 2021 a lei orçamental anual se referisse à sujeição das mesmas "a um regime especial de execução de controlo orçamental. de acordo com o que venha a ser estabelecido pelo Presidente da República, enquanto

Titular do Poder Executivo? Portanto, o Artigo IIº da Lei do OGE 2022 constitui uma verdadeira fuga para a frente do assunto, resultando numa emenda pior que o soneto.

Continua, por isso, a fazer falta o estabelecimento formal e a implementação efectiva de um regime de previsão, orçamentação, realização e controlo de despesas de natureza reservada e dos correspondentes fundos e sua sujeição ao escrutínio do conselho de Segurança Nacional (interno) e da correspondente Comissão Especializada da Assembleia Nacional (externo), corrigindo-se, assim, o que está mal nesse aspecto da gestão financeira pública.

### 3.6 OGE contemplou kz 450 mil milhões

Jornal Luanda

25 De Fevereiro de 2022

O Orçamento Geral do Estado (OGE-2022) tem reservado 450 mil milhões de kwanzas para o pagamento da dívida comercial contraída por Angola entre 2013 e 2018, informou quinta-feira (24), em Luanda, a ministra das Finanças, Vera Daves.

Dívidas internas podem ser pagas pelas Finanças ©  
Fotografia por: Edições Novembro

De acordo com a governante, a mesma será paga pelo seu departamento ministerial, mediante elementos probatórios, que passam pela Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE), que valida e certifica essas matérias.

Vera Daves disse à Rádio Nacional de Angola (RNA), que toda a dívida formada fora das regras de execução orçamental não deve ser regularizada, com base no Decreto Presidencial sobre os procedimentos para a regularização dos atrasados.

"Já começámos com o processo de envio dos registos que temos ao IGAE e fizemos um desenvolvimento informático que permite o envio destes processos de forma digital, através do Sistema Financeiro do Estado", avançou a ministra. Além disso, o Ministério das Finanças está a incentivar os gestores das unidades orçamentais a fazerem o envio de informações pela mesma via.

No quadro desse processo, está em desenvolvimento um outro procedimento, que permite o envio de alertas, para os credores poderem acompanhar o processo, sem que se desloquem às instalações das Finanças. Com esta iniciativa, a direcção das Finanças

quer cortar eventuais pedidos de verificação de processos que podem concorrer a práticas ilícitas.

"Estamos a procurar fazer o mais digital e transparente possível e a Inspeção-Geral da Administração do Estado vai procurar ir ao terreno, ver os bens, antes de dar a luz verde para o pagamento", referiu.

Segundo a titular do pelouro, são milhares de processos fechados e prontos, sendo que, do volume, seguem ao IGAE perto de mil processos. "Para as dívidas dos exercícios recentes (2019, 2020 e 2021), temos dito aos ministérios para que, no seu orçamento de 2022, tratem desses assuntos", finalizou, sem detalhar os arranjos possíveis.

## 4. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃ O E CIDADANIA

### 4.1 Governo lança projecto de apoio à participação da sociedade civil

*Jornal de Angola*

*3 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Edna Dala*

O Ministério da Administração do Território (MAT), em parceria com a União Europeia, lançou, esta quarta-feira (2), em Luanda, um projecto que visa reforçar a participação da sociedade civil, em particular dos grupos mais representados, com destaque para as mulheres, nas tomadas de decisões e plataformas de governação.

Ministério da Administração do Território (MAT), em parceria com a União Europeia, lançou, esta quarta-feira (2), em Luanda, um projecto que visa reforçar a participação da sociedade civil, em particular dos grupos mais representados, com destaque para as mulheres, nas tomadas de decisões e plataformas de governação.

O Projecto de Apoio à Sociedade Civil e Administração Local (PASCAL) vai beneficiar, numa primeira fase, 25 municípios de cinco províncias do país e está avaliado em 5,8 milhões de euros, financiados pela União Europeia.

Para a primeira fase do programa, foram seleccionados 25 municípios das províncias de Benguela, Huambo, Huíla, Malanje e Luanda. De acordo com um comunicado do Ministério da Administração do Território, a que o Jornal de Angola teve acesso, o Projecto enquadra-se nas políticas nacionais e da União Europeia de consolidação da sociedade civil, da descentralização e desenvolvimento.

O Projecto, refere o documento, tem como objectivo contribuir para o crescimento económico e o desenvolvimento social do país, através de uma participação inclusiva, heterogénea e eficaz da sociedade civil no processo de governação local. Tem ainda em vista a promoção do intercâmbio de competências e boas práticas entre a União Europeia, Angola e outros países africanos e latino-americanos para apoiar a participação inclusiva e efectiva da cidadania.

O Programa será executado pela Fundacion Internacional e para Iberoamérica de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP - Espanha) e a Central Project Management Agency (CPMA - Lituânia) e perspectiva o aumento da participação e colaboração dos cidadãos na governação local, de forma a alcançar marcos estáveis de convivência e fortalecer os mecanismos democráticos.

Ao discursar na cerimónia de lançamento do PASCAL, o secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, destacou a contribuição construtiva para o asseguramento de uma participação inclusiva, heterogénea e efectiva da sociedade civil no processo de governação. Os 25 municípios, esclareceu, serão testados para ver como é que o programa vai funcionar e assim aprender com os resultados. Depois, se os recursos financeiros permitirem, referiu, o projecto será expandido para os demais municípios.

Márcio Daniel sublinhou que "a qualidade da democracia depende, em larga medida, da qualidade dos seus actores". Realçou que quanto mais e melhor preparados forem os membros das organizações da sociedade civil e dos órgãos da Administração Local do Estado, melhor será a qualidade da democracia angolana.

Para o responsável, a democracia não é apenas representativa, mas também participativa e é a conjugação equilibrada destes dois predicados que faz a essência do princípio democrático. "Por essa razão, ter boas leis e regulamentos não é incorrecto, mas é incompleto", acrescentou.

O grande desafio que o país enfrenta, acrescentou, não é o de elaborar e aprovar boas leis, é o de transformar as leis em realidade concreta de carne e osso, alma e chão, numa cultura de legalidade.

Márcio Daniel reconheceu as valências da sociedade civil e disse que estas podem e ajudam a melhorar a governação local. "Existem espaços em que a capacidade de penetração da sociedade civil é muito superior à do Executivo. Essa colaboração é necessária e varia em função da temática", disse.

Apontou que o Projecto de Apoio à Sociedade Civil e a Administração Local é desafiante, sobretudo para as organizações da sociedade civil, tendo em conta a capacidade. Nisto, reforçou, o Executivo pretende manter uma interacção mais profunda e profícua com essas organizações.

Em resposta ao questionamento sobre o papel do Ministério dentro do Projecto, o secretário de Estado acrescentou aos desafios da sociedade civil o seu engajamento no PASCAL, monitoria e avaliação de projectos e políticas públicas de âmbito local.

Programa alinhado ao Plano de Desenvolvimento sua intervenção, a representante da União Europeia em Angola, Jeannette Seppen, reconheceu que o Projecto está alinhado aos Objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 e ao Plano Estratégico para a Administração Territorial.

O Programa segue igualmente as melhores práticas de monitoria com os indicadores internacionais para seleccionar e compilar dados sobre a prosperidade dos municípios e acompanhar o progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o 11º ponto referente às cidades e comunidades sustentáveis, o 16º de paz, justiça e instituições fortes, bem como o reforço das parcerias globais para o desenvolvimento sustentável.

O PASCAL, realçou, apoia também as acções de capacitação e formação relevante no desenho das melhores práticas de desenvolvimento territorial para o local e prevê identificar e formular as acções para "não deixar ninguém para trás", especialmente, nas comunidades rurais.

Realçou que o programa seguirá as melhores directrizes internacionais de urbanismo e territorialidade, de planeamento urbanístico e de formação de líderes municipais.

O projecto ontem lançado, explicou, é resultado de um amplo trabalho preparatório e de consultas com instituições nacionais, desde as provinciais, locais e ONG, autoridades tradicionais, religiosas, académicas, grupos e plataformas de mulheres e jovens e representantes de minorias e de grupos vulneráveis.

No programa, lembrou, a FIIAPP - Espanha e a CPMA têm responsabilidades operacionais do projecto, que vão desde o controlo financeiro, gestão do trabalho dos peritos no terreno e a preparação de actividades.

Com o lançamento da PASCAL, a União Europeia vê concretizados os seus compromissos. Em 2017, assinalou, a União Europeia rubricou a Declaração na Cimeira da União Europeia e União Africana, que definiu a governação como uma das prioridades estratégicas com o reconhecimento formal do papel da sociedade civil nesse processo".

Para o director do projecto, Pablo López, o PASCAL baseia-se em três pilares fundamentais que visam contribuir para a melhoria do quadro legislativo, regulamentar e institucional em matérias de governação participativa (isto é, apoiar as administrações municipais e as instituições públicas em tudo que for possível).

## 4.2 Moradores do Zango defendem elevação do distrito á categoria de município

*Jornal Luanda*

*7 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Fula Martins Luanda*

Censo Geral da População e Habitação, realizado em 2014, indicou que no Zango existiam cerca de 600 mil habitantes, numa altura em que ainda não estavam construídas as urbanizações Vida Pacífica, Zango 4, Zango 8000 e vários condomínios ali existentes.

Em declarações ao Jornal Metropolitano de Luanda, o administrador do distrito urbano do Zango, João Sonhi, revelou que na circunscrição residem, actualmente, "mais de dois milhões de habitantes" e que a tendência é de aumentar.

Devido a esse crescimento populacional e de infra-estruturas, os moradores do Zango defendem ser a altura certa para o distrito ser elevado à categoria de município, deixando de depender administrativamente de Viana.

Morador do Zango há vários anos, Simão Adão considera que o distrito urbano do Zango já "tem registado um nível de crescimento comparado aos municípios do Kilamba Kixi, Cacucaco e Belas".

"As infra-estruturas sociais e económicas que o Zango possui já justificam ser elevada à categoria de município", defendeu, sublinhando que, devido à densidade populacional, já é altura de cada bairro do Zango ter um centro de saúde, para reduzir as enchentes no Hospital Municipal.

"O distrito urbano do Zango tem bairros completamente habitados, e já pode ser considerado o distrito mais populoso da província de Luanda", afirmou.

Há dez anos no Zango, José Kanga, que também defendeu a elevação do Zango à categoria de município, mostrou-se preocupado com o aumento da delinquência e da prostituição, que tem a rua da



Dira e a "Ferrari", no Zango I, como os principais focos.

José Kanga já foi vítima da criminalidade, por isso apelou ao reforço do número de efectivos da Polícia Nacional para devolver o sentimento de segurança à população do Zango e arredores.

O abastecimento de água regular é coisa rara no Zango, que, em 2017, beneficiou de várias ligações da Empresa Pública de Aguas (EPAL), no âmbito das 700 mil ligações domiciliárias.

"Foram investidos milhões de dólares do erário nesse projecto, mas a maioria da população do Zango tem as torneiras sem jorrar o precioso líquido", lamentou José

"ONDE TUDO ACONTECE"

Proveniente da Boavista, onde vivia antes de ser reassentada no Zango, há quase duas décadas, Marta Baptista conta que "o Zango está na moda e aqui tudo acontece. Temos diversão para todos os gostos, mas também há burla de terrenos e casas", disse, considerando "uma mais-valia" a ascensão do Zango à categoria de município.

"Seria uma satisfação enorme para os munícipes, visto que o Zango está a crescer e a desenvolver", disse Marta Baptista.

Morador do distrito urbano da Estalagem, António Pedro exerce a actividade comercial no Zango há seis anos. À semelhança de outros munícipes, ele também defendeu a elevação do Zango à categoria de município.

Apesar de reconhecer a criação de várias infra-estruturas sociais e económicas, António Pedro alertou que "ainda existem muitas coisas por fazer" para tornar o Zango num lugar bom para se viver, como a melhoria das vias de acessos, abastecimento de água potável e fornecimento de energia eléctrica, combate à criminalidade, à ocupação ilegal e saneamento básico.

### 4.3 Gestores municipais insistem em praticar actos de corrupção

*Jornal de Angola*

*13 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Armando Sapalo*

Os gestores públicos na Lunda-Norte continuam a resistir ao desafio do Executivo de combate à corrupção, sendo as administrações municipais e os sectores da Educação e Saúde os mais visados, disse,

ao Jornal de Angola, o subprocurador-geral da República titular da província.

Mário Gama, que falava ao propósito da realização, na próxima quinta e sexta-feira, no Dundo, da reunião de balanço da Procuradoria-Geral da República na Região Judiciária Leste, revelou que grande parte dos casos é registada nas administrações municipais, gabinetes provinciais da Saúde e Educação, onde os gestores das áreas intermédias cometem muitas irregularidades.

Segundo o magistrado, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Serviço de Investigação Criminal (SIC) têm recebido muitas reclamações e denúncias, inclusive anónimas, de funcionários públicos que sofrem descontos injustificados nos seus salários.

A delegação da Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE) confirmou à PGR que o problema da corrupção na província da Lunda-Norte reside nos responsáveis das áreas intermédias da governação, como chefes de secção das administrações municipais e de departamentos do governo provincial.

Mário Gama disse que há um levantamento já feito que revela haver de mais de dez processos de corrupção e tráfico de influência na Lunda-Norte, além de outros existentes.

Em termos de planeamento da acção processual investigativa, a PGR vai, dentro de dias, "meter a mão na massa", adiantou o magistrado, ao referir-se ao apuramento de "todos os casos".

"Vamos, primeiro, inquirir, partir para acção investigativa, com o objectivo de encontrarmos provas suficientes", disse, Mário Gama, anunciando, para breve, um encontro alargado entre PGR e SIC da Lunda-Norte sobre os processos de corrupção.

Quanto ao encontro de balanço da PGR nas províncias da Região Judiciária Leste (Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico), a ser orientado, na próxima semana, pelo procurador-geral da República, Hélder Pitta Grós, disse que vão ser abordados, também, vários temas, entre os quais a "Lei dos Contratos Públicos como ferramenta de combate à corrupção", "o papel do Ministério Público nos processos de filiação paternal" e "inventário orfanológico".

Violência contra menores inspira cuidados

A situação da violência doméstica, envolvendo menores, na Lunda-Norte, é cada vez mais preocupante, declarou o subprocurador-geral da República titular na província.

Em declarações ao Jornal de Angola, Mário Gama considerou que "a situação deve inspirar muitos cuidados" por parte das autoridades da Justiça, sob pena de se colocar em risco o futuro das crianças.

Só no ano passado, revelou, a PGR deu entrada, no Tribunal de Comarca do Chitato, de 729 processos sobre a regulação da autoridade paternal, alimentos, tutela obrigatória, inventário orfanológico e estabelecimento de filiação.

Segundo Mário Gama, um número considerável de progenitores na Lunda-Norte, principalmente homens, fogem ao cumprimento dos deveres para com os filhos. Alguns desses progenitores têm cargos de chefia no aparelho do Estado ou estão ligados aos órgãos de Defesa e Segurança.

O lema do encontro da PGR nas províncias da Região Judiciária Leste, disse, visa, essencialmente, transmitir a preocupação dos menores na Lunda-Norte e procurar mecanismos para inverter o quadro em termos de consciencialização.

#### 4.4 Huambo conseguiu 514 milhões de kwanzas via Portal do Município

*Jornal de Angola*

*18 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Justino Victorino*

A província do Huambo arrecadou para a Conta Única do Tesouro (CUT), em 2021, 514 milhões de kwanzas na receita processada via Portal do Município das Administrações municipais, universidades, escolas do ensino primário e secundárias e das direcções provinciais.

O delegado provincial das Finanças no Huambo, João Bastos, que apresentou a execução anual das receitas, na primeira sessão ordinária do Governo da Provincial, reconheceu as melhorias que estão a ser verificadas no processo de cobrança, que permitiram um aumento na arrecadação de receitas.

No conjunto, a Administração Municipal do Huambo arrecadou 133 milhões de kwanzas, o Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) 97 milhões, o Instituto Superior Politécnico 62 milhões, a reitoria da Universidade José Eduardo dos Santos 60 milhões, a Faculdade de Direito 31 milhões, de Economia 30 milhões e a Administração da Caála 22 milhões de kwanzas.

Agosto foi o mês de 2021 que registou o maior incremento, sobretudo pela cobrança da inscrição e

acesso às universidades e escolas do ensino primário e secundário. Neste particular, João Bastos mostrou-se satisfeito com a forma como as unidades orgânicas da Universidade José Eduardo dos Santos procedem na obtenção de receitas.

Em relação ao período em balanço, sublinhou que houve também um aumento de arrecadação de 319 por cento, passando a receita de 122 milhões de kwanzas, em 2020, para 514 milhões. Em harmonia, apelou as Administrações municipais para um melhor exercício na criação de condições, para a cobrança de taxas e outros emolumentos através do Portal do Município.

Até ao momento, confirmou o delegado, existem administrações que não têm condições criadas para que a arrecadação de receitas seja feita via Portal do Município, segundo ele, por razões que se prendem com a falta de energia, gerador, internet e outros meios tecnológicos.

"Se as administrações municipais tivessem criado estas condições, a província teria um volume de arrecadação maior", disse.

## 5. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 5.1 Crise Financeira paralisa requalificação de BÉ Ô

*Jornal Luanda*

*21 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Pedro Bica*

A crise económica e financeira que o país enfrenta desde 2014, fez paralisar as obras do Programa de Requalificação e Renovação Urbana, no Bairro Operário, localizado no distrito do Sambizanga, província de Luanda, disse ao JML o administrador Orlando Paca.

Aquele responsável revelou que o projecto está totalmente paralisado, mas tudo está a ser feito no sentido de dar sequência às obras paralisadas e conferir maior dignidade aos munícipes.

"O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, permite-nos perceber em que circunstâncias e a partir de que princípios se desenvolvem as intervenções de alguns espaços urbanos da cidade de Luanda", revelou.

A par destes constrangimentos, o Distrito Urbano do Sambizanga vai ganhar uma nova urbanização na zona do antigo Mercado do Roque Santeiro. As obras já estão em curso, a cargo de uma empresa chinesa.

#### MORADORES PEDEM PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA

Leopoldina de Jesus Van-Dúnem, de 67 anos, diz que toda a sua infância foi no Bairro Operário. Filha de carpinteiro e dona de casa, a anciã aceita e louva a requalificação, mas pede que não sejam construídos apenas prédios.

"Filho, para além das casas de pau-a-pique, tinha muitas casas de madeira, bem pintadas. É só seguir assim, que jamais vamos apagar a nossa rica história", recomendou.

Avó Leopoldina, como gosta de ser tratada, lembra que em tempos idos o BÉ Ô era uma zona em que a irmandade, solidariedade e o amor existiam, em relação aos demais. "Os miúdos de agora já não aceitam até lhes mandar comprar o pão".

Nostálgica, Leopoldina Van Dúnem fala das farras de quintal e das músicas cantadas, principalmente, nas

línguas da terra como o quimbundo, por exemplo, que os aproximava da sua realidade.

António Mangureira, outro morador, é de opinião que o bairro seja requalificado, mas lamenta o facto de os primeiros moradores que beneficiaram de residências na nova urbanização não serem os moradores da zona requalificada.

"Se recomeçar, é preciso mais rigor na entrega das casas, senão pode causar tristeza a muitos de nós que participamos sempre nas reuniões com os membros da Administração e com o governo da cidade de Luanda", desabafou.

António Mangureira, 65 anos, diz que o bairro cresceu de forma tão desordenada "que até os antigos campos de futebol não foram poupados. A bandidagem diminuiu e o consumo por excesso de álcool dos nossos jovens nos preocupa. Meu caro jovem; nós éramos todos camaradas, batalhámos juntos e cada um era suporte do outro. Tínhamos as nossas cantinas onde comprávamos fiado aos cantineiros", disse.

### 5.2 Mais de 71% do malparado recuperado com garantias imobiliárias

*4 De Fevereiro de 2022*

*Jornal Expansão*

*Texto: Joel Costa*

A Recredit só recuperou 21,8 mil milhões kz de um total de 1,2 biliões de Kwanzas das duas carteiras de crédito malparado que recebeu do BPC, com 71% do valor já recuperado a ser proveniente da execução de garantias imobiliárias o que, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), obriga a esforços para rentabilizar estes imóveis.

Segundo confirmou ao Expansão o PCA da Recredit, Valter Barros, em 2021 a meta de valor a recuperar, 19,8 mil milhões kz, foi ultrapassada. Mas do total do malparado recuperado pela Recredit, 71,5% foram pagos com activos imobiliários. Ou seja, em dinheiro só foram recuperados 6,2 mil milhões kz

Aliás, o FMI sublinhou no seu relatório sobre a sexta e última avaliação ao programa do Fundo em Angola, para a necessidade de se monetizar estes imóveis.

"A Recredit atingiu os seus objectivos de recuperação pela primeira vez no III trimestre de 2021 e espera continuar a fazê-lo no futuro. Contudo, o staff [do FMI] observou que uma grande parte das recuperações consistiram na activação de garantias

imobiliárias, e as autoridades precisam de aumentar os esforços para as rentabilizar", revela a instituição multilateral no relatório. Ao que o Expansão apurou, a Recredit está a transferir para a posse do Estado estes imóveis e só depois serão colocados no mercado de forma a transformar estes imóveis em capital. "Temos consciência que o nosso papel é entregar dinheiro ao Tesouro e já estamos na fase de registo destes imóveis em nome do Estado para depois colocá-los no mercado e assim monetizarmos estes activos", explica o PCA da Recredit. O responsável acrescentou que os imóveis estão avaliados ao justo valor do mercado por um perito avaliador de imóveis registados na Comissão do Mercado de Capitais.

O também denominado 'banco mau' do BPC adquiriu duas carteiras de crédito do maior banco público, totalizando 1,2 biliões em créditos de cobrança duvidosa. A segunda, no valor de 950 mil milhões kz, foi adquirida em 2020 por 57 mil milhões, equivalente a 6% do valor da carteira. O PCA da Recredit acredita que o valor pago pela segunda carteira de crédito será alcançado brevemente já que o valor de garantias em execução no tribunal são largamente superiores ao montante realmente pago por esta carteira.

O que está por recuperar

A Recredit tem a responsabilidade de recuperar os activos tóxicos do BPC, cujo valor do malparado até 2020 valia 26% da carteira do crédito mal parado da banca. Até ao momento, apenas recuperou 1,8% da carteira.

De acordo com o responsável da Recredit estão neste momento em tribunal 11 processos que totalizam um valor total de 167,4 mil milhões kz. Na área de contencioso, e que poderão ser remetidos para tribunal caso não se chegue a acordo, estão 276,8 mil milhões kz em créditos. Valores muito acima da meta traçada pela Recredit para recuperação este ano: 26,33 mil milhões kz.

Alerta do FMI

No relatório publicado em Janeiro, o FMI refere que a Recredit precisa de continuar a cumprir as metas estabelecidas bem como a publicar os seus relatórios de performance semestralmente, aliás, uma promessa que as autoridades angolanas lhes fizeram.

O FMI revela que a equipa económica do Executivo angolano reconhece a importância de finalizar medidas para responder aos desafios operacionais e de enfrentados pela Recredit. Tais medidas permitirão à Recredit expandir as suas operações e resolver o

problema do crédito de cobrança duvidosa recebido do BPC.

Quando estiver concluída, no final de 2022, a recapitalização do BPC terá custado ao Estado pelo menos 1,5 biliões de Kwanzas e prevê-se que o banco volte aos lucros apenas este ano de acordo com plano de recapitalização do maior banco de capitais públicos. A Recredit tem até 2029 para recuperar o máximo possível do malparado do BPC

### 5.3 Estado perde fonte segura de receitas e financiamento de despesas públicas

*Jornal Luanda*

*7 D e Fevereiro de 2022*

*Texto: Luís Martinho*

Grande parte do património imobiliário que dá corpo à província de Luanda não é tributável, não é penhorável, não é hipotecável e, em muitos casos, nem sequer é transacionáveis.

Dos vários agentes económicos que sofrem com essa situação, parece lacónico, mas é o Estado quem mais sofre por perder uma certa e segura fonte de financiamento das suas despesas públicas que emergiriam da tributação do património imobiliário, caso houvesse um registo e cadastramento efectivo dos bens imóveis que potencializasse a arrecadação de impostos que gravitam em torno da actividade imobiliária.

Para lá do Estado, enquanto ente encarregado da cobrança de impostos, outros agentes económicos que sofrem em demasia com as debilidades de que padece o património imobiliário em Angola, são os bancos comerciais.

Estes, como se sabe, e atendendo aos riscos próprios da actividade creditícia bancária, exigem que os clientes ofereçam garantias que assegurem o pleno cumprimento das obrigações decorrentes do crédito bancário, que é uma actividade de risco. Destas garantias, a mais segura é, sem sombra de dúvidas, a hipoteca.

Porém, para que se proceda à constituição de uma hipoteca é necessário que o bem a hipotecar esteja registado numa Conservatória de Registo Predial e, se possível, inscrito em um Bairro Fiscal.

Ora, hipotecar um imóvel é facto que só está ao dispor de um número reduzido de agentes económicos, na medida em que o grosso dos imóveis não está registado. Diz-se que essa situação decorre



do facto da construção de moradias não ser antecedida de um rigoroso processo de cadastramento dos terrenos.

Os tribunais, quer cíveis, quer criminais, quer ainda os laborais enfrentam, também, grandes dificuldades no momento em que se sentem obrigados a executar as suas decisões. Estas dificuldades emergem do facto de se desconhecer os bens imóveis dos devedores, facto que seria de fácil resolução se os mesmos estivessem registados nas respectivas conservatórias de registo predial.

Como se sabe" Pelo cumprimento da obrigação (leia-se dívidas) respondem todos os bens do devedor, susceptíveis de penhora

Todavia, para que se proceda à apreensão dos bens imóveis é necessário que estes sejam do conhecimento dos tribunais, facto que, nas sociedades modernas, é desencadeado mediante consulta junto da Conservatória do Registo Predial.

Sem querer alastrar esse nosso pequeno apontamento sobre matérias tributárias para outras áreas, há quem opine que não se pode falar de cidadania, muito menos de democracia sem que se fale de tributação. Diz-se mesmo que nas sociedades mais inclusivas, mais modernas e mais democráticas há um rigoroso envolvimento dos cidadãos na vida pública, fruto da tributação.

Diz-se, também, que nas sociedades menos desenvolvidas, menos democráticas e com menor envolvimento dos cidadãos na vida pública, são naquela onde menos se pagam impostos, entre os quais, os prediais. "Advogado"

## 5.4 As insuficiências do mercado imobiliário em Angola

*Jornal Expansão*  
11 De Fevereiro de 2022

O não registo dos imóveis nas respectivas conservatórias do registo predial, assim como a não inscrição destes nos respectivos bairros fiscais constam de certeza nas grandes insuficiências de que padece o património imobiliário em Luanda, em particular, e em Angola de um modo geral.

Essa situação traz consigo outros problemas, quer para o Estado, que se vê assim impossibilitado de tributar os negócios imobiliários que gravitam em torno deste segmento, quer para os particulares, que se vêem assim impossibilitados de usar os seus bens imóveis como garantia para o acesso ao crédito

bancário, na medida que a conhecida hipoteca só se realiza sobre imóveis que estejam registados.

Não deixa de ser curioso que, num Estado que adoptou a economia de mercado como modelo para a criação de riqueza, o acesso ao crédito esteja prejudicado pelo não cumprimento escrupuloso das regras relacionadas com o registo da propriedade imobiliária. Mas curioso é verificar que os factos tributários que gravitam sobre este segmento não representem mais-valia para o Orçamento Geral de um Estado que clama aos quatros ventos da necessidade de diversificar as suas fontes de financiamento.

Além daquelas duas insuficiências que depreciam e de que maneira o património imobiliário em Angola, há, ainda, outra, de natureza criminal, que tem a ver com a celebração de contratos de arrendamento ou de venda eivados de vícios passíveis de sanção criminal.

São os casos de duplicação de contratos de arrendamento, em que sobre um mesmo imóvel aparecem dois ou três sujeitos a reclamar a titularidade dos respectivos contratos de arrendamento ou mesmo de "compra e venda"

A situação acima descrita acontece com mais frequência nos imóveis sob gestão do Estado ou de instituições públicas, mas nem por isso deixa de ser uma situação perniciososa que deprecia o mercado imobiliário nacional, na medida em que afecta a segurança e certezas jurídicas tão necessárias para o seu desenvolvimento de qualquer actividade económica, incluindo mesmo a do imobiliário.

Apesar de nos tribunais cíveis e mesmo na Direcção de Combate aos Crimes contra a Propriedade existirem vários processos relacionados com a falsificação de contratos de arrendamento e de compra e venda de imóveis (repete-se) transaccionados pelo Estado e por instituições por ele tuteladas, é ainda frequente falar-se de falsificação de documento no sector imobiliário.

Fazendo lembrar ao ente titular da função sancionatória da necessidade de ser mais contundente na aplicação, quer das medidas punitivas quer das medidas preventivas de modo a credibilizar este importante segmento da nossa actividade produtiva que é o mercado imobiliário.

É preciso, pois, estancar esses males de que padece o património imobiliário em Angola, quer porque o registo se mostra importante para a exploração plena dos direitos de propriedade, nos quais se destaca a possibilidade de se aceder ao crédito por via da hipoteca, quer porque o Estado tem o direito e

obrigação de tributar os negócios que girem em torno da actividade imobiliária, quer porque a falsificação de documentos configura actos criminosos e, por isso, devem os seus agentes ser exemplarmente punidos tendo em conta as distorções que provocam no mercado imobiliário com a prática

## 5.5 Jovens sem residência depois de assinatura do contrato devem recorrer

*Jornal Expansão*

25 De Fevereiro de 2022

Texto: Alexandre Lourenço

Os jovens que celebraram, há dois anos, um contrato-promessa de compra e venda de apartamentos na Vida Pacífica com o Instituto Nacional de Habitação (INH) devem recorrer às instâncias judiciais para obrigar à assinatura de um contrato definitivo para a entrega dos apartamentos ou então a indemnização, em caso de o instituto se manifestar indisponível para a entregar as residências.

De acordo com o advogado Luís Martinho Lunga, o contrato promessa vem regulado nos artigos 422 e 830 do Código Civil, entretanto, os lesados devem recorrer ao tribunal para lavrar uma sentença constitutiva a seu favor.

"O facto de o contrato ser assinado há dois anos não o torna inválido. E se há uma promessa deve ser cumprida e o seu incumprimento dá sempre lugar à responsabilidade ou indemnização, por frustrar as expectativas jurídicas dos jovens que esperam ter um apartamento", explica.

O advogado sublinha ainda que o tribunal é o único lugar para a resolução deste tipo de situações, devendo os lesados interpor uma acção judicial contra o instituto por não cumprir a promessa de entregar os apartamentos na data acordada. Estes conflitos não se resolvem com manifestações à porta das instituições, defende o jurista.

Os jovens que, esta semana, se concentraram em frente aos edifícios da centralidade da Vida Pacífica, dois anos depois de terem assinado o contrato-promessa, disseram que saíram à rua por não existir nenhuma informação actualizada sobre a morosidade do processo.

E ameaçam com outras manifestações, nos próximos dias, em frente às instalações do Ministério das Obras Públicas, Construção e Ordenamento do Território.

Da parte do Instituto Nacional de Habitação, o seu director-geral, Silva Neto, em entrevista à TV Zimbo, garantiu que os apartamentos vão ser entregues, assim que concluírem as obras de reabilitação. O espaço, recorde-se, foi alvo de actos de vandalização, que provocaram a destruição de algumas infraestruturas. Recorde-se que, em 2019, o Governo disponibilizou 1.120 apartamentos sob coordenação do Conselho Nacional da Juventude (CNJ).

## 5.6 Trespases a crescer são solução ilegal para saída das centralidades

*Jornal Expansão*

25 De Fevereiro de 2022

Texto: Faustino Diogo

O negócio de venda de habitações nas centralidades por parte de beneficiários que utilizam a figura do trespasse está a ganhar peso em diferentes projectos construídos pelo Estado. Os vendedores justificam a saída com a distância, a existência de uma segunda casa ou até mesmo a falta de condições para o pagamento da prestação mensal ao Fundo de Fomento Habitacional (FFH).

Impedidos de venderem as casas por se enquadrarem na renda resolúvel, optam pelo trespasse, um mecanismo ilegal que permite a quem compra continuar a pagar a prestação do vendedor em troca de um valor que ascende a várias dezenas de milhões kz.

Os preços variam em função da tipologia e da localização dos imóveis e é fácil encontrar nas redes sociais anúncios sobre o trespasse destes apartamentos, especialmente da zona do Kilamba. É o caso de António Domingos, que se pretende desfazer de um apartamento que é a sua única habitação, mas que fica muita longe do centro de Luanda, onde trabalha.

"Quando comprei este apartamento em 2014, não senti tanto a distância. Passados estes anos e com a família a crescer está cada vez mais difícil manter esta dinâmica de descer de madrugada e subir à noite": disse. Quando conseguir arranjar um comprador, vai procurar um apartamento para arrendar na cidade, mesmo que o valor seja mais alto do que na periferia. Não tenho outra casa. Quando conseguir cliente para esta vou arrendar uma na cidade inicialmente. Mas a ideia é comprar outra, nem que seja mais pequena e com menos condições que esta. Tem é que ser mais próximo ou mesmo na cidade, disse.

Se no caso de António Domingos é a distância que o move para a saída do Kilamba, segundo um 'angariador de clientes para trespasses na urbanização Vida Pacífica são as questões relacionadas com a crise financeira que motiva as pessoas a despachar este tipo de imóveis de renda resolúvel quando ainda vão a meio do contrato

“ Algumas destas pessoas já não conseguem pagar as casas e outros custos como a taxa de condomínio, que em alguns blocos já está 12 mil kwanzas mensais. Algumas estão desempregadas e a opção tem sido vender para ganhar algum dinheiro e ver como fazer depois, explicou o angariador

Mas há também casos de pessoas que a situação de vida dos moradores melhorou e estes adquiriram ou construíram uma outra habitação. É o caso de Gonçalves Pedro, que como não pode vender o apartamento, a única solução que tem passa por trespassar o contrato a outra pessoa.

"Hoje a minha situação é outra. E como já não tenciono voltar, decidi 'vender'. Ainda me faltam pagar alguns anos, mas prefiro 'vender' já e quem comprar paga o resto. Com dinheiro vou melhorar a nova casa", contou Gonçalves Pedro que agora trabalha para um escritório de advogados em Luanda

“ Ilegal “ diz o FFH

Segundo Valdir Sousa, do Fundo de Fomento Habitacional, os imóveis adquiridos no regime de renda resolúvel não podem ser transaccionados enquanto não estiverem pagos na totalidade, pelo que este mecanismo de trespasses não se encontra dentro da lei. "Este negócio é ilegal. As casas enquanto não forem pagas não devem ser vendidas a terceiros porque ainda pertencem ao Estado. Depois de pagas e com termo de quitação passado em nome dos beneficiários, deixam de ser do Estado e aí, o cidadão, caso queira, pode comercializar", explicou.

Questionado sobre a eventual responsabilização que quem pratica estes actos, Valdir Sousa explicou que qualquer relação fora do regulamento de comercialização das habitações do Programa Nacional de Habitação, não é válida. E quem 'compra' através do trespasses corre sérios riscos de perder ou o dinheiro que investiu no negócio. "Para nós vale quem assinou o contrato conosco. Qualquer situação que possa surgir é entre particulares. Mesmo depois de o imóvel ser pago na totalidade, o termo de quitação que passamos é em nome da pessoa a quem vendemos a casa logo no início e não a quem terá comprado por estas formas que têm sido usadas", disse Valdir Sousa lembra que os contratos assinados no regime de renda resolúvel

proíbem o arrendamento e venda dos imóveis enquanto não estiverem pagos e aconselha os cidadãos a evitarem estas práticas.

"Quem arrendar ou trespassar o imóvel faz sobre sua conta e risco. O melhor é mesmo os cidadãos beneficiados nas centralidades cumprirem o que está no contrato", rematou. Segundo o jurista Silva Sebastião, apesar do ordenamento jurídico não prever a figura do trespasses, esta prática não é nova no mercado imobiliário nacional. "Isto não é de hoje. Muitas habitações, inclusive da era colonial foram vendidas pela forma de trespasses. Com todo risco que isso acarreta", disse.

Por isso, é preciso algum cuidado para quem pretende comprar desta forma, sobretudo nas centralidades. "Geralmente, quem está a vender passa uma procuração irrevogável ao novo comprador. Mas esta procuração tem validade questionável. Se por acaso quem passou esta procuração morrer antes de a casa estar paga na totalidade, os herdeiros podem contestar. Sem esquecer que o emissor da procuração pode negar o que escreveu", explica.

Para o homem das leis, a melhor forma de se evitar constrangimentos neste tipo de relação é as partes, antes de efectivarem o trespasses, acertarem o pagamento total do imóvel.

"O melhor é as partes negociarem e, do valor previsto na transacção, o beneficiário directo pagar a totalidade do imóvel ao Estado e com o termo de quitação concretizar a venda", avançou.

## 6. TERRA

### 6.1 Cerca de mil lotes à venda no Sequele

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Kilssia Ferreira*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) tem, até agora, 996 lotes preparados no floral da Cidade do Sequele, província de Luanda, para projectos de natureza diversa.

A informação foi avançada, há dias, por um técnico da EGTI, numa reunião de auscultação e concertação social da Administração do Distrito Urbano do Sequele.

José Inglês informou que, do número de lotes à venda, alguns dos quais já comercializados, 100 vão ser para uso misto, uma categoria que foi caracterizada pelo técnico com recurso a um exemplo: "a ideia é, onde houver uma escola, o piso acima deverá albergar uma biblioteca".

A área comercial vai receber 78 lotes, a hospitalar 16 lotes e a habitacional 576 lote, para construção de moradias unifamiliares, segundo o técnico José Inglês, que disse estarem, também, preparados três lotes para a instalação de equipamentos públicos e oito para a construção de igrejas.

O técnico da EGTI explicou que a disponibilização de apenas oito lotes para a construção de imobiliários religiosos foi baseada na densidade demográfica do Distrito Urbano do Sequele, que tem uma população de cerca de 200 mil habitantes, distribuídos pela cidade do Sequele e por 11 bairros periféricos.

Manifestou a preocupação da empresa pública com a existência de casos de invasão de terrenos na Reserva Fundiária do Estado, no Distrito Urbano do Sequele, um fenómeno que garantiu ter "os dias contados"

"A EGTI tem trabalhado de forma cuidadosa e atenciosa, agindo, por meio de diplomas próprios, enquanto parceiro da Administração do Distrito Urbano do Sequele", declarou José Inglês.

O técnico da EGTI disse ser importante que a população tenha conhecimento de que toda a ocupação e construção feita antes de Março de 2015, ano da criação da empresa, é analisada documentalmente, podendo haver negociação.

"Nós cobramos pela ocupação do terreno e construção sem a nossa aprovação", acentuou o técnico, acrescentando que "podemos negociar para que o Estado tenha os seus interesses salvaguardados". José Inglês esclareceu que a Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados está disponível para atender os interessados na compra de lotes nas centralidades, cujos preços variam de centralidade para centralidade.

### 6.2 Gesterra desmente denúncias de anomalias no projecto Quiminha

*Novo Jornal*

*18 De Fevereiro de 2022*

O presidente do Conselho de Administração da Gesterra, Carlos Paim, rejeita as denúncias, sublinhando que o processo de distribuição das casas do Projecto Agro-Industrial da Quiminha foi realizado em 2016, no período anterior à sua gestão, tendo beneficiado moradores e ex-ocupantes das terras da região, funcionários que intervêm directamente no projecto, quadros técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas e funcionários da própria Gesterra.

"Ninguém estranho ao sector neste momento tem casas. Podem não ser funcionários e não trabalhar na área, mas mostraram capacidade em participar no projecto. São essas pessoas que ocupam as habitações", salientou.

Relativamente à diminuição da capacidade produtiva das fazendas, o gestor afirmou que se deve, fundamentalmente, a uma irregularidade no fornecimento de água, devido a uma avaria que se regista no sistema principal de bombagem.

Segundo ele, a reparação está em curso e, dentro de duas semanas, será repostos o fornecimento de água às fazendas.

"Neste momento, a Gesterra deu início ao processo de relançamento da capacidade produtiva do projecto, estando a ser preparados 50 hectares. Prevê-se ainda a recuperação da produção de ovos, pois foram encomendadas à Aldeia Nova galinhas poedeiras para repor a capacidade de produção em Abril, altura em que vai retomar a actividade", frisou.

"A Gesterra assumiu a plena gestão do projecto Agro-Industrial da Quiminha no dia 10 de Fevereiro deste ano, de forma a melhorar os mecanismos de gestão, assegurar a aproximação dos detentores de fazendas à gestão e fazê-los participar de uma forma



organizada em associações ou em cooperativas", referiu.

Quanto a alegados despedimentos massivos de trabalhadores registados no projecto Quiminha, Carlos Paim disse desconhecer essa situação, uma vez que os trabalhadores não pertencem à Gesterra, se não tiveram vínculo laboral com antiga empresa gestora.

Ainda assim, fez saber que a Gesterra está a recrutar essa força de trabalho, para continuar a manter os empregos, a par do pagamento de três salários que dispunha em atraso, mas já processados, e promete liquidar mais dois nos próximos dias.

Sobre a operacionalidade dos silos localizados na Quiminha, o PCA da Gesterra assegurou que esses continuam a funcionar normalmente, sendo que a empresa produz em Malanje e no kwanza Norte, e parte deste milho é armazenado na Quiminha e vendido às fábricas de rações e aviários de Luanda.

H.S

### 6.3 Atribuição de um novo terreno

*Jornal Luanda*

*21 De Fevereiro de 2022*

PARA SOLUCIONAR o litígio, o Serviço de Fiscalização da Administração do distrito urbano do Sequele solicitou que as duas partes apresentassem os documentos que atestam a titularidade do terreno. Segundo Anacleta José, fez chegar toda documentação disponível sobre o espaço, mas a outra parte não conseguiu fazê-lo. "Eles nem sabem que documentos apresentar", afirmou.

O chefe da Fiscalização do Distrito Urbano do Sequele, Luís de Carvalho, admitiu terem atribuído o mesmo terreno a duas pessoas e, nesses casos, é responsabilidade da Administração Municipal de Cacuo encontrar uma solução que satisfaça as duas partes. "um assunto que foi remetido para área de Gestão Urbana da Administração de Cacuo para resolver", disse.

Uma das soluções encontradas foi a atribuição de um outro terreno a Anacleta José, mas esta recusou por já ter investido supostamente cerca de 12 milhões de kwanzas no espaço em litígio e ter toda documentação em dia.

"Quem deve receber outro terreno é o tal general. porque esse' espaço é nosso e já investimos muito dinheiro", disse Anacleta José.

### CRIME DE USURPAÇÃO DE IMÓVEL

O jurista Márcio Cardoso explicou que o facto de o general não apresentar os documentos que provam a titularidade do terreno, pressupõe que o mesmo não tem legitimidade nenhuma sobre o prédio rústico. "Logo, está a incorrer nos crimes de abuso de poder, por ser uma alta patente das Forças Armadas Angolanas, e de usurpação de imóvel ". Explicou.

Márcio Cardoso informou que quem se apropriar de um imóvel alheio ou destruir é punido com pena de prisão de 1 ano e deverá ainda ressarcir os danos causados a pessoa lesada.

### 6.4 Terreno de 25/28 no Sequele provoca litígio entre civis e militares

*Jornal Luanda*

*21 De Fevereiro de 2022*

*Texto: João Pedro*

Um terreno de 25/28 no bairro Vila Verde Kativa, arredores da centralidade do Sequele, em Cacuo, está na base de um litígio que opõe a cidadã Anacleta José, 39 anos, a um grupo de militares, que alegam estar a cumprir ordens de um suposto general.

À reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda, Anacleta José diz ser proprietária do espaço desde 2013, quando fez um requerimento à Administração do distrito urbano do Sequele a solicitar uma parcela de terra para a construção de uma habitação, em 2015. Em resposta, a Administração passou-lhe uma nota de cobrança para o pagamento da taxa de emolumento e, desta forma legalizar o terreno.

"Tudo foi feito dentro da lei fiz o pagamento dos emolumentos e me foi entregue a documentação de legalização do espaço", explicou, apresentando todos os documentos em sua posse.

No passado dia 15 de Dezembro de 2021, conta, deslocou-se, em companhia do esposo, ao terreno, mas no local foi surpreendida com a presença de dois efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), que os impediram o acesso ao terreno.

"Notando a nossa presença no local, os militares questionaram o que pretendíamos e informamos-lhes que éramos os donos do terreno, mas eles impediram o acesso a ele, dizendo que estavam aí sob orientação de um suposto general, para evitar que o terreno fosse invadido", disse.

Segundo Anacleta José, os militares disseram que tinham ordens para "atacar" qualquer pessoa que fosse assumir a titularidade do terreno e usaram armas para intimidá-los. "Eles manipularam as armas e, com medo, abandonamos o local para não sermos mortos", lembrou.

Apesar das ameaças, Anacleta José deslocou-se ao destacamento militar do Zango 3, onde manteve contacto com um coronel identificado apenas por Jackson. que orientou o chefe de destacamento do Sequele, chamado Major Calixa, a deter os militares colocados no referido terreno.

"Sabendo que estavam quase a ser detidos, os militares ligaram para o chefe deles, conhecido como coronel Eurico, que disse ao major Calixa que, caso levasse os militares detidos, teria problemas, pois estavam ali a cumprir ordens do suposto general", explicou.

Com medo de sofrer represálias, o major Calixa recuou. "Disse-nos que não poderia ajudar-nos", conta Anacleta José, para quem o facto de o terreno estar localizado numa zona privilegiada do bairro Vila Verde Kativa, com muitos empreendimentos comerciais, terão provocado a "cobiça" do espaço pelo suposto general.

Sendo uma autoridade, esse general deveria ser um exemplo, mas infelizmente não é isso que, temos vistos, pois, supostamente sob sua orientação, os militares já demoliram as nossas obras sem nenhum documento jurídico que o autorize a fazer isso", denunciou, acrescentando que não é possível que a Administração tenha dado o mesmo terreno a duas pessoas soas, porque existe uma base de dados que evita a ocorrência de situações do género.

"Por outro lado, onde andou esse suposto general, que, desde 2013, só agora apareceu?" Questionou-se. Considerando-se a legítima proprietária do terreno, Anacleta

Considerando – se legítima proprietária, Anacleta José não cruzou aos braços e endereçou cartas á administração do distrito Urbano do Sequele, ao Governo Provincial de Luanda, à Polícia Judiciária Militar, à Provedoria de Justiça e à Assembleia Nacional pedindo ajuda para a resolução do problema

"Achamos que esse acto de invasão está mal e consideramos que se trata de abuso de poder, por isso pedimos ajuda para resolver essa situação, para que possamos viver em paz e dar continuidade ao nosso projecto", disse.

"TERRENO PERTENCE AO GENERAL"

O jornal Metropolitano de Luanda tentou por todas as vias ouvir a versão do general, mas sem sucesso.

Num áudio a que tivemos acesso, o coronel Eurico disse aos reclamantes que, em caso de litígio, deviam notificar o general para responder e mostrava – se disponível a facilitar esse contacto “ Ligue para mim e eu indicarei onde levar a notificação e, se calhar, vão me encontrar – me e vou encaminhá – los até ao gabinete do chefe.”, disse

## 7. SERVIÇOS BÁSICOS

### 7.1 Manuel da Cruz nomeado PCA da EPAL

*Jornal de Angola*  
3 De Fevereiro de 2022

O Presidente da República, João Lourenço, nomeou, esta quarta-feira (2), Manuel Silva Lopes da Cruz ao cargo de presidente do Conselho de Administração da EPAL – EP.

Miguel Manuel, Venceslau Txindji Chissupa, Eva Dinamene Damião Fernandes da Costa e Kubikiladia Bernardete Garcia foram nomeados administradores executivos da Empresa Pública de Águas (EPAL), ao passo que Armando João, Celeste de Jesus Sequeira Bragança e Kavenamboteko Pedro Manvubo são agora administradores não executivos.

Antes, o Presidente da República havia exonerado Alberto Miguel Manuel, Venceslau Txindji Chissupa, Manuel Silva Lopes da Cruz e Kubikiladia Bernardete Garcia, dos cargos de administradores executivos da Empresa Pública de Águas - EPAL. Foram igualmente exonerados, do mesmo Conselho de Administração, os administradores não executivos Armando João e Celeste de Jesus Sequeira Bragança.

Também ontem, num terceiro Decreto, o Presidente João Lourenço nomeou Luís Filipe da Silva, para administrador não executivo do Conselho de Administração da Empresa Pública de Produção de Electricidade - PRODEL-EP, além de João Moreira Pinto Saraiva, administrador não executivo do Conselho de Administração da Empresa Rede Nacional de Electricidade – RNT - EP e Nsiansoki Mayamona - administrador não executivo do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade - ENDE-EP.

### 7.2 Distribuição de água é reforçada em Abril

*Jornal de Angola*  
9 De Fevereiro de 2022  
Texto: Edivaldo Cristóvão

O abastecimento de água potável em Luanda vai aumentar, a partir de Abril, depois de serem concluídas mais duas infra-estruturas, segundo o secretário de Estado para as Águas.

Lucrecio Costa, que falava, terça-feira (08), depois de visitas em vários projectos que visam melhorar o abastecimento de água, ladeado pelo vice-governador de Luanda para Infra-Estruturas e Serviços Técnicos, Cristino Ndeitunga, disse que estão a ser ampliadas a estação de bombagem de Cassaque, localizada na zona do Zango III, e do Candelabro, situada na Funda, município de Cacuaco.

Segundo o secretário de Estado, as obras do Candelabro vão beneficiar as zonas da Funda, Panguila, Cacuaco, Zona Industrial de Viana, bairros Mulenvos de cima e de baixo, assim como a parte baixa da cidade de Luanda, que recebe água do Centro de Distribuição do Marçal.

A obra está orçada em mais de 122 milhões de dólares. Lucrecio Costa disse ter ficado com boa impressão das infra-estruturas que visitou, como as do Candelabro, que vai distribuir 120 mil metros cúbicos de água por dia. Realçou que há cerca de quatro meses a obra estava com uma execução a nível dos 70 por cento, estando agora em 92 por cento.

Em relação às obras da estação de bombagem de Cassaque, o secretário de Estado disse estar avaliada em 104 milhões de dólares, estando em 90 por cento de execução física.

A estação de bombagem de Cassaque, que há bem pouco tempo estava incapacitada, porque não recebia água suficiente, vai, também, tratar água a ser distribuída na zona Luanda Sudeste e Luanda Sul, estando a ser preparada para reservar 215 mil metros cúbicos.

Lucrecio Costa, numa breve explicação, disse que, no decorrer dos anos, a cidade de Luanda registou crescimento socioeconómico, demográfico e infra-estrutural, que causou défice no fornecimento de água potável nas zonas de influência da estação de Candelabro.

Acrescentou que, com o surgimento da Centralidade do Sequele, zonas da Funda, Panguila, Cacuaco, Zona Industrial de Viana, bairros Mulenvos, bem como o crescimento das zonas de influência dos Centros de Distribuição do Marçal e Cazenga, a produção de água da ETA Candelabro tornou-se insuficiente.

"Houve a necessidade urgente de se construir a terceira fase, com capacidade de 120 mil metros cúbicos por dia", sublinhou o secretário de Estado para as Águas.

Lucrecio Costa e o vice-governador de Luanda para as Infra-Estruturas e Serviços Técnicos visitaram, também, a ETA Kifangondo, Candelabro Fase 3, a rede domiciliar para abastecer o perímetro do bairro Quilómetro 12, Vida Pacífica, obras de reforço da sistema de transporte de água bruta - Cassaque, centro de distribuição da Sapú e CD Vila Flor.

#### Dificuldades na "Vida Pacífica"

A presidente do conselho de moradores da urbanização Vida Pacífica, Maria Dulce, informou, terça-feira, em Luanda, que a falta de distribuição de água potável em alguns edifícios da centralidade continua.

Explicou que esta situação deve-se ao não funcionamento das bombas, que não têm força suficiente para fazer chegar água aos andares de cima, e à fraca capacidade de distribuição da EPAL.

Acrescentou que a zona I, com sete edifícios, é a mais crítica.

Segundo a presidente do conselho de moradores, mesmo que a EPAL melhore o abastecimento de água as bombas não vão funcionar em pleno, havendo a necessidade de comprar outras.

"Neste momento, estão avariadas três bombas, elas custam à volta de cinco milhões de kwanzas e muitos moradores não estão preparados para contribuir. Na zona III, que ficou dois anos sem água, cada agregado familiar teve de dar 43.500 kwanzas", revelou.

Maria Dulce pediu às autoridades para que se crie uma administração na Centralidade da Vida Pacífica, para salvaguardar certas situações que só podem ser resolvidas a este nível. "É triste ver que o saneamento básico e a falta de iluminação ainda constituem problemas na zona", lamentou. Na ocasião, o secretário de Estado explicou que as condições técnicas e operacionais do momento não permitem que a Zona Pacífica tenha água em todos os pontos, porque o Centro de Distribuição de Viana opera a 40 por cento da sua capacidade e, em termos de bombagem para a zona do Zango, faz, apenas, seis horas, quando que deveria operar no mínimo 12 horas.

Com as intervenções em curso, garantiu, depois da sua ampliação, o centro de tratamento de água do Candelabro vai aumentar a produção, funcionando por mais de dez horas. Durante a visita no Quilómetro 12, o director da EPAL para área de distribuição e redes, Hélder Tona, explicou que a zona do Quilómetro 9 foi beneficiada pelo projecto das 700 mil ligações, em 2014/2015.

Realçou que parte destas ligações não tem recebido água, porque foi instalado um centro de distribuição com capacidade de cinco mil metros cúbicos, que não corresponde com as necessidades.

O projecto, disse, previa cerca de 23 mil ligações domiciliárias e apenas 35 por cento permitem o fornecimento de água.

A visita serviu, também, para projectar acções que permitam mais ligações e atingir, pelo menos, 65 por cento da população, dentro de 90 dias, atingindo, também, a zona do Quilómetro 12.

## 7.3 Apoio aos camponeses

*Jornal Economia e Finanças*  
*11 De Fevereiro de 2022*

O secretário de Estado da Agricultura assegurou que o sector vai ter a missão de prestar acompanhamento e assistência técnica aos camponeses que optarem em produzir ao longo do canal do Cafu, para poder obter melhores resultados.

Segundo o governante, é pretensão do Ministério da Agricultura e Pescas ajudar as famílias camponesas que residem ao longo do canal, introduzindo ferramentas modernas de produção, bem como utilizar de forma racional a água do canal com sistema de irrigação moderna, que vai proporcionar rendimento e disponibilidade de alimentos para melhorar a dieta alimentar.

"É necessário transmitir aos camponeses, informações sobre a fase da sementeira, do desenvolvimento vegetal, da maturação, da colheita, do escoamento e da comercialização", disse João Cunha, depois de explicar que há uma série de procedimentos complexos que o agricultor deve conhecer para não se sentir refém da assistência técnica.

Com este apoio técnico, sublinhou o secretário de estado, vai facilitar substancialmente a actividade dos agricultores para o aumento da produção e impulsionar a agricultura em grande escala ao longo do canal do Cafu.

O projecto de transferência de água da secção do Cafu para as três localidades está dividido em dois lotes o primeiro compreende o projecto de captação de água a partir do rio Cunene, com um sistema de bombagem e conduta pressurizada numa extensão de 47 quilómetros e 10 chimpacas, e o Lote dois compreende a construção dos dois canais adutores sendo um do Ornbala-Yo-Mungo a Dombondola,



com 56 quilómetros, e outro Ombala-Yo-Mungo a Namacunde 54 quilómetros

"São projectos que vão mudar a face da província do Cunene, logo que sejam concluídos, que tudo indica para o final do mês de Março", garantiu o secretário de Estado.

ES

## 7.4 Obras da ETA do Candelabro terminam em Março

*Jornal de Angola*  
11 De Fevereiro de 2022

A terceira fase das obras da Estação de Tratamento de Água (ETA) do Candelabro, no município de Cacuaco, iniciada em 2016, vai ser concluídas em Março e poderão aumentar a disponibilidade de água na zona da Funda, Panguila, Cacuaco, Zona Industrial de Viana, bairros Mulenvos de cima e de baixo, assim como a parte baixa da cidade de Luanda, que recebe água do Centro de Distribuição do Marçal.

Com a obra o Estado investiu mais de 122 milhões USD para a construção e mais 1 9,3 milhões USD para fiscalização, um total de 141,3 milhões USD. A estação tem capacidade para tratar 120 mil metros cúbicos de água por dia com a i de "garantir a abrangência de água província de Luanda".

De acordo com o secretário de Estado das Águas, Lucrécio Costa, a cidade de Luanda regista um forte crescimento demográfico infra-estrutural que causa dificuldade fornecimento de água potável nas zom influência da estação de Candelabro, I aposta na terceira fase do projecto.

A empreitada está a cargo da empresa chinesa China Machinery Engineering Corporation (CMEC) e é fiscalizada empresa DAR Angola.

## 7.5 Bairro dos Pescadores regista falta de água

*Jornal de Angola*  
Texto: Maiomona Artur

Moradores dos bairros dos Pescadores e Forno do Cal, arredores da vila de Cacuaco, em Luanda, estão agastados com a falta de água potável há mais de dois anos. A situação tem provocado muitos transtornos no seu quotidiano e o gasto de elevadas somas de dinheiro para a sua aquisição a partir de cisternas.

"É muito triste o que estamos a viver nesse bairro nos últimos anos, quando eu vim morar aqui, há vinte e cinco anos, a realidade era outra, não tínhamos motivos de queixa, a água jorrava nas nossas torneiras 24/24 horas", lamentou Mafuta Teresa, 56 anos.

Acrescentou que cada reservatório de 100 litros custa mais de três mil kwanzas e que, por semana, precisa de, pelo menos, dois. "Gasto muito dinheiro para ter água, não consigo poupar nada da minha pensão de reforma e muitas vezes tenho dificuldades para pagar as propinas dos meus sete filhos".

De acordo com Mafuta Teresa, os bairros adjacentes, nomeadamente Nova Urbanização, Eco Campo e Boca do Rio, não têm problemas de falta de água.

Esperança António, outra moradora do bairro dos Pescadores, disse à nossa reportagem que se houvesse interesse por parte da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) o problema seria resolvido há bastante tempo.

Por sua vez, António João, residente no bairro Forno do Cal, disse que o bidon de água de 25 litros custa 100 kwanzas. " Estamos a passar mal. Já fomos à EPAL, mas até ao momento não dizem nada".

A nossa reportagem contactou o director municipal da Energia e Água, Fernando Londungue, que garantiu que, a partir do mês de Maio deste ano, serão feitas obras de reforço no sistema de fornecimento de água aos municípios, a partir da nova Estação de Tratamento do Candelabro, prevendo-se mais 700 mil ligações domiciliárias.

Segundo Fernando Londungue, os bairros que não têm arruamentos vão continuar a beneficiar de água através de chafarizes.

"Vai se fazer uma escavação debaixo da ponte da vila de Cacuaco e posteriormente abrir a linha nova e juntá-la com a já existente para permitir que a água que vem do bairro Nova Urbanização siga para os bairros dos Pescadores e Forno do Cal", disse Fernando Londungue.

Deu a conhecer que está prevista a abertura de uma linha de reforço a partir do bairro da Polícia, passando pelo perímetro do Banco de Fomento Angola (BFA) até ao restaurante Junqueira, na via principal de Cacuaco.

"No bairro dos Pescadores não deveria haver chafarizes, por ter duas redes de abastecimento de água, sendo a mais recente concebida no âmbito das 700 mil ligações, em 2016, por chineses, cujo projecto careceu de bom acompanhamento", reconheceu.

## 7.6 Beneficiários do projecto relatam falta de água

*Novo Jornal*

*18 De Fevereiro de 2022*

Recursos hídricos são os que mais abundam no perímetro do Projecto Integrado da Quiminha, algo que contrasta com a proximidade deste com o rio Zenze. Testemunhos de alguns habitantes locais dão conta da escassez de água destinada ao regadio. Também relatam as carências do lugar que bem aproveitado poderia assegurar a produção agrícola de Luanda e quicá do País.

José Manuel, de 59 anos, oficial militar reformado das Forças Armadas Angolanas (FAA), confessa que o grande problema dali é a escassez de água para as plantações devido a insuficiências no sistema de captação.

"Estou a tirar algum rendimento desta terra, para alimentar a família. Já produzi batata, beringela, pepino, tomate e agora estou a lançar à terra banana pão", conta o ex-militar, para quem a grande dificuldade consiste na falta de água.

Confessou que, como ele, os actuais moradores não pagaram nada ao Estado para terem acesso às moradias e às terras.

Outro residente é António dos Santos, ou simplesmente Mantony, morador da rua 5, casa n° 110. Esse diz que, da agricultura que realiza na estufa que dispõe, lançou alguns produtos como o pimento, pepino e tomate.

Há três anos vivendo numa habitação da tipologia T-3, realizou algumas colheitas, como de batata rena e doce, couve e pimento e, nesta última, obteve cerca de 500 quilogramas de batata.

"Só não produzo mais por falta de água e os solos são muito secos", lamentou.

H.S

## 7.7 Luanda vale 86% da dívida total de 111 mil milhões kz ao sector das águas

*Jornal Expansão*

*25 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Graciete Xavier*

As Empresas Públicas de Água e Saneamento (EPAS) espalhadas pelas 18 províncias do País têm por

receber dos seus clientes mais de 110,8 mil milhões kz pelo consumo de água, um valor que vem a ser acumulado nos últimos anos, de acordo com os dados disponibilizados pela directoria geral da Direcção Nacional de Aguas (DNA), Elsa Ramos.

Em termos da dívida nacional, 97,9 mil milhões são de clientes particulares (88,2% do total), 9,9 mil milhões de entidades e empresas privadas (8,9%) e 2,7 mil milhões Kz do sector público (2,9%).

Com cerca de 500 mil clientes, a província de Luanda é responsável pela maior parte da dívida nacional, cerca de 95,4 mil milhões kz, equivalente em termos percentuais a 86,3% do valor total, e que tem vindo a aumentar. No final de 2020, a dívida era de 87 mil milhões kz, correspondendo a um aumento de 9,6% no ano passado.

Os clientes particulares são a maior fatia, 89,4%, mais de 85,3 mil milhões kz. Este facto levanta enormes dúvidas na recuperação destas dívidas, sendo que a cada ano que passa o valor aumenta, o que na prática significa que não se recuperam as dívidas, pelo contrário, sendo que chegará um momento em que a EPAS vai ter de assumir nos balanços a perda definitiva destes valores.

A província de Benguela, representada pela Empresa Pública de Águas e Saneamento do Lobito (EPASL) é a segunda maior devedora com 8,2% da dívida, o equivalente a 9,1 mil milhões kz. No ano de 2020, a dívida dos clientes na província de Benguela atingiu os 780 milhões kz crescendo cerca de 8,5% em relação aos dados actuais. E também a segunda província com maior número

A Província da Huíla é a terceira da lista com mais dívidas, 1274 milhões kz. Na lista das províncias surgem depois o Namibe com mais de 802 milhões kz, a Lunda Norte com 631 milhões kz, Malange com mais de 556,4 milhões kz, Cuanza Norte com 341,9 milhões kz, Cuanza Sul com mais de 332,7 milhões kz, a província do Cunene com 103, 8 milhões kz, a província de Cabinda com mais de 135,4 milhões kz e a província do Bengo com 133 milhões kz. (ver gráfico)

O caso mais curioso é o da província do Bié, tinha uma dívida global acumulada no final de 2020 de 82,1 milhões kz, sendo que em apenas um ano passou para 563,5 milhões, um crescimento de 587,2%. A dívida da província do Huambo também viu o valor da dívida mais que triplicar em apenas um ano, passando de 255 milhões kz para 929,7 milhões kz.

## Técnicas de cobranças para diminuir dívida

Com o objectivo de reduzir o elevado índice de devedores algumas das empresas públicas de Águas e Saneamento criaram métodos com vista a facilitar o processo de cobrança. A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) está a apostar, desde finais de 2020, no programa piloto de instalação do sistema de pagamentos "pré-pago" de água potável.

Até ao momento, foram instalados apenas 160 contadores do sistema de pagamentos "pré-pago", em três zonas. Na centralidade do KK 5000 foram instalados 60 aparelhos, no Zango 8000 são 50 contadores e igual número no km 44, mas o projecto também ainda só está em fase experimental.

Para um atendimento mais eficaz, a empresa criou ainda um serviço integrado mais próximo do cidadão para a prestação dos serviços comerciais e técnicos, tendo fixada a direcção comercial por todos os municípios de Luanda um total de 19 lojas comerciais e 18 postos de cobrança.

Na Província do Cunene está em curso desde Abril do ano passado o processo de negociação com os consumidores para o pagamento faseado.

A EPASC desencadeou também algumas campanhas de sensibilização dos consumidores, que está a ser levado a cabo pelos fiscais da empresa, assim como vai aplicar multas e cortar o fornecimento de água aos clientes incumpridores, caso deixem de cumprir com suas obrigações.

## 7.8 OMS alerta para aumento de resíduos e diz ser necessário melhorar a gestão

*Jornal de Angola*  
5 De Fevereiro de 2022

Genebra – A Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou hoje, terça-feira, para a “necessidade extrema” de se melhorar a gestão de resíduos, face ao aumento de milhares de toneladas de resíduos médicos resultantes da pandemia de covid-19.

Num relatório divulgado hoje, a OMS alerta para o aumento de dezenas de milhares de toneladas de resíduos médicos produzidos e distribuídos para o combate à pandemia, que colocaram uma grande tensão nos sistemas de gestão de resíduos, e que ameaçam o ambiente e a saúde humana.

Na análise da OMS foram tidas em conta as cerca de 87 mil toneladas de equipamento de protecção

individual (EPI) adquiridas entre Março de 2020 e Novembro de 2021 e enviadas para apoiar as necessidades urgentes de resposta dos países ao coronavírus que provoca a covid-19, numa iniciativa de emergência da ONU, sendo que a maior parte desse equipamento deve ter acabado como lixo.

Os autores do relatório salientam tratar-se de um dado que dá apenas uma indicação inicial da escala do problema dos resíduos da covid-19, até porque não tem em conta produtos adquiridos fora da iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) nem os resíduos gerados pela população, um dos mais visíveis as máscaras descartáveis.

A OMS diz que foram distribuídos mais de 140 milhões de kits de teste à doença, com potencial para gerar 2.600 toneladas de resíduos não infecciosos (principalmente plástico) e 731 mil litros de resíduos químicos.

Também foram administradas globalmente mais de oito mil milhões de doses de vacinas, que produziram 144 mil toneladas de resíduos adicionas sob a forma de seringas, agulhas e caixas de segurança para as colocar.

À medida que a ONU e os países se ocupavam da tarefa imediata de garantir e assegurar o fornecimento de EPI, menos atenção e recursos foram dedicados à gestão segura e sustentável dos resíduos de cuidados de saúde relacionados com a covid-19, constata a OMS.

"É absolutamente vital fornecer aos trabalhadores da saúde o EPI correcto", diz, citado no relatório, Michael Ryan, director executivo do Programa de Emergências de Saúde da OMS. E acrescenta: "Mas é também vital garantir que possa ser utilizado em segurança e sem impacto no ambiente circundante", pelo que são necessários sistemas de gestão eficazes e informação aos profissionais sobre o que fazer com os produtos depois de usados.

Actualmente, 30% das instalações de saúde (60% nos países menos desenvolvidos) não estão equipadas para lidar com as cargas de resíduos existentes, quanto mais com a carga adicional covid-19. Tal expõe os trabalhadores de saúde a perigos (picar-se com seringas por exemplo), o mesmo acontecendo a populações que vivem perto de aterros sanitários e locais de eliminação de resíduos mal geridos, sujeitas a ar e água contaminados ou doenças.

A covid-19 levou a que fossem negligenciados "aspectos do fluxo de resíduos e a forma como produzimos, usamos e descartamos os nossos recursos de cuidados de saúde, do berço à sepultura",

disse Maria Neira, directora de Ambiente, Alterações Climáticas e Saúde da OMS, também citada no documento.

O relatório apresenta um conjunto de recomendações para integrar melhores, mais seguras e ambientalmente mais sustentáveis práticas de gestão de resíduos no âmbito da actual resposta à covid-19 e a futuras pandemias, e destaca histórias de países e organizações com boas respostas a esta nova realidade.

Recomendações como, entre outras, a utilização de embalagens de transporte ecológicas, EPI seguros e reutilizáveis (por exemplo, luvas e máscaras médicas), materiais recicláveis ou biodegradáveis, ou investimento em tecnologias de tratamento de resíduos não queimados.

A OMS diz que o desafio dos resíduos provocados pela covid-19, e a crescente urgência de abordar a sustentabilidade ambiental, deram uma oportunidade aos países para que reforcem os sistemas de forma a reduzir e gerir de forma sustentável e segura os resíduos produzidos no sector da saúde.

A organização preconiza que tal pode ser conseguido através de políticas e regulamentos nacionais fortes, monitorização e relatórios regulares e maior responsabilização, apoio à mudança de comportamentos, e aumento dos orçamentos.

"Uma mudança sistémica na forma como os cuidados de saúde gerem os seus resíduos incluiria um maior e sistemático escrutínio e melhores práticas de aquisição", disse, também citada no documento, Anne Woolridge, presidente do Grupo de Trabalho sobre Resíduos de Cuidados de Saúde, da Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA), acrescentando que há uma noção crescente de que os investimentos na saúde devem considerar as implicações ambientais e climáticas.

A análise da OMS surge numa altura em que o sector da saúde está sob pressão crescente para reduzir a pegada de carbono e minimizar a quantidade de resíduos enviados para aterro, em parte devido à preocupação com a proliferação de resíduos plásticos e os seus impactos na água, nos sistemas alimentares e na saúde humana e dos ecossistemas.

## 7.9 Municípios assumem gestão do lixo em Luanda a partir de Abril

*Novo Jornal*

*11 De Fevereiro de 2022*

*Texto Teresa Fukiady*

As administrações municipais vão assumir os serviços de saneamento, incluindo a contratação e o pagamento das operadoras de lixo em Luanda a partir de Abril, anunciou na quarta-feira, 9, o Governo da província de Luanda no seu portal oficial.

A municipalização dos serviços de limpeza e saneamento na capital estava inicialmente prevista para Janeiro deste ano, mas não se efectivou e obrigou a que o GPL prorrogasse para até Março o contrato com as operadoras de limpeza aprovadas em concurso público emergencial que deveria ter terminado em Dezembro do ano passado.

Com a implementação da medida, cada município vai ter direito a um orçamento por parte do GPL para arcar com as responsabilidades nos pagamentos dos custos com a limpeza, recolha e tratamento dos resíduos sólidos.

Em Junho de 2021, a então governadora de Luanda, Joana Lina, num despacho, determinou que, tendo em atenção a municipalização do sistema de limpeza pública e gestão dos resíduos sólidos, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e as administrações municipais iniciassem os procedimentos e trabalhos técnicos necessários para a elaboração e consolidação da proposta orçamental preliminar do município até 31 de Julho. A proposta seria depois remetida ao órgão central responsável pelo Orçamento Geral do Estado até 31 de Agosto de cada ano.

Em nota disponível no seu portal, o GPL refere que os municípios são unânimes na possibilidade de as operadoras subcontratarem brigadas ou cooperativas que possam limpar as zonas de difícil acesso, recorrendo ao uso de motorizadas e carrinhos-de-mão. O GPL assegura que as administrações municipais foram capacitadas para assumir os pagamentos com o valor inscrito no parcelar do orçamento destinado aos serviços de limpeza e saneamento, valores que, segundo constatou o Novo Jornal, o Orçamento Geral do Estado de 2022 fixa em 73,7 mil milhões kz.



Embora o GPL não tenha divulgado quanto cada município terá direito, o NJ sabe, por exemplo, que só para o Kilamba-Kiayi estão previstos seis mil milhões kz, ao passo que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) fica com 14 mil milhões kz e Viana com 10,4 mil milhões.

Quanto aos modelos a ser adoptados, segundo apurou este semanário, poderá ser usado um novo sistema de recolha e tratamento de resíduos para a capital, aprovado em Fevereiro do ano passado pela Comissão Económica, sob orientação do Presidente da República, que tem como objectivo a valorização dos resíduos. Este modelo deverá abrir espaço para o Centro de Valorização dos Resíduos Sólidos dos Mulenvos, entregue recentemente à gestão público-privada da empresa Griner Engenharia, S.A., após concurso público.

O GPL explica que a elaboração das peças para o lançamento do concurso público de Concessão do Serviço de Limpeza Pública Urbana às operadoras de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos a nível dos nove municípios da província foi coordenada por um grupo técnico liderado pelo vice-governador para o sector económico, Lino Quienda Sebastião.

Nem a «mão» do PR foi suficiente

A limpeza pública é tida como um dos maiores problemas de Luanda. Até Dezembro de 2020, o GPL tinha uma dívida de mais de 240 mil milhões kz com seis operadoras que tinham a responsabilidade de limpeza e recolha de resíduos da capital do País. A dívida levou a que o Governo suspendesse os contratos por incapacidade financeira e por serem "insustentáveis" para os cofres do Estado, tendo em conta que estavam indexados ao dólar, o que levou a que a província ficasse «mergulhada» num «mar de lixo» e cheiro nauseabundo por todos os cantos.

A situação, aliás, levou a que o Presidente da República, em Fevereiro de 2021, autorizasse uma despesa de 34,8 mil milhões de kz e a abertura de um procedimento de contratação emergencial para serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos em Luanda. João Lourenço determinou ainda a abertura de um crédito adicional suplementar no OGE 2021, no valor de 27,9 mil milhões Kz, "para suportar as despesas relacionadas com a concessão de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na província.

Em Abril de 2021, o Chefe de Estado criou uma task force com a justificação de auxiliar na resolução dos problemas inerentes à acumulação, recolha e tratamento do lixo, a fim de se evitarem males maiores relacionados com a saúde pública e

degradação do ambiente". Actualmente a limpeza e saneamento de Luanda é assegurada por cinco empresas - quatro privadas e uma pública.

## 7.10 Municípios vão pagar custos do saneamento

*Jornal Economia e Finanças*  
11 De Fevereiro de 2022

Os 9 municípios da província de Luanda passarão, a partir do mês de Abril, a assumir os pagamentos relacionados com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos

Uma informação publicada no site do Governo da Província de Luanda (GPL) indica que, para o êxito destas atribuições, as administrações municipais fora capacitadas para assumirem os pagamentos no valor parcelar orçamento destinado aos servi de limpeza e saneamento.

Quanto aos modelos a serem adaptados, a publicação informa que não vão diferir muito entre municípios, podendo haver uma alteração de acordo às especificações estruturantes da municipalidade.

O vice-governador para o sector económico, Lino Sebastião, deverá coordenar a execução desta estratégia de trabalho.

## 8. GÉNERO E VIOLENCIA

### 8.1 Casamento tradicional bantu eleva valor da união

*Jornal de Angola*

*14 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Avelino Umba*

Hoje, comemora-se o Dia Mundial do Casamento Tradicional Bantu. Em Angola, este facto tem um elevado valor cultural por se tratar da união entre dois seres (homem e mulher), cuja celebração depende, exclusivamente, da tradição dos pais da noiva, assim como da região em que são oriundos, a julgar pelos hábitos e costumes de ambas as partes, considerou a psicóloga Kanguimbo Ananaz, em declarações ao Jornal de Angola a propósito da data.

Maria Manuela Cristina Ananaz, ou simplesmente Kanguimbo Ananaz, sublinhou que qualquer sociedade tem os seus hábitos e costumes e disso Angola não foge à regra. Deste modo, considera o casamento tradicional como um acto de enorme interesse cultural na sociedade angolana pela própria conservação de hábitos e costumes que reconhecem determinado povo.

Este acto, na visão da também docente universitária valoriza a mulher e sua família que a gerou e criou, traduz um estímulo às virtudes no seio das famílias angolanas, estando em causa, não apenas a formação de uma nova família, mas acima de tudo o estabelecimento de uma junção entre as partes, independentemente da sua formação académica ou não.

Disse, por outro lado, ser um acto de muita responsabilidade, porquanto, caso o casal viva algum conflito, que possa descambar para separação, os familiares das duas partes reúnem-se para o devido aval ou não, após uma análise profunda sobre o assunto.

A docente considerou que, apesar de não ter algum cunho administrativo e jurídico, ter chegado o momento para que tenha um artigo jurídico que defenda este tipo de casamento, a julgar pelo tempo da sua existência, seus princípios e regras, devendo, no entanto, ser analisado e constar de um projecto para a discussão no Conselho de Ministros e levado para a Assembleia Nacional.

Deste modo, a psicóloga defende a legalização do casamento tradicional junto das autoridades afins, a exemplo de outros países que respeitam este tipo de união do qual Angola não foge à regra.

"Os mais velhos ao nível dos municípios, distritos, bairros e aldeias, assim como juristas com uma certa experiência devem ser chamados para interagir com responsáveis de outras regiões do nosso continentes para a troca de experiências. É altura e penso que tudo isto passa pelo diálogo, pois é importante que este casamento tenha o estatuto que merece", considerou.

António Damião, 68 anos, residente num dos bairros da comuna da Funda, em Cacucaco, Luanda, contou que já esqueceu o número de pedidos recebido e efectuados na família, revelando que nos dias que correm, normalmente, depois de um período de namoro, o casal acerta para apresentarem-se aos pais da noiva, num chamado bate-porta que constitui o primeiro passo para a formalização da futura união

Para o efeito, neste acto, o noivo é acompanhado da família principal, pais, tios, e tias, irmãos e demais parentes chegados.

No local, as duas famílias abordam interesse da presença da sua presença e falam de tudo um pouco a respeito da futura união dos dois pretendentes ao casamento e marcam o passo seguinte.

No final da conversa, como gesto de agradecimento entregam o que levaram, normalmente bebidas entre grades de cerveja, gasosa, garrafão de vinho, em quantidades não exigidas pela família da noiva.

Ultrapassados os diferendos, a parte visitante é convidada para um almoço sentando-se à mesma mesa para confraternização, dependentemente da família da noiva e marca mais um passo a seguir que por norma consiste na elaboração de um documento que é enviado com antecedência aos pais da noiva a enumerar os itens necessários e que farão acompanhar da carta de pedido e a data da realização do pedido de casamento.

A lista é enorme, sendo esses bens levados no acto da cerimónia. Na falta de algo solicitado na lista, em algumas famílias, pode criar um desacordo, partido em muitas ocasiões para multas à pedido dos "ofendidos" (familiares da noiva).

Dentre acompanhantes da Carta de Pedido, realça-se o valor monetário que varia de 100 a 300 mil ou mais kwanzas, dependendo da família da noiva, um fato completo, calçados, gravata e cinto para o pai, mudas de panos, quimonos e calçados para a mãe, lenços, sandálias e bebidas alcoólicas.

Dá-se cervejas e gasosas que podem variar entre 10 e 20 grades, um ou mais garrações de vinho, garrafas de amarula, whiskies, sumos, cigarros, grossa de fósforos e outros, além de cabrito e em alguns casos sacos de fuba, arroz, caixas de massa alimentar e outros presentes simbólicos

#### Acto marcante nas famílias

O advogado David Pedro considera o casamento tradicional bantu um acto com cunho cultural bastante marcante para as famílias em todo o território nacional, pois trata-se de uma tradição que dura séculos, embora os procedimentos variem de região para região e sofrer de algumas alterações na sua essência ao longo dos anos.

Sublinhou que "é um direito adquirido da família no que consistem os costumes tradicionais, onde a partir de uma cerimónia, o homem se torna esposo de uma mulher mediante rituais, tendo em conta os costumes regionais".

Ainda de acordo com David Pedro, "esta tradição é bastante forte e tem sido considerada em várias famílias como o acto mais importante do que um enlace matrimonial civil ou mesmo religioso", clarificou.

Na região dos Kimbundos, nomeadamente, Malanje, Cuanza-Norte, Luanda e Bengo, por exemplo, os hábitos e costumes, neste aspecto não se diferenciam muito, onde é visto na cerimónia, a entrega dos dotes exigidos pela família da noiva à família do noivo, através de uma carta endereçada com itens necessários.

No Cuanza-Norte, por sinal sua terra natal, o advogado conta que tudo começa com uma carta de pedido ou apresentação da família do noivo, sempre acompanhada de uma ou mais garrafas de bebida.

"Nos tempos remotos, a carta era acompanhada, também, com um valor monetário simbólico e uma garrafa de bebida alcoólica, sem qualquer exigência da parte da família da noiva, pois tudo dependia da situação financeira de quem faz o pedido", explicou o jurista David Pedro.

Hoje, há certas mudanças neste casamento emblemático angolano, o que leva, muitas vezes, a

confundir alambamento com pedido de casamento", concluiu.

Visão da igreja frei Kaunda Bige considera como primeiro passo para a realização do casamento tradicional bantu, o encontro de dois jovens, o rapaz e a rapariga, o que chama etapa de namoro, de se conhecerem e é de opinião que esta etapa é que vai definir o futuro dos dois, o que pode vir a dar certo ou não, por ser um assunto muito complexo em que os aspectos económicos, sociais e religiosos estão, por vezes, tão intrincadamente misturados que não se podem separar.

"Para o africano, o matrimónio é o centro da existência. É o lugar de encontro de todos os membros de uma comunidade, sistematiza e controla a vida social, visto que organiza as relações entre parentes e vai fixando a filiação", confirma o padre.

O padre católico considera o matrimónio em África como um acto muito mais englobante que na Europa, cuja polarização ocidental sobre a dimensão sexual e conjugal resulta sempre um motivo de surpresa para o africano.

O sacerdote vai mais afundo e afirma que antigamente a rapariga casava-se virgem e era uma honra para ela e pela sua mãe, que soube educá-la a ser uma boa mãe para a sociedade, coisa que hoje já não acontece.

"Muitos (as) jovens acham isso relativo, casar virgem ou não, é coisa do passado", salienta o padre. Para ele, o matrimónio tradicional bantu é uma aliança que legitima uma nova família enriquecedora e une linhagens sem a intervenção de autoridades políticas, os dois grupos baseando-se na união firmam um contrato.

"O matrimónio não diz só respeito a uma pessoa, o rapaz ou a rapariga, mas sim, os dois grupos a que pertencem estão ali comprometidos, é essencialmente fonte de vida. A sua estrutura sócio-religiosa exige a procriação, que ocupa o cume da hierarquia tradicional bantu", esclareceu o padre, considerando a procriação como o fim primário do casamento. a procriação.

"O bantu com filhos sente-se seguro e protagonista da história da sua comunidade e ele próprio se torna história. A sua existência fica justificada e a missão da sua vida, sacralizada", conclui o frei Kaunda Bige.

União entre homem e mulher deve ser um acto voluntário

No dia em que o mundo assinala o Dia do Casamento, o responsável da 10ª Conservatória de Registo Civil da Comarca de Luanda, Octaviano Justino Macuva, defendeu que o casamento deve ser uma união voluntária entre um homem e uma mulher, formalizada nos termos da Lei, com o objectivo de estabelecer uma plena comunhão de vida.

O conservador realçou que o referido conceito está plasmado no artigo do Código da Família da República de Angola. Octaviano Macuva explicou ao Jornal de Angola que o Dia Mundial do Casamento é uma data reconhecida internacionalmente, referindo que o 13 de Fevereiro é em homenagem aos cônjuges e ao enlace como meio de fundação de uma família e de união da sociedade.

Defendeu que a data deve ser preservada, porque celebra tudo o que está envolvido com a união matrimonial, sendo o dia ideal para lembrar os votos de casamento, para pedir em casamento ou mesmo para casar.

O conservador informou que a 10ª Conservatória regista, anualmente, entre 400 e 500 matrimónios. Por exemplo, de Janeiro a Dezembro de 2021, foram realizados um total de 415 casamentos, apesar da fase pandémica, por causa da Covid-19.

Questionado sobre os números de divórcios, Octaviano Macuva referiu que os casos são relativos. Tal como há casamentos, registam-se alguns processos de divórcio por mútuo acordo, e que não mereceram desistência por parte de nenhum dos respectivos cônjuges requerentes.

As causas que têm estado na base dos divórcios por mútuo acordo, nunca são reveladas por estes nos respectivos processos que nos chegam, pelo facto de não ser imperatividade legal para o divórcio.

O responsável lembrou que, em alguns casos, há casais que conseguem revelar de forma verbal os motivos da separação.

Acrescenta também que o principal pilar do casamento é a existência da confiança e não esquecermos o diálogo, respeito, fidelidade, lealdade e sobretudo compromisso de ambos em saber vencer as dificuldades da relação.

Cerimónia tradicional perdeu espaço para a modernidade

Cihako (símbolo da aliança, traduzido em português) que a família da mulher entrega à do noivo, depois da recepção do dote, é um ritual da cultura Lunda e Cokwe que os ancestrais observavam em ocasiões de

casamentos tradicionais, mas que, nos dias de hoje, sofreu um "assalto" das cerimónias modernas.

Na época da anciã Issala José, após a cerimónia, o casal tinha quatro dias para a lua-de-mel, com uma bacia de fubá e galinha que a família da noiva oferecia à outra parte, para provar as suas habilidades na cozinha, culminado com a autorização para assumir a posse da casa, figuravam entre as últimas etapas de confraternização do casamento tradicional.

A honra, dignidade e o relacionamento entre as famílias facilitavam a aproximação de pais ou tutores do pretendente às raízes da mulher, contou ao Jornal de Angola a anciã Issala José.

O estabelecimento da futura relação conjugal, começava a partir da passagem pela circuncisão do rapaz e o primeiro ciclo menstrual da menina, disse.

Issala José avançou que o sucesso do diálogo visava essencialmente a efectivação do noivado, uma espécie de namoro com compromisso de casamento, que obrigava a parte solicitante à entrega de um tributo, no caso, o alambamento composto por prato, barro branco e uma enxada.

Marcada a data para o casamento, as duas famílias barravam os rostos dos noivos com terra vermelha e húmida, em rituais separados, com a finalidade de proteger o casal de supostas forças malignas, explicou. Este ritual, disse, era o culminar de toda a cerimónia de noivado.

Com a canção Minga laula-laulée (Minga acorde), entoada em várias estrofes com um verso cada, a noiva era levada às costas por uma tia, para a casa do noivo, com a parte superior do corpo coberto por missangas e um pano na zona inferior sobre um guarda-sol, rodeada por membros da sua família, com uma enxada e um prato com o barro branco (tchihaco). O percurso para levar a noiva até ao seu futuro lar, atraía a atenção dos transeuntes, pois era o anúncio da chegada da esposa, explicou.

A recepção da delegação decorria num ambiente de festa, cuja duração poderia depender das possibilidades económicas dos organizadores, com um cenário dominado por música, dança, comidas típicas da gastronomia identitária e bebida, contou Issala José.

A festa, referiu, deve obrigatoriamente ser encerrada na casa dos recém-casados. Os familiares da jovem casada preparavam, igualmente, um enxoval representado por louça, recipientes para água e bens alimentares nos primeiros sete dias da vida conjugal.



Issala José disse que o casamento tradicional está praticamente em extinção na cultura Lunda e Cokwe, fruto da invasão da modernidade. Defendeu ações por parte das famílias conservadoras e outras forças vivas da sociedade para o resgate da tradição.

#### A dança do ventre

Residente na aldeia Muatchissua, arredores da cidade do Dundo, município do Chitato, Issala José lamenta a perda de muitos valores culturais a volta do casamento tradicional e alertou para o resgate, por exemplo, do kafundeji (noiva) e ukule, que consiste num ritual de iniciação feminina, realizado após a primeira menstruação da adolescente.

Os rituais em referência são marcados por várias noites, durante as quais, a jovem (kafundeji) aprende uma dança do ventre, apreciada pelos Cokwe e que antecipa as relações sexuais, com instruções concretas sem tábuas nem preconceitos, onde é pintada com tatuagens públicas (mikonda) para fins eróticos.

"Os ritos femininos realizam-se após o aparecimento da primeira menstruação e são assegurados pelas mulheres mais experientes da aldeia, que transmitem às neófitas os mistérios da sexualidade, do nascimento e da fertilidade, pois estes ritos visam, sobretudo, a preparação para o casamento", explicou.

Issala José disse que a rapariga fica apta para o casamento, para a sua missão fundamental, que é ser mãe. Os ritos de puberdade definem oficial e publicamente a sua capacidade, valor e estima como procriadora e continuadora da geração.

A anciã, de 67 anos, casada no sistema tradicional, condena a perda da originalidade em várias famílias de Lunda, com um pendor muito forte nos valores monetários em troca da honra e dignidade, convertendo os pedidos de casamento feitos às filhas como oportunidade para o "lucro fácil".

Mas, para a mulher assumir-se como tal, é vital que se submeta aos rituais de iniciação, enquanto corolário da socialização comunitária que a prepara desde cedo para os papéis femininos, apelou.

Os rituais de iniciação, segundo Issala José, representam na cultura o renascimento da rapariga para a condição de mulher adulta e para a sua missão fundamental de ser mãe. Depois disso, ela está imediatamente disponível para o casamento, afirmou.

Em África, o tradicional é mais importante

O jurista Belmiro dos Santos disse que, tradicionalmente, o casamento é o que mais tem importância no seio de um casal ou familiares, isto,

na cultura dos povos africanos (Angola não está isenta), por ser uma regra costumeira com força jurídica que não contraria a Constituição nem atenta contra a dignidade da pessoa humana.

"Antes de os casais poderem reunir requisitos para contrair um casamento juridicamente esclarecedor, devem passar para o casamento tradicional, que é aquele que os vai consagrar e orientar para uma longa caminhada das vidas a que os dois estarão sujeitos", sublinha.

Segundo o jurista, muito embora, hoje, não se dá o maior valor aos casamentos tradicionais, mesmo assim continua a ser um dos pilares importantes para fortalecer uma união duradoura no laço amoroso entre os nubentes, tudo porque contém o maior respeito costumeiro vindo de cada uma das partes familiares. "Este é um dos focos a se ter em conta para que o casamento vá mais além".

Belmiro dos Santos chama a atenção que o casamento tradicional pode ser contraído de várias formas, desde que as famílias tenham acordos mútuos, esclarecidos sem ferir ou atropelar a vontade de qualquer parte. "Há regiões de África e em partes da Ásia em que os pais casam as filhas ainda com uma idade para além daquilo que é desejável, o que não é aconselhável por estas não terem amadurecido o suficiente senão mais por satisfações sexuais", referiu o jurista.

#### Saber perdoar no lar

Para o padre, Kaunda Bige, lembra que "a tolerância e a maturidade equilibrada é considerada pelos especialistas um dos pilares mais importantes no casamento" e que "é necessário saber renunciar, suportar a existência de elementos contraditórios e tolerar".

"No início do casamento tudo é marcado pelas expectativas, saber se o outro vai ser aquilo com que sempre sonhou", referiu, salientando que "o primeiro grande obstáculo é superar essa obsessão, o que é difícil porque cada um veio de um mundo diferente". Para elas, disse, o ideal é ter um homem fiel, amoroso, inabalável, que cubra de carinho e atenção

.Elas, salientou, precisam disso e para os homens, a mulher é aquela que ouve as ideias do parceiro.

O casamento, lembrou, é um acto antigo, nascido de costumes e incentivado pelo sentimento moral, religioso e cultural.

### Violação de regras gera fim de união

Um dos motivos que leva os casamentos a serem realizados, mas sem a durabilidade do que se desejava é o não cumprimento ou atropelamento das regras costumeiras ou tradicionais.

"Vimos, anteriormente, nos tempos dos nossos pais, que o casamento tradicional tinha mais valor em relação ao juridicamente concebido, porque os dois estavam sujeitos ao cumprimento e respeito do costume implementado no seio de cada família", explicou o jurista.

Segundo Belmiro dos Santos, na maioria dos casos, são os noivos que possuem o orçamento (ao contrário da sociedade antiga), para suportar a cerimónia matrimonial, sendo que eles ditam a sua vontade e preferem, muitas vezes, ignorar as etapas propostas pelos familiares até chegar ao casamento propriamente dito.

Para muitos bakongos radicais, o não respeito da tradição significa a perda da identidade. "Neste caso, boicotam a cerimónia do casamento moderno, por acharem que o casamento tradicional ter maior peso cultural para as famílias", realçou o jurista.

O custo dos casamentos nem sempre são baratos, mas é preciso saber procurar a melhor forma de mantê-lo, aconselhou outro padre. "A afeição é um dos pontos principais para um casamento feliz. Muitos, depois de casados, já não mostram o devido carinho como antes", lamentou.

Kaunda Bige sublinhou que os mais velhos tinham a experiência, não só primavam pelos valores físicos e materiais, como por uma educação moral irrepreensível.

"Hoje gostamos de fazer casamentos luxuosos, que podem custar milhões por causa da indumentária", disse. "Se voltarmos ao passado, o importante no casamento não era a festa, mas o tempo de partilha no casamento", declarou o padre.

### Os segredos de uma relação duradoura

À reportagem do Jornal de Angola conversou com o senhor Bezerra da Silva, com a finalidade de desvendar os segredos de um casamento duradouro. É que ele tem mais de 50 anos de relação.

No início da conversa, o mais velho desvendou um dos segredos de um relacionamento duradouro: o respeito mútuo.

Depois dessa resposta, realçou que o facto de perder seus pais, fez com que, aos 18 anos, começasse a

traçar a vida adulta. Assim, dois anos a seguir ao início da relação com a sua amada, fez os deveres e seguiu para a vida militar.

Após o seu regresso ao lar, formalizou os deveres e constituiu família com a mulher com quem trocou o seu primeiro beijo. Hoje, o casal tem nove filhos e 30 netos.

Apesar dos anos de relação amorosa, João Bezerra da Silva disse que passou por 47 anos a estudar a amada, antes de levá-la ao altar. Com um casamento recente, o casal vive cada momento como se fosse o primeiro dia em que se viu. Mas, deixou claro que dentro do seu lar há, também, divergências.

João Bezerra avançou que o casal tem de aprender a guardar os defeitos do parceiro e as debilidades dos filhos, que considera "a base da grande felicidade da família".

Para um relacionamento duradouro, o mais velho diz, igualmente, que é fundamental que haja amizade entre o casal e forças para o perdão entre os parceiros.

## 9. AMBIENTE

### 9.1 “As zonas húmidas existentes no país não estão devidamente protegidas”

*Jornal de Angola*

*2 De Fevereiro de 2022*

*Texto: Helma Reis*

Hoje é celebrado o Dia Mundial das Zonas Húmidas, cuja importância para o planeta foi afluída pelo ambientalista Vladimir Russo numa entrevista concedida ao Jornal de Angola. Angola dispõe de várias zonas húmidas, encontrando-se já 11 na Lista de Ramsar, criada por força da Convenção de Ramsar, à qual o país aderiu em 2021. O entrevistado insistiu na necessidade de uma melhor protecção das zonas húmidas, por contribuírem para a manutenção da biodiversidade do planeta, regularem as mudanças climáticas e garantem a produção de alimentos, o descanso e o crescimento de muitas espécies. O consultor ambiental, com uma larga experiência profissional na área, destacou os passos que podem ser dados para a recuperação e preservação das zonas húmidas em Angola

No âmbito da preservação do ambiente, qual é a importância que deve ser conferida às zonas húmidas?

As zonas húmidas são consideradas importantes porque ajudam na manutenção da biodiversidade do planeta, regulam as mudanças climáticas e garantem a produção de alimentos, o descanso e o crescimento de muitas espécies, principalmente as espécies da biofauna. Uma particular atenção deve ser dada às aves migratórias, que, num período do ano, migram de um país para outro. Isto acontece muito em Angola, por onde passam, em determinadas zonas, aves como os flamingos. Não se reproduzem cá. Apenas utilizam as zonas húmidas para o descanso e a alimentação.

Como avalia o estado actual das zonas húmidas em Angola, em particular as que se encontram na província de Luanda?

Actualmente, temos zonas que estão a ficar degradadas por conta de actividades antropogénicas, como a actividade agrícola e a extracção de água. O Saco dos Flamingos nos Ramiros (Luanda), o Complexo Lagunar de Sarico (Bengo), a foz do rio Chiloango (Cabinda) e a Baía do Lobito (Benguela) são áreas que estão a ser poluídas, por via da acumulação de resíduos, como plásticos, e afectadas

pelo corte de vegetação. Estas áreas são importantes habitats de conservação de aves. As zonas húmidas que existem em Angola não estão devidamente protegidas.

O crescimento demográfico da província de Luanda, como resultado do êxodo rural, provocado pela guerra civil, alterou completamente o ecossistema das zonas húmidas com a invasão dessas áreas pelo homem para a construção de moradias. Concorda com a afirmação de que, durante a guerra civil, não se levou muito a sério a necessidade de protecção das zonas húmidas?

Este êxodo de pessoas que saíram de outras províncias, durante e depois do período de guerra, tem um impacto significativo na biodiversidade. A construção, o derrube de árvores em zonas importantes e a ocupação de linhas de água são actividades que comprometem a preservação das zonas húmidas. Podemos também observar que linha de Cambambe está constantemente a ser destruída e pessoas a construir casas junto a valas de drenagem e a linhas de águas naturais, acções que têm grande impacto sobre o ecossistema a nível das zonas húmidas.

As melhores experiências na área de protecção das zonas húmidas devem ser seguidas e até replicadas. Que zonas húmidas tínhamos no período colonial e que zonas húmidas temos hoje em dia?

Não existem muitas informações sobre zonas húmidas no tempo colonial. Há, sim, informações disponíveis sobre áreas de conservação, nomeadamente os parques e reservas naturais.

Na Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional, também conhecida por Lista de Ramsar, apenas estão 11 zonas húmidas angolanas, número enviado por Angola na sequência da sua adesão, em 2021, à Convenção de Ramsar, instrumento jurídico criado a 2 de Fevereiro de 1971, na cidade de Ramsar, no Irão, para promover a cooperação entre países na conservação e uso racional das zonas húmidas no mundo. Consegue entender ou identificar as razões que podem estar na base de Angola ter aderido apenas agora a uma convenção internacional que existe desde 1971?

Nessa altura, Angola não estava preparada, porque, desde a Independência Nacional até 1993, não tinha uma estrutura governativa que tratasse somente das questões ambientais. Apenas as áreas de conservação da natureza estavam sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. Em 1997, no âmbito do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), foi criado o Ministério do Ambiente, que

ficou, durante alguns anos, sem titular da pasta. Tinha como vice-ministro o professor João Seródio. Na sequência da adesão de Angola à Convenção de Ramsar, o importante, agora, é saber como nos vamos operacionalizar. Temos de definir planos de gestão e de operacionalização

As 11 zonas húmidas angolanas que constam da Lista de Ramsar são as únicas existentes no país ou são as que ainda se encontram preservadas?

As referidas 11 zonas húmidas não são as únicas existentes no país. Existem outras, já apresentadas pelo Governo.

É possível a criação de zonas húmidas artificiais, se houver escassez de zonas húmidas naturais, devido à acção do homem?

Sobre a possibilidade de criação de zonas húmidas artificiais, não é comum a sua existência. Relativamente a Angola, temos no país várias áreas de suma importância para aves aquáticas. Por esta razão, não há necessidade de criação de zonas húmidas artificiais, até porque elas geralmente são inseridas junto aos centros urbanos, e a existência de habitantes e de actividades humanas põe em perigo a existência destas espécies.

A invasão das zonas húmidas pelo homem coloca em risco a vida das aves migratórias internacionais?

A invasão das zonas húmidas pelo homem coloca em risco as aves migratórias e outras aves que nós temos a nível do país, porque muitas destas espécies acabam por ficar sem alimentos e outras acabam por morrer sufocadas, uma vez que, na busca de alimentos, encontram plásticos e outros resíduos. Temos zonas que têm alguma contaminação de óleo lubrificante usado, o que afecta, também, a alimentação e periga a reprodução das espécies, tornando-as estéreis, sem a possibilidade de reprodução no futuro. Tudo isto tem um impacto no ciclo de vida dessas espécies.

Que condições naturais devem ter as zonas húmidas para atrair, cada vez mais, as aves migratórias internacionais?

As condições naturais que devem existir para que as zonas húmidas possam atrair aves migratórias são, entre outras, manter estes espaços frescos e sem qualquer actividade humana. A actividade humana a poluição e a existência de resíduos, de luzes fortes e de ruídos perigam a preservação dessas espécies.

Em poucas palavras, como considera a situação actual das zonas húmidas em Angola, em particular as da província de Luanda? É preocupante?

A ocupação desordenada de terras afecta os ecossistemas. Nestes ecossistemas temos algumas zonas húmidas.

Que vantagens ou benefícios podem ser obtidos pelos países que aderem à Convenção de Ramsar?

Entre as vantagens para os países que se associam à Convenção de Ramsar estão a obtenção de fundos para a investigação e um conjunto de apoios para o estabelecimento e protecção das zonas húmidas. A definição de planos de gestão e de identificação das principais ameaças é, também, uma das vantagens. Angola deve seguir as experiências de outros países, identificando e desenvolvendo planos de gestão para as zonas húmidas. Com planos de gestão e a salvaguarda das espécies, poderemos, de facto, garantir uma melhor protecção das zonas húmidas.

Cacuaco deve ser o município da província de Luanda melhor servido de zonas húmidas, sendo também a mais invadida pelo homem para a construção de moradias. Esta observação está correctíssima

As actividades humanas nas zonas húmidas têm um impacto nas aves migratórias, podendo algumas espécies não pousar em Angola e procurar outras zonas onde possam encontrar alimentação devido às condições que essas zonas húmidas apresentam,

"Devemos criar um estatuto para as zonas húmidas no país" É possível que se reduza a vinda de aves migratórias internacionais ao país por escassez de zonas húmidas?

O Complexo Lagunar de Sarico é, por exemplo, uma das áreas mais importantes em termos de aves migratórias. Em Luanda, o Saco dos Flamingos nos Ramiros é, também, de vital importância para as aves migratórias. Estas e outras zonas húmidas devem ser protegidas. É importante referir que o Mussulo foi declarado, em 2013, como zona biológica significativa do ponto de vista ambiental e de espécies. Portanto, são áreas que devem estar melhor protegidas. Cacuaco é invadido pela construção de moradias e pelo corte de mangais. Em relação ao Complexo Lagunar do Mussulo, há despejos de resíduos que chegam ao mar através das várias linhas de drenagem a norte e a sul da cidade de Luanda.

A lei prevê algum tipo de sanção contra os infractores? Ou seja, para desencorajar a invasão das zonas húmidas identificadas e protegidas, não se devia aplicar multas pesadas, além de uma eventual responsabilização criminal, aos cidadãos e empresas que insistirem nessa prática?



Nós temos legislação suficiente para garantir a aplicação de coimas contra os prevaricadores, podendo ser feito recurso ao Código Penal e/ou à Lei das Transgressões Administrativas. Existem, também, leis de protecção das zonas húmidas, como a Lei de Protecção das Áreas de Conservação. O importante é que a aplicação dessas leis seja efectuada. Do ponto de vista de infracção administrativa ou do Código Penal, pode ser determinado o pagamento de uma multa ou a suspensão de uma obra que esteja a decorrer numa zona húmida. A pessoa que desenvolve uma actividade que perigues as espécies consideradas em vias de extinção pode ser multada e levada às barras do Tribunal para ser julgada e condenada a pena de prisão.

É possível recuperar as zonas húmidas que foram invadidas pelo homem?

Sim, é possível, desde que as razões que levam à degradação sejam identificadas. Se a degradação for resultante de construção, tem que ser demolida e removido o entulho. Se for resultante de corte de vegetação, deve ser impedida a continuação da actividade. Se for resultante de pessoas que invadiram o local, não se deve deixar que vivam na referida área. Portanto, é possível fazer esse processo de recuperação, desde que, depois da recuperação, haja uma gestão da zona húmida que havia sido invadida, porque não adianta recuperar e depois deixá-la ao abandono.

Qual é a realidade dos países vizinhos de Angola?

Temos de seguir as experiências e as boas práticas de países vizinhos, do ponto de vista de gestão das zonas húmidas, devendo ser tidos em conta vários aspectos fundamentais: declarar zona húmida do ponto de vista legal, criar um estatuto para as zonas húmidas e definir, divulgar e implementar um plano de gestão.

Na minha infância e adolescência, vi, bastas vezes, a passar, ao princípio da manhã, aves de cor branca, popularmente conhecidas por "patos de água", que, no final do dia, faziam o caminho de regresso, acredito eu, à Ilha do Cabo. Esse fenómeno já não vejo com muita frequência. Em Angola, têm sido feitos estudos sobre as aves em vias de extinção?

Temos espécies catalogadas que fazem a travessia por Angola, acabando por pousar nas zonas húmidas. É comum avistarmos estas aves a nível da costa. As aves costeiras não são migratórias internacionais, mas fazem este processo de ir em busca de alimentos e, depois, regressar à zona de maior protecção.

Estão identificadas espécies já extintas e outras em vias de extinção?

Existe, sim, uma espécie listada como estando em vias de extinção. O Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente publicou, em 2018, uma lista vermelha das espécies ameaçadas, cujo documento apresenta um conjunto de animais, entre aves, mamíferos e répteis, que se encontram em vias de extinção.

## 9.2 Bengo aposta na protecção de hectares de zonas húmidas

*Jornal de Angola*

*14 De Fevereiro de 2022*

*Jornalista: Edvaldo Lemos*

O Governo Provincial do Bengo trabalha na criação de condições para a protecção de 2.580 hectares de zonas húmidas no Lagunário de Sarico, no Panguila, comuna da Barra do Dande, município do Dande, segundo o vice-governador para a Esfera Técnica e Infra-Estruturas.

Agostinha da Silva, que falava no acto de descerramento de três placas de identificação e protecção do local, disse que o Governo vai proteger os 2.580 hectares de superfície, por ser das poucas zonas eleitas pela Convenção Internacional de Ramsar, como habitat de várias espécies da biodiversidade.

"Torna-se cada vez mais importante a aplicação de placas para identificar o perímetro, onde surgem várias proibições, como a de não poluição ambiental e danificação de qualquer espécie viva neste habitat", referiu.

Durante uma conversa com a comunidade local, a directora-geral do Instituto Nacional de Biodiversidade e Conservação (INBC), Albertina Nzuzi, apelou a população no sentido de valorizar a zona húmida do Sarico, por fazer parte dos sítios considerados Património Mundial da UNESCO, cuja gestão e conservação terá a participação financeira de instituições internacionais.

"Hoje estamos aqui para a implantação de placas de sinalização e sensibilização da comunidade. Sabemos que essa é uma zona com importância económica para a população que aqui vive, devidas as salinas, mas pedimos aos moradores que nos ajudem a proteger a biodiversidade deste local", sublinhou.

À imprensa, Albertina Nzuzi disse que a zona húmida do Sarico deve ser protegida, sobretudo por acolher

muitas aves provenientes de vários países africanos e que encontram ali um lugar para ser o seu habitat ou desova. "A presença dessas aves, nesta região do Bengo, pode atrair muitos turistas", disse.

A responsável aconselhou os empresários que actuam na zona do Sarico no sentido de pautarem pela legalidade. De acordo com a directora-geral do INBC, afecto ao Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, os recursos devem ser explorados de forma legal e sustentável. "Não permitimos aqui depósitos de resíduos sólidos, nem ocupação ilegal. Esta zona húmida só deve trazer benefícios à comunidade local", sustentou.

São definidas como zonas húmidas os sítios onde a terra fica coberta de água pouco profunda, corrente ou estática, temporal, intermitente ou permanente, abrangendo zonas costeiras, pântanos, albufeiras e braços de rio, quer naturais, quer artificiais, incluindo áreas adjacentes.

Em Angola estão identificadas 11 zonas húmidas, como a Lagoa do Carumbo (Lunda-Norte), Lagoa do Arco (Namibe), Saco dos Flamingos dos Ramiros (Luanda), Foz do Rio Chiloango (Cabinda), Complexo Lagunário do Sarico, no Panguila (Bengo), Lagoa do Kalumbo, na Baía do Lobito (Benguela), Sistema de Zonas Húmidas de Kumbito, no Dirico (Cuando Cubango), Troço do Rio Kwanza, na Quiçama (Luanda), Lagoa da Kilunda, na Funda (Luanda) e nas chanas do Parque Nacional da Cameia (Moxico).

### 9.3 Chuvas desalojam centenas de pessoas

*Jornal de Angola*

14 De Fevereiro de 2022

Texto: Carlos Paulino

As fortes chuvas, acompanhadas de ventos, que se abateram, de forma ininterrupta, de 27 de Janeiro a 9 de Fevereiro deste ano, sobre o Cuando Cubango, causaram a destruição de 115 residências e o desalojamento de 575 pessoas, que aguardam apoio da Comissão Provincial de Protecção Civil e

Bombeiros

Em declarações ao Jornal de Angola, o porta-voz do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, agente de segunda classe Albano Kutarica, explicou que, no período em balanço, as chuvas danificaram, também, 290 casas, afectando 2.045 pessoas, e inundaram três lavras, nos municípios de Menongue e Cuchi.

Segundo Albano Kutarica, estes dados são provisórios, estando efectivos do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros a trabalhar na recolha de informações nos nove municípios que compõem o Cuando Cubango.

Apontou que, neste momento, os municípios mais afectados pelas chuvas são o de Menongue (nos bairros Jubileu, Aerovia, Terra Nova, Benfica e Novo), Mavinga, Cuito Cuanavale, Cuangar, Calai, Dirico e Cuchi.

Informou que se as chuvas continuarem a cair com muita frequência, tal como aconteceu de 27 de Janeiro a 9 de Fevereiro, podem provocar, também, o transbordo do rio Cubango, no corredor dos municípios do Cuangar, Calai e Dirico.

Fez saber que, desde o início da época chuvosa na província, em Novembro de 2021, nove pessoas morreram vítimas de descargas eléctricas, sendo cinco no município de Menongue, três em Mavinga e uma no Calai.

Realçou que os efectivos do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros reforçaram, nos últimos dias, o trabalho de sensibilização da população, sobretudo da que vive em zonas de risco, para redobrar as medidas de segurança, devido às fortes chuvas que se abatem sobre o Cuando Cubango. Albano Kutarica apelou aos pais a duplicarem os cuidados com as crianças, evitando que brinquem em rios, bacias de retenção de água e em locais com fios de energia eléctrica.

### 9.4 Estudo revela um elevado grau de ameaça ambiental

*Jornal de Angola*

20 De Fevereiro de 2022

Texto: Silvino Fortunato

A área do Pingano está localizada na província do Uíge, abarcando concretamente os municípios de Ambuila, Uíge e Kitexi, tendo uma extensão territorial de 43.700 Km<sup>2</sup>. É uma cadeia montanhosa de terreno acidentado com fortes desníveis, escarpas, sendo assimétrica, com uma vertente mais inclinada e a outra menos acentuada.

Segundo o estudo elaborado pelo professor de Geografia Tiago Muana, a Serra do Pingano distingue-se de um maciço por possuir montanhas singulares em vez de agrupadas. A serra é um subconjunto de montanhas que está dentro de outro conjunto maior e mais extenso, ao qual se dá o nome de cordilheira. Tiago João Muana revela que a

sensibilidade ambiental da Serra do Pingano foi obtida por via de um cruzamento de dados e sobreposta com as informações constatadas no terreno.

#### Ameaça à biodiversidade

Os níveis de ameaça ambiental relacionados com a presença das populações e fazendas estão na base da perda da biodiversidade nesta região. "Na serra do Pingano a população tem a agricultura e a caça como as suas principais actividades", esclarece o académico.

O aumento das zonas de produção ameaça a cobertura do solo contra os factores ambientais como chuva, vento e insolação, assim como está a provocar a erosão hídrica e superficial, estimulando já certa desertificação, realça o estudioso, acrescentando estarem também a diminuir os recursos hídricos. Notou haver igualmente a diminuição das chuvas, o aumento da evaporação da água e o assoreamento dos rios lá existentes.

O estudo demonstra que a serra contém uma área cultivada a rondar os 23.739 hectares, com um total de produção anual de 148.904,48 toneladas de diversos produtos. A actividade agrícola é exercida por 33 associações de camponeses com 245 associados, duas cooperativas e 20 pequenos agricultores.

#### Devastação florestal

Muitas das fazendas dependem do consumo de madeira em tora. Os dados mais recentes, recolhidos do Instituto de Desenvolvimento Florestal, segundo o estudo, "apontam para um aumento significativo entre 2004 e 2018. Em 2004, o consumo de toras foi de 14,5 milhões de metros cúbicos; em 2018, foi de 24,2 milhões de metros cúbicos".

A devastação da área florestal da cordilheira teve como maior responsável a expansão de actividades agrícolas, de acordo com os dados obtidos em campo, que apontam para cerca de 236.600 km<sup>2</sup> de áreas desflorestadas para a implantação de fazendas. O estudo revela que os meses de Julho e Agosto são os que têm o maior índice de registo de incidência de queimadas na serra do Pingano e aponta como consequência a extinção de espécies florísticas ainda não catalogadas. "Sob o ponto de vista agronómico, as queimadas eliminam nutrientes essenciais às plantas, como o nitrogénio, o potássio e o fósforo".

Das pessoas entrevistadas, 80 por cento afirmaram que realizam as queimadas somente em uma pequena parcela, cerca de 20 por cento afirmaram não praticarem essa actividade. Segundo constatações de Tiago Muana, fazer queima é uma prática comum dos

agricultores no período que antecede o preparo do solo para a lavoura. A queima é realizada durante o dia, aumentando a sensação térmica do ar.

#### Preocupação com a caça furtiva

Tiago Muana alerta que são preocupantes os níveis da caça furtiva, que se centra em especial em três grupos de mamíferos (ungulados, primatas e carnívoros), que, segundo o especialista, têm atingido os mais importantes ecossistemas da serra do Pingano. O investigador teme que a actividade furtiva possa provocar o desaparecimento de espécies desconhecidas do bioma Caatinga. "Embora não existam levantamentos actualizados, há sinais dramáticos das consequências desta prática na redução das populações de animais. Em alguns lugares da área de estudo é notória a falta de reservas de mamíferos de grande, médio e pequeno porte. Tornam-se cada vez mais raros em determinadas regiões".

Como o estudioso faz saber, a pobreza cada vez maior nas comunidades e o rápido crescimento demográfico nas cidades ao longo da província estão também a contribuir directamente para a destruição da biodiversidade na cordilheira antes coberta totalmente por uma floresta densa. A qualidade ambiental de uma área, de acordo com o especialista, depende de uma série de variáveis condicionantes, dentre elas a vegetação, o solo, a declividade, a pluviosidade, o uso do solo e a litologia. Estes são factores que, dependendo da sua situação actual, podem influenciar mais ou menos na delicadeza do ecossistema.

As desigualdades sociais, na óptica de Tiago Muana, reflectem-se na forma como uma larga maioria vive em condição de pobreza e na forma não equitativa como os recursos estão a ser explorados.

"Exploração madeireira ilegal é significativa"

Apesar do reforço das medidas de combate aos processos de desmatamento, a ilegalidade no sector ainda é significativa, salienta Tiago Muana, precisando que esta razão, aliada ao facto de que tal sector é extremamente dinâmico e difuso, torna difícil o monitoramento e o acesso a dados concretos relacionados com as actividades de exploração madeireira.

A província do Uíge conta com 44 empresas de exploração de madeira, das quais oito são de grande dimensão. O estudo aponta que a província ocupa um espaço importante no segmento da madeira, sendo desde 2012 a maior produtora de madeira a nível do país, ao contribuir anualmente com cerca de

52 por cento da produção. A madeira no Uíge é explorada nos municípios de Ambuíla, Milunga, Quimbele, Songo e Bembe.

## 9.5 Projectos na margem do rio Cunene iniciam em Junho

*Jornal de Angola*  
28 De Fevereiro de 2022

As obras da Barragem da Cova do Leão, no município da Cahama, no âmbito dos projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca na margem direita do rio Cunene, começam em Junho.

Segundo a Angop, que cita o director-geral do Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas dos rios Cunene, Cubango e Cuvélai (GABHIC), Carolino Nunes, o projecto permitirá 9.216 ligações domiciliárias, do tipo A, 7.780 ligações do B e 250 chafarizes de quatro torneiras, a nível das comunas da Cahama, Otchindjau (Cahama), Oncocua e Chitado (Curoca).

A implementação será projectada numa dimensão para beneficiar 241.232 Pessoas, até 2041, 30 mil cabeças de gado e actividades agrícolas.

A seca e a fome afectaram 77.343 pessoas no município da Cahama e 43 mil no Curoca.

Carolino Nunes, que falava durante um encontro de auscultação dos projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca, disse que vai terminar a fase de estudos de impacto ambiental e outras questões administrativas para o início das obras, neste primeiro semestre.

Explicou que haverá solução para cada comuna. No caso da Cahama e Otchindjau, a água sai da represa da Cova do Leão, onde será construída uma captação e adução para o abastecimento, e do Chitado, por ser uma comuna ribeirinha, parte do rio Cunene.

"Já no Oncocua, vamos reabilitar o sistema de 13 furos e nove represas existentes, para dar mais segurança da hídrica à população, não só do ponto de vista do abastecimento de água potável, mas também para o gado e prática da agricultura de subsistência", disse.

Carolino Nunes afirmou que, depois de um estudo detalhado, neste pacote emergencial, Otchandi e Monte Negro, onde se previa tirar água para abastecer estas localidades, por enquanto ficam de fora, podendo ser implementados projectos no futuro.

A governadora do Cunene, Gerdina Didalelwa, manifestou-se satisfeita com a conclusão encontrada neste segundo encontro de auscultação, depois do segundo realizado em Dezembro de 2021, no Curoca.

Referiu que os encontros foram um bom exercício por permitirem a recolha de várias contribuições valiosas para o início das obras este ano, a fim de satisfazer as necessidades de água às populações, o gado e a prática da agricultura familiar.

Gerdina Didalelwa fez saber que os municípios da Cahama e Curoca passam por situações difíceis devido à seca, que provoca a deslocação das populações para outras áreas, e tirar água na Cova do Leão, nesta fase de emergência, é animador.

A governadora reconheceu que são projectos com elevados custos, mas o Executivo teve a coragem de defini-los na província, a fim de acabar com os efeitos da seca, por falta de chuvas regulares, nos últimos anos, na região.

### Outros projectos

No quadro dos projectos estruturantes de combate à seca no Cunene, está em construção, há quase um ano, e com previsão de conclusão em Março, o Sistema de Captação no rio Cunene, a partir da região do Cafu.

Estão também em construção dois canais, um do Cuamato até Ndombondola, com extensão de 55 quilómetros, e outro do Cuamato até Namacunde, com cerca de 53, para além de 30 chimpacas. Em curso, desde Outubro de 2021, está a construção das barragens de Calucuve e do Ndué, nos municípios de Cuvélai e Cuanhama, dois projectos estruturantes de combate à seca na região.



10. MINEIRA

11. MIGRAÇÃO

12. INVESTIMENTOS  
CHINES EM ANGOLA